

GÊNERO, SEXUALIDADE E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS, TESTEMUNHOS E EXPERIÊNCIAS

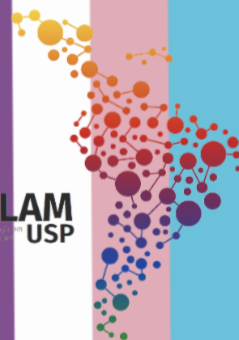
**JÚLIO CÉSAR SUZUKI
LUIZ ROBERTO DE ALMEIDA
VALTERLEI BORGES
[ORGANIZADORES]**



fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**PROLAM
USP**



DOI 10.11606/9788575064139

**GÊNERO, SEXUALIDADE E IDENTIDADE
NA AMÉRICA LATINA:
PERSPECTIVAS TEÓRICAS, TESTEMUNHOS E
EXPERIÊNCIAS**

Júlio César Suzuki

Luiz Roberto de Almeida

Valterlei Borges

[organizadores]

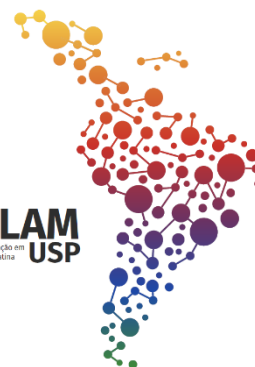


fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**PROLAM
USP**

Programa de Pós-Graduação em
Integração da América Latina



São Paulo, 2022

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP

Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitora: Prof. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – FFLCH

Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Vice-diretora: Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Presidente da CPG: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

Vice-presidente da CPG: Profa. Dra. Marilene Proença Rebello de Souza

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis (IFPA)

Profa. Dra. Adriana Carvalho Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa (UNESP)

Prof. Dr. Alécio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

Profa. Dra. Ana Regina M. Dantas Barboza da Rocha Serafim (UPE)

Prof. Dr. Cesar de David (UFSC)

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (UEG)

Profa. Dra. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO)

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes (UEG)

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (UNIFAP)

Profa. Dra. Telma Mara Bittencourt Bassetti (UNIRIO)

Profa. Dra. Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição – CRB-8/6409

G326 Gênero, sexualidade e identidade na América Latina [recurso eletrônico] :
perspectivas teóricas, testemunhos e experiências / Organizadores:
Júlio César Suzuki, Luiz Roberto de Almeida, Valterlei Borges. -- São
Paulo : FFLCH/USP, PROLAM/USP, 2022.
2.325 Kb ; PDF.

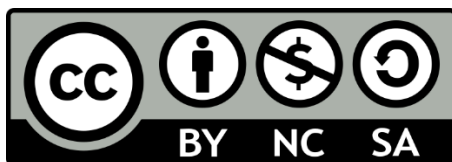
Vários autores.

ISBN 978-85-7506-413-9
DOI 10.11606/9788575064139

1. América Latina – Estudo e pesquisa. 2. Gênero. 3. Sexualidade.
4. Identidade. 5. Diversidade sexual. I. Suzuki, Júlio César. II. Almeida,
Luiz Roberto de. III. Borges, Valterlei.

CDD 980

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva
responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam
pelas imagens utilizadas.



Esta obra é de acesso aberto.
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a
fonte e a autoria e respeitando a Licença *Creative Commons* indicada.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
Júlio César Suzuki Luiz Roberto de Almeida Valterlei Borges	
CAPÍTULO 1	12
“MUITO HÉTERO, MUITO POC”: GÊNERO E SEXUALIDADES NAS VIVÊNCIAS DOS JOVENS UNIVERSITÁRIOS EM SÃO PAULO	
Gabriel Morais <i>Universidade de São Paulo (USP)</i>	
CAPÍTULO 2	33
A CRUZADA DAS CRIANÇAS: TRAJETÓRIA DO GRUPO (COLETIVO) “ADIVERSIDADE”, IFSP-AVARÉ	
Ana Katryna Cabrini Maressa de Freitas Vieira Miguel Moreno Espanha <i>Instituto Federal de Educação de São Paulo (IFSP), campus Avaré</i>	
CAPÍTULO 3	54
O QUE PENSAM PROFESSORES/AS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO? NOTAS SOBRE O ENSINO FUNDAMENTAL MANAUARA	
Adan Renê Pereira da Silva <i>Universidade Federal do Amazonas (UFAM)</i>	
CAPÍTULO 4	74
AS MULHERES LÉSBICAS NA REVOLUÇÃO SANDINISTA	
Nicolle Montalvão <i>Universidade Estadual de Maringá (UEM)</i>	

CAPÍTULO 5 86

COLORINDO A LUTA PELA TERRA: ESPACIALIDADES LGBT NOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DO CAMPO BRASILEIRO

Vinicius Nunes Fileto

Marcelo Cervo Chelotti

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

CAPÍTULO 6 103

PARADA DO ORGULHO LGBTQIAP+: A CIDADE DE SÃO PAULO ESTÁ PREPARADA PARA ATENDER AO PÚBLICO DO EVENTO?

Carlos Eduardo Rodrigues de Paiva

Adriano Carlos Nunes Fernandes

Felipe Mujica

Universidade de São Paulo (USP)

CAPÍTULO 7 123

IDENTIDADE, REPRESENTAÇÃO E POLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS EFETIVOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA TEORIA DE IRIS M. YOUNG

Be Silva Brustolim

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

CAPÍTULO 8 141

O SER HUMANO ENQUANTO RELAÇÕES SOCIAIS NÃO TEMATIZADAS E A LGBTFOBIA ONTOLÓGICA

Marcelo Vinicius Miranda Barros

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

SOBRE OS ORGANIZADORES 158

SOBRE OS AUTORES 159

APRESENTAÇÃO

Gênero, Sexualidade e Identidade na América Latina: perspectivas teóricas, testemunhos e experiências, coletânea organizada por docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP), é resultado de uma convocatória aberta realizada e divulgada amplamente no segundo semestre de 2021, cujos textos selecionados se enquadram nos seguintes eixos de análise: *perspectivas e contribuições teóricas sobre questões identitárias da população LGBTQIA+ latino-americana; e entre artes, narrativas e diversidades sexuais e de gênero: testemunhos e experiências latino-americanos*.

Em “*Muito hétero, muito poc*”: *gênero e sexualidades nas vivências dos jovens universitários em São Paulo*, Gabriel Morais ilustra e problematiza as vivências das masculinidades entre alunos da Universidade de São Paulo, campus Butantã. Para tal, apresenta dados coletados durante campo realizado em festas universitárias. Segundo o autor, é nessa imersão que se revelam as maneiras de “ser homem”, nas palavras dos pesquisados, bem como as visões dos jovens sobre gênero e sexualidades no ambiente. Como principal aprendizado, pode-se destacar que os interlocutores em suas vivências ainda reproduzem uma lógica binária quanto às masculinidades e seus marcadores. Mesmo dentro dessa dinâmica (pré)-estabelecida, destacam-se as vivências dos homens homossexuais que conseguem “brincar” com os limites (pré)-definidos, por meio das roupas, das expressões corporais e dos afetos.

Seguindo no ambiente escolar, em *A Cruzada das Crianças: trajetória do Grupo (Coletivo) “Adiversidade”, IFSP-Avaré*, Ana Katryna Cabrini, Maressa de Freitas Vieira e Miguel Moreno Espanha apresentam o

relato de experiências a partir do projeto de extensão “Coletivo Adiversidade”, oferecido no Instituto Federal de Educação de São Paulo, campus Avaré. Esse coletivo atua desde maio de 2020, sendo formado por alunos e servidores mobilizados, segundo Ana Katryna Cabrini, Maressa de Freitas Vieira e Miguel Moreno Espanha, pela necessidade de criar e ocupar um espaço de organização, discussão e atuação nos Movimentos Feminista e LGBTQIA+. O coletivo tem como sentido a contribuição para a construção de um ambiente escolar mais saudável e compreensivo, sobretudo em suas relações de Gênero e Sexualidade.

Ainda no ambiente escolar, *O que pensam professoras/as sobre a diversidade sexual e de gênero? Notas sobre o Ensino Fundamental manauara*, de Adan Renê Pereira da Silva, são discutidas as compreensões de professoras/as da Secretaria Municipal de Ensino de Manaus-AM (SEMED) sobre a diversidade sexual e de gênero. Para tanto, o autor empreendeu uma pesquisa qualitativa, com dados oriundos de três entrevistas semiestruturadas escolhidas via amostra proposital. Segundo o autor, as falas evidenciam as dificuldades solidificadas na prática docente, dificultando um trabalho na área em relação à perspectiva do respeito e da inclusão LGBTI+, indicando a necessidade de reflexões mais críticas, de melhor formação na trajetória docente e da desconstrução do rígido edifício cisssexual e heteronormativos escolar.

Dentro da perspectiva de testemunhos e experiências, mas agora como reconstrução de lutas e conquistas, em *As Mulheres Lésbicas na Revolução Sandinista*, Nicolle Montalvão destaca que a Revolução Sandinista foi um vitorioso processo de libertação nacional nicaraguense em que a organização política das mulheres foi essencial para o seu triunfo devido à forte atuação destas. No entanto, segundo a autora, a organização das mulheres sandinistas não era um bloco homogêneo, possuindo uma grande diversidade de

integrantes, dentre elas as mulheres lésbicas. Assim, a autora busca, a partir da experiência sandinista, recuperar a memória e a participação das lesbianas em processos políticos na América Latina que, apesar de toda invisibilidade, sempre estiveram presentes nas lutas sociais do continente.

Nessa mesma linha temática e enfoque, *Colorindo a luta pela terra: espacialidades LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro*, de Vinicius Nunes Fileto e Marcelo Cervo Chelotti, revela-se o vínculo da organização das LGBT Sem Terra por meio da luta socialista e popular como um parâmetro para a compreensão da espacialização produtora de uma identidade específica. Os autores argumentam que, no século XXI, os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil passam por um processo de ressignificação inspirados pelos enfrentamentos populares que uniram diversas agendas de luta em uma, mais numerosa e homogênea, ligada à classe trabalhadora. Neste contexto é que, segundo os autores, os movimentos de luta pela terra no Brasil vão se vincular com as buscas do movimento LGBT e, sobretudo, ao inserir a pauta LGBT dentro de suas estruturas políticas.

Saindo do campo em direção à cidade, em *Parada do orgulho LGBTQIAP+: a cidade de São Paulo está preparada para atender ao público do evento?*, Carlos Eduardo Rodrigues de Paiva, Adriano Carlos Nunes Fernandes e Felipe Mujica argumentam sobre a importância das paradas como eventos realizados para lutar por direitos da comunidade LGBT, e refletir sobre as possibilidades para alinhar e atualizar políticas públicas e marketing no turismo, com a finalidade de atender melhor às necessidades da sociedade contemporânea, que não mais segue o modelo de heteronormatividade. Como destacam os autores, a Parada paulistana do orgulho LGBTQIAP+ era conhecidamente um dos principais megaeventos que aconteciam de forma presencial até 2019, na cidade de São Paulo, mas

em virtude da pandemia de COVID-19, o evento mudou para o formato virtual até a edição de 2021.

Já na linha de perspectivas e contribuições teóricas, em *Identidade, representação e política: reflexões sobre os processos efetivos de participação política na teoria de Iris M. Young*, Be Silva Brustolim reflete sobre questões levantadas durante sua leitura do texto *Representação política, identidade e minorias*, de Marion Young. Be Silva Brustolim discorre sobre as aplicações da democracia representativa na realidade brasileira, traz questionamentos sobre a real possibilidade de uma representação de minorias no modelo democrático brasileiro e, por fim, conclui que as transformações sociais obtidas pela população LGBTQIA+ por meio da história do Estado brasileiro foram devido aos movimentos sociais e ao sangue derramado nas ruas do mundo, não ao diálogo nos supostos espaços de debate da democracia.

Ainda na linha de perspectivas e contribuições teóricas, em *O ser humano enquanto relações sociais não tematizadas e a LGBTfobia ontológica*, Marcelo Vinicius Miranda Barros defende que somente a observação da LGBTfobia “empiricamente”, ignorando uma gama de atitudes para além da ideia de gênero e sexualidade, cria e mantém desvantagens para o grupo LGBTQIA+. O autor reflete sobre o nosso dia a dia carregado de implicações empíricas e do mesmo modo ontológicas. Dessa forma, seu trabalho busca a apreensão dos significados desse fenômeno empírico e ontológico, de um lado, a partir do conceito recentemente desenvolvido por ele, a saber, as *relações sociais não tematizadas* e, de outro, por meio de uma tentativa de aplicação de tal conceito em certos fatos sociais, como a LGBTfobia.

Assim, por conta da diversidade temática, dos alcances das análises, dos diálogos realizados com os sujeitos do mundo, além de uma ampla gama

de intelectuais com os quais dialogam os autores dos textos que compõem a presente coletânea, é certa a relevância que a obra aportara aos interessados na compreensão das relações presentes entre gênero, sexualidade e identidade.

Júlio César Suzuki¹

Luiz Roberto de Almeida²

Valterlei Borges³

[Organizadores]

¹ Graduado em Geografia (UFMT), em Letras (UFPR) e em Química (IFSP), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP) e Livre-Docência em Fundamentos Econômicos, Sociais e Políticos da Geografia. Professor Associado junto ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP e ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Integração da América Latina (PROLAM/USP) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: jcsuzuki@usp.br

² Graduado em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP). Professor do Centro Universitário FMU. E-mail: luiz.rob@gmail.com

³ Graduado em Produção Cultural e Doutor em Estudos de Literatura (Literatura Comparada) pela UFF. Realizou pesquisa de Pós-Doutorado no PROLAM/USP. Atualmente é professor substituto no Curso Superior de Tecnologia em Produção Cultural no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (Campus Natal-Cidade Alta). E-mail: val.borges@gmail.com

“MUITO HÉTERO, MUITO POC”: GÊNERO E SEXUALIDADES NAS VIVÊNCIAS DOS JOVENS UNIVERSITÁRIOS EM SÃO PAULO

Gabriel Morais¹

INTRODUÇÃO

Entre os mais variados perfis de jovens universitários brasileiros, um seleto grupo se destaca: os alunos da Universidade de São Paulo (USP). No contexto Brasil, essa seleção revela questões econômicas, educacionais, geracionais, raciais e de gênero. Mesmo que o quadro de alunos de renda mais baixa, assim como de pretos, pardos e indígenas venha crescendo ano a ano², ainda representa minoria absoluta. Vale citar que 56% dos discentes consideram a USP um espaço muito elitista³. Além disso, é uma universidade que se mantém numérica e simbolicamente masculina nas variadas instâncias. Dessa forma, há na vivência universitária um ambiente de disputas. É sobre esses jovens e essas disputas que a presente proposta pretende refletir.

Para tal, aqui se considera uma universidade que não se limita à sala de aula, mas que transborda para os corredores, espaços de convivência dos

¹ Doutorando e mestre pelo programa de Pós-Graduação DIVERSITAS - Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). E-mail: gabrielmorais@usp.br

² CRUZ, A. USP amplia diversidade social e étnica. *Jornal do Campus*, 2019. Disponível em <<https://jornal.usp.br/institucional/usp-amplia-diversidade-social-e-etnica/>>. Acesso em 25 de jul. 2021.

³ USP. USP Mulheres. *Interações na USP*: primeiros resultados da pesquisa. São Paulo: USP Mulheres, 2018. Disponível em: <http://uspmulheres.usp.br/wp-content/uploads/sites/145/2018/07/INTERA%C3%87%C3%95ES-NA-USP_final_publica%C3%A7%C3%A3o2407.pdf>. Acesso em 25 de jul. 2021.

alunos e, principalmente, momentos não oficiais de sociabilização: rodas de conversa, eventos esportivos, festas... São nessas interações em que as performances de gênero são construídas, vividas e entram em conciliações e conflitos, principalmente quando consideramos as masculinidades.

Aqui temos um recorte de um trabalho com início em 2019, em pesquisa realizada para obtenção do título de mestre do programa de pós-graduação DIVERSITAS - Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, FFLCH-USP. Por meio de uma abordagem etnográfica, o pesquisador percorreu ambientes de sociabilização com os alunos, principalmente as festas. Todos os aprendizados dessa trajetória resultaram no trabalho “Jovens, álcool e festas universitárias: a formação das masculinidades entre os novos homens”. De uma forma breve, o que se viu foi uma dualidade nas interações nesse contexto. De um lado, o ambiente universitário abarca um universo de experimentação ao mesmo tempo em que há uma manutenção de estruturas opressivas. O mesmo ambiente universitário, que em certos momentos é visto pelos estudantes como um espaço mais receptivo, menos machista, racista e LGBTfóbico que a sociedade brasileira em geral, dados da mesma pesquisa sobre interações na USP, em outras situações pode ser considerado como um laboratório de formação e reprodução de performatividades que geram disputa entre iguais (homens) e, principalmente, entre diferentes (mulheres).

Ainda sobre o recorte, todo campo foi realizado na Escola de Comunicações e Artes, ECA-USP, durante o período pré-pandemia, segundo semestre de 2019. Relembrando o perfil dos pesquisados, a USP ainda é majoritariamente masculina, notadamente entre os estudantes da graduação, formada por 55% de homens. A realidade da ECA, porém, é uma exceção. Ali, a maioria é feminina: as mulheres na graduação representam 58%, um total de 1.301 alunas. Mesmo na pós-graduação da unidade, essa maioria

absoluta feminina continua representando 55%. Vale ressaltar que o levantamento de gênero é a única leitura quantitativa aberta publicamente⁴, que no relatório não há outras possibilidades de gênero disponíveis (não-binários, agêneros...) e, ainda, que essa vantagem numérica não se concretiza em uma equidade entre homens e mulheres no contexto, o que também pode ser visto durante essa exposição.

Além das vivências, o ambiente do campo também tem impacto na construção da narrativa presente – não há linearidade no desencadeamento dos acontecimentos; as reflexões funcionam como o próprio universo das festas universitárias: fragmentado em breves relatos que se compõem como um todo, respeitando uma dinâmica de registros e apagamentos do que foi visto e vivido. O que se segue é um olhar sob o prisma do gênero e das sexualidades desses momentos em algumas festas no *campus*⁵.

O artigo se divide em uma breve apresentação sobre a perspectiva teórica de gênero e depois analisa as práticas em algumas situações: a vivência entre homens e mulheres; a gestão dos afetos reais e virtuais no ambiente universitário e encerra com considerações pontuais para, enfim, tentar contribuir com a questão proposta: como esses jovens concebem gênero e sexualidades em suas vivências?

⁴ As informações relativas a dados sócio-econômicos e raça/etnia estão desatualizadas e não estão disponíveis no portal Jupiterweb, sistema interno da USP, segundo informações dadas pela secretaria de graduação da ECA. Assim, as informações disponíveis são do *Anuário Estatístico da USP* (USP. *Anuário Estatístico USP*. São Paulo: VREA/USP, 2020a. Disponível em: <<https://uspdigital.usp.br/anuario/AnuarioControle>>. Acesso em 25 de jul. 2021).

⁵ As festas nos *campi* são uma questão complexa que extrapolam a reflexão presente. Possuem inúmeros desdobramentos dentro da história recente da universidade, a destacar questões como assédio e violência sexual no ambiente universitário. Para mais, ver Heloisa Buarque de Almeida (2019).

2 PERSPECTIVA DE GÊNERO: “SER HOMEM” NA UNIVERSIDADE

Cabe aqui pontuar brevemente a colaboração de estudos específicos sobre as masculinidades. Mais do que uma abordagem exclusiva sobre o gênero, são concepções que visam dar luz as relações de poder construídas a partir dessas interações. Pois,

se o gênero é, de fato, relacional, ele o é enquanto relação de poder. Pode-se mesmo dizer, como a historiadora J. Scott, que gênero é uma “forma primária de significado as relações de poder” (Scott, 1986). Não se trata de considerar os homens como parte de um binômio simétrico, mas de historicizar e contextualizar estas relações desiguais para compreendê-las a partir de uma perspectiva crítica. Se estudar as mulheres de forma separada pode confirmar sua marginalidade, de forma contrária e inversa, pesquisar sobre os homens separadamente traz o risco de ocultar as desigualdades de gênero, reificando sua posição dominante. Para evitar as armadilhas, é necessário entender a masculinidade como um elemento no interior de uma estrutura e de uma configuração desta prática social que chamamos gênero: foi o que propôs Connell (2005) há mais de 20 anos, destacando o fato de que se trata de um processo dinâmico. (VIGOYA, 2018, p. 16)

Reforçando a perspectiva de Connell (2005, 2013), a autora traz o contexto e a estratificação ao abordar as masculinidades. Dessa forma, essa construção estaria em uma dinâmica de constante negociação, em uma “reconfiguração” (CONNELL, 2013). Nessa interpelação entre diferentes masculinidades, estas revelam que a estrutura não é composta de maneira fortuita. O embate entre performatividades revela “algo a ser perseguido”, o que Connell vai nomear de “projeto de gênero”:

A “masculinidade” e a “feminilidade” são projetos, para usar o termo sugerido pelo filósofo Jean-Paul Sartre (1968). São padrões de uma projeção para a vida a partir do presente, para o futuro, trazendo novas condições ou eventos à existência [...] Comumente, há sobreposições em projetos de gênero, um grau de padronização das vidas individuais. Essas trajetórias usuais de formação de gênero são o que os pesquisadores assimilam como padrões de masculinidade e feminilidade nas histórias de vida e em pesquisas etnográficas. (CONNELL, 2005, p. 203)

Tendo essa visão como ponto de partida, vale destacar dois pontos sobre as interações específicas desses jovens. Primeiramente, é possível perceber uma condição na formação de suas vivências, que está:

Sob o prisma da relação “tradicional-moderno”, as transformações na identidade masculina consistem na dissociação entre os valores com que os homens foram socializados primariamente (identificados como tradicionais, que estabelecem posições fixas, assimétricas e hierarquizadas para os gêneros dentro da estrutura social) e os valores que foram sendo incorporados ao longo de suas vidas (identificados com a igualdade, simetria, liberdade entre os gêneros). Isso gera uma descontinuidade socializatória à medida que foram socializados para estruturarem suas ações de acordo com uma identidade masculina baseada na competição, na agressividade, na violência, na repressão dos sentimentos. (BENTO, 2015, p. 108)

Pode-se afirmar que os jovens nesse recorte estão expostos a um constante questionamento de suas bagagens. Novamente utilizando o conceito de projeto de gênero de Connell,

esses projetos envolvem encontros complexos com instituições (tais como escolas e mercados de trabalho) e com forças culturais. [...] Rapazes e garotas podem lutar contra a instituição ou a força cultural, bem como aceitar sua estampa (CONNELL, 1995, p. 190).

Além das referências de seu repertório individual que os jovens “traziam na mochila”, o segundo ponto de destaque é que todos os entrevistados possuíam alguma familiaridade com o termo gênero devido ao contato com o tema na universidade: ele estava presente nas rodas de conversa, nas mensagens, em *posts* e em festas. Esse fenômeno se deve principalmente ao formato do ambiente universitário. Aqui novamente se utiliza os estudos de Berenice Bento (2015), pois evidencia que a universidade

tornou-se um locus privilegiado para encontros e debates. Além de ser um espaço onde os valores individualistas, identificados com a liberdade e a autonomia, mais prosperaram. Foi nesse espaço, prioritariamente, que visões de mundo começaram a ser questionadas e outras passaram a ser defendidas. (BENTO, 2015, p. 186)

Dessa forma, existem critérios a que as masculinidades estão submetidas para determinada organização social e estratégias de reafirmação de seu(s) projeto(s). A todo momento, no trabalho de campo, os jovens buscavam e reforçavam marcadores que os aproximavam ou distanciavam da ideia de “ser homem”, nas palavras deles. É sobre esse projeto de “homem universitário” e como ele se organiza no contexto que a reflexão segue sua busca.

3 VIVÊNCIAS ENTRE HOMENS E MULHERES: DECIFRANDO OS HOMENS

Entre os grupos mistos, compostos por homens e mulheres, podemos destacar dois temas centrais de suas interações: a “montação” e a sexualidade dos homens.

A “montação” era o processo que acontecia antes das festas para preparação de “*makes*” e “*looks*” chamativos. Era o momento em que (alguns) homens e mulheres trocavam mais dicas e favores relacionados ao vestuário e à maquiagem. Essas ocasiões eram vistas como mais permissivas, em que principalmente alguns homens podiam brincar com os limites entre o considerado masculino e feminino.

As mulheres tinham papel fundamental na “montação”, que geralmente acontecia previamente na casa dos jovens, pois muitas vezes eram elas as responsáveis pela maquiagem e pelas peças desses homens. Em uma festa com tema “Halloween”, uma das jovens ficou responsável pela caracterização do amigo. Ela já estava maquiada, com o rosto remetendo às caveiras típicas mexicanas, enquanto o jovem estava sem camisa, sentado no sofá, com uma faixa em seu longo cabelo para deixar o rosto à mostra. Ela fez teias de aranha no rosto dele, que, ao ver o resultado, brincou: “Ficou perfeita porque eu sou a tela” (depoimento verbal)⁶, fazendo uma comparação de seu rosto com um quadro.

Além da maquiagem, o jovem também contava com batom vermelho, uma blusa justa preta de manga longa, um *short* preto estampado com leões (mascote da faculdade), uma meia arrastão e uma pochete na transversal,

⁶ Depoimentos verbais colhidos nas interações com os jovens durante o segundo semestre de 2019. Vale destacar que o pesquisador opta por manter o anonimato dos jovens pesquisados. Para evitar a repetição, as demais referências a esses depoimentos serão omitidas.

customizada com cores e brasão da unidade. Ela estava com *top* e saia pretos, além de longas unhas vermelhas. Já produzidos, o destino era o *campus* Butantã. Devido ao “Halloween”, o salão do prédio residencial, próximo à recepção, estava repleto de crianças e famílias que compartilhavam doces. Ele brincou que queria passar ali “para afrontar”. “Tá todo militante, ele”, disse a amiga, com uma voz cansada. Como uma justificativa, ele apenas relatou: “esse prédio é bem tradicional, bem família” e riu.

Essa postura desafiadora por meio das roupas também apareceu em outras ocasiões. Contou que a meia arrastão foi comprada em um centro comercial. Quando foi às compras, se vestiu no banheiro masculino, pois iria diretamente para uma outra festa: “Saí assim ali no meio (do centro comercial), bem afrontosa”, brincou usando o adjetivo feminino. De qualquer forma, o jovem não relatou episódios que envolvessem violência ou injúria devido às roupas e, ao passar pela recepção do prédio, não houve reações, pelo menos não explícitas.

Apesar dessa postura, reconheceu que se veste na maioria das vezes, em suas palavras, de forma “normativa”. Contou que sua mãe cuidava da compra das roupas dos filhos, o que gerava “um guarda-roupa normativo. Só tinha camisa polo, bermuda...”. Reforçou que os elementos que considerava não normativos – maquiagem, roupas femininas e fantasias – eram novos em sua história e que estavam relacionados a sua vida universitária.

Na festa no *campus* havia outros homens com elementos considerados femininos no vestuário e maquiagem. Muitos estavam até mais caracterizados, com *tops*, sutiãs, vestidos e esmalte nas unhas. Alguns homens aproveitaram o tema e buscaram inspiração em personagens: um deles estava fantasiado de Frank-n-Furter, a “travesti alienígena” protagonista do filme *The Rocky Horror Picture Show* (1975). Entre eles, um se destacou pela caracterização: longos cabelos, vestido elegante e sapatos

de salto alto. Se apresentou usando pronome masculino e disse que estava montado apenas para a festa. Vale ressaltar que, mesmo com a exploração de elementos femininos nas roupas, não havia uma identidade feminina, fosse como *drag queen*, fosse de gênero. Esses homens muitas vezes utilizavam expressões no feminino, no entanto não faziam uso de outros artifícios – uso de banheiros femininos, nome próprio feminino...

Outro fator que influenciava a “montação” era o contexto de consumo cultural dos jovens. Nas suas referências, estavam cantoras *pop* que são *drag queens*, como Glória Groove e Pablló Vittar. Elementos da “cultura *drag*” estavam sempre presentes, como exemplos a serem seguidos. Durante a sessão de maquiagem, ouvia-se o lançamento da música de Pablló Vittar “Amor de que”, e o jovem brincou: “eu, quando for *drag*, vou ser assim”. Na rede social Instagram, havia uma foto em que estava maquiado com lápis no olho e batom preto, com a legenda: “Tá pronta pra pista. Se joga na vida”, trecho de uma música de Glória Groove. Sobre a foto, contou que a fotógrafa queria que ele mantivesse a barba “para ter mais impacto, ficar mais estranho”, mas ele negou veementemente: “ai, não quero barba, quero mais feminina”.

As roupas iam além de uma forma de expressão criativa individual; elas eram um sinalizador dos grupos e promoviam destaque, ou discrição, dentro dos grupos de homens. O pesquisador notou um homem que, diferentemente dos outros da roda, estava apenas de camiseta branca e boné. Os amigos contaram que ele tinha o apelido de Major, mas que não sabiam a origem do nome: “talvez porque seja muito hétero”. Também disseram que se surpreenderam por ele estar naquela roda, pois ele pertencia a outro grupo, dos “héteros”, que não se misturavam com alguns grupos e (re)afirmavam mais sinais de normatividade.

Dessa forma, ficou claro que roupas e acessórios não ditavam a sexualidade, mas eram fundamentais nas expressões de masculinidades entre os homens naquele contexto. Eram marcadores das performatividades e dos papéis possíveis nas festas. Vale reforçar que para alguns homens era permitida essa fluidez, enquanto para outros isso não era uma possibilidade. Para além de ser possível ou não, havia um exercício de subversão, com o destaque de atributos que em outros contextos poderiam ser condenados ou subjugados. As festas subvertem a ordem por meio da estética e fazem com que “grupos subalternos” se destaquem. Essa lógica da subversão é analisada em estudos de grupos urbanos, como *punks* (ABRAMO, 1994), mulheres homossexuais (FACCHINI, 2008) e homens homossexuais em São Paulo (SIMÕES; FRANCA; MACEDO, 2010). Nas palavras dos autores do último estudo:

Lugares de lazer e sociabilidade erótica podem ser terrenos férteis para avaliar como pessoas materializam visões de si mesmas com vistas a se aproximar e se distinguir: não estamos falando apenas de pura diversão ou escape, mas também de expressão e projeção de aspirações e desejos. Assim, no esforço de mapear e desvendar as articulações entre esses marcadores de diferença, daremos ênfase à dimensão estética. A estética pode ser construída de diferentes maneiras, de modo a destacar ou encobrir os distintos atributos de prestígio ligados à produção social de cor/raça, assim como de gênero e sexualidade. Sugerimos aproximar essas preocupações à noção de estilo formulada por Hebdige (1979; 1988). A visão de Hebdige salienta a capacidade dos grupos subalternos de “embelezar, decorar, parodiar e, sempre que possível, superar uma posição subordinada que nunca foi de sua escolha”. (SIMÕES; FRANCA; MACEDO, 2010, p. 48)

Outro tema central entre os grupos mistos era a sexualidade. Aqui havia uma aliança entre homens homossexuais e mulheres para classificar os (outros) homens a partir de sua sexualidade – mesmo com a bissexualidade aceita no contexto, a classificação se limitava a heterossexuais ou homossexuais – e a buscar marcadores que tentavam “decifrar” a sexualidade do outro para, enfim, avançar ou retroceder nos jogos de afetividades. Um exemplo foi quando interessada por um rapaz, a jovem perguntou para o amigo: “ele é uma poc?”, expressão usada para se referir a homossexuais afeminados. Quando um *funk* começou a tocar, o homem em questão puxou uma coreografia, rebolando, e ela complementou “ficou bem claro agora!”, já que a forma de dançar confirmaria a sua homossexualidade, bem como a desistência dela na busca por alguma conexão afetiva. As roupas e a dança eram as principais formas de classificação da sexualidade registradas, mas, como já dito, não eram diretamente relacionáveis. Dessa forma, se faziam “apostas” que geravam discussão entre os grupos mistos. Outro exemplo foi quando um jovem homossexual queria beijar uma mulher, mas recebeu uma negativa. Disse para a amiga: “eu quero pegar uma menina, mas ela quer te pegar”, e riu: “eu sofro, tá?”. Já a amiga apontou para outro homem e o amigo foi enfático: “certeza que é hétero! Beija você então!”, devido ao modo como ele estava vestido, apenas de camisa branca e calça *jeans*.

Após a breve exposição, ficou claro que as interações entre os grupos mistos estavam, entre outras variáveis, condicionadas a marcadores que privilegiavam certos tipos de masculinidade, fosse por meio das roupas, fosse pela sexualidade. A todo momento havia uma busca por marcadores que deixassem clara a separação entre as “categorias de homens”.

4 AFETIVIDADES REAIS: RÓTULOS

Como visto no tópico anterior, alguns marcadores eram importantes para os jogos afetivos, como a dança e as roupas, e classificariam “categorias de homens”. Aqui novamente se usam os estudos de Júlio Simões, Isadora Franca e Márcio Macedo (2010, p. 39) sobre os ambientes de lazer e sociabilidade juvenil para compreender um pouco mais o olhar dado para a análise dos marcadores:

interessa-nos pensar os modos como marcadores de diferença referidos a cor/raça, classe, gênero e sexualidade operam não apenas para classificar os frequentadores desses lugares, numa lógica de produção de sujeitos desejáveis (ou não) e de preferências de parcerias afetivo-sexuais; mas também para ordenar padrões de interação e evidenciar campos de possibilidades e de ações. Na economia erótica que informa esses lugares de sociabilidade juvenil, tratamos de focalizar narrativas e experiências colhidas no trabalho de campo como operações discursivas que colaboraram na construção de uma espécie de estrutura de atitudes, referências e expectativas acerca das relações entre cor/raça, gênero e erotismo.

Assim, mesmo com uma fluidez e uma liberdade para experimentação, era por meio de uma “afetividade-rótulo” que as interações aconteciam e, por consequência, as masculinidades eram performadas. Logo no primeiro encontro, um dos jovens foi categórico dizendo que se considerava “bi[ssexual] afetivo”: “eu gosto de beijar meninas, mas só beijar, lá embaixo não rola nada” e riu. “Uma vez eu até me envolvi afetivamente com uma menina, mas deixei bem claro que não ia transar, não”, explicou. Vale ressaltar que essas performatividades não “alteravam” o discurso identitário;

ele se identificava como homem homossexual e reforçava esse discurso a todo momento, mas nas afetividades transitava em performatividades plurais. Essa ação foi vista na maioria dos jovens, principalmente entre os homens (que se identificavam como) homossexuais. Como consequência, eles estavam constantemente (re)criando rótulos que abarcassem mais vivências. Assim, no caso descrito, o jovem era/se identificava um homem homossexual, mas também era/se identificava como bi afetivo.

Como dito, apesar da brincadeira sobre os limites, os marcadores eram lidos a todo momento. O mesmo jovem homossexual falou sobre a dificuldade de “pegar meninas”, já que algumas de suas ações, dançar, por exemplo, afastavam as pretendentes. Contou que, uma vez, uma mulher se aproximou dele e, ao tentar beijá-la, ela disse: “tenho um defeito: meus *crushes* [desejo amoroso/sexual por alguém] são todos afeminados”. Respondeu, revoltado: “querida, era só falar não, não precisa falar assim”. Por outro lado, seus trejeitos atraíam olhares masculinos. Contou que certa vez um pretendente usou a seguinte frase com ele: “tô procurando o cara que vai fazer eu me descobrir bi”.

A bissexualidade era encarada com normalidade no contexto: “todo hétero que entre na ECA se descobre bi”. Entretanto, havia marcadores que eram esperados dos bissexuais. Em uma festa, o pesquisador é apresentado a um jovem, com a seguinte rubrica: “esse é o único bi que eu conheço que é afeminado”. Quando havia um “desacordo” entre um marcador esperado e uma prática, isso era encarado com desconfiança. Uma dupla de amigos, homem e mulher, riram quando contaram que, na festa anterior, ele “deu em cima” de um homem alegando que ele seria homossexual, já que estava maquiado. O homem recusou, dizendo que era heterossexual. Acabou ganhando o apelido de “hétero de delineador”.

Nas afetividades, o visual era o elemento inicial a ser considerado, trazendo o corpo como um material que era analisado e marcado. Em uma festa, um dos jovens avaliou um dos homens e disse que era “muito padrão para mim. Eu queria pegar, mas fiz promessa para não pegar padrão”, se referindo a um padrão de beleza estabelecido: o garoto era branco e tinha o corpo “definido”. Relembrou sua própria história, pois contou que na ECA, pela primeira vez, foi considerado um homem magro. Por toda a sua infância e adolescência fora “gordinho” e isso também o colocava em um padrão naquele contexto: “sou um homem cis[gênero] padrão”. Ele reconhece que isso o colocou em posição de vantagem no jogo da sedução. Mesmo com a promessa anterior, se aproximou de uma roda de homens e disse a um deles, que estava de regata: “nossa, moço, seu braço é muito firme”. Sem sucesso, voltou e disse: “eu fui lá, fiz contato, tava empolgado, mas são muito héteros, né?”, falando sobre a não possibilidade de paquera na roda.

O tipo de corpo era um marcador de adequação e normalização no contexto e, geralmente, associavam-se os corpos magros e fortes aos homens heterossexuais. Não foram registradas descrições sobre virilidade – músculos, força – relacionadas aos homens homossexuais, os quais geralmente eram retratados como “pocs”, *gays* afeminados, sem um padrão definido corporal, mas ligados a performatividades femininas – delicadeza, dança, rebolar... Outro ponto era a descrição da sexualidade como um marcador quantitativo: “muito hétero”, “muito poc”, como um gradiente que se intensificava ou se abrandava de acordo com os marcadores determinados. Dessa forma, a “lógica de produção de sujeitos desejáveis (ou não)” respeitava determinadas estruturas (SIMÕES; FRANCA; MACEDO, 2010), que funcionavam no contexto para o estabelecimento de rótulos principalmente relacionados à sexualidade e aos corpos.

Mas toda essa estrutura dos “afetos-rótulos” podia ser subvertida em alguns jogos. Um deles era o “passa a bala”. Quando a festa já estava avançada, o jogo começava: basicamente consistia em passar a bala para outra pessoa, ou outras pessoas, por meio de um beijo. A “pegação” começava com o grito de “passa a bala!”. Nesse contexto, não havia muito espaço para os “rótulos”; mesmo assim, os homens (que se identificam como) heterossexuais não beijavam garotos, o que não acontecia com homens homossexuais, bissexuais e mulheres, que independentemente da orientação sexual manifestada acabavam usando o contexto para experimentação. O jogo não tinha um momento ideal para acabar; os casais e beijos triplos iam se encontrando – “ei, pega essa bala?” – e desencontrando de forma orgânica.

Outro jogo era o beijo triplo, que, além do ato de três pessoas se beijando, geralmente envolvia homens e mulheres, que estimulavam ou não a escolha dos participantes e a efetivação do ato. A maioria dos beijos foram observados entre duas mulheres e um homem, ou entre três homens, sendo que no primeiro caso os homens tinham mais poder de escolha das participantes. Em uma rodinha, um grupo de amigos gritou “3, 2, 1, beijo triplo!” e um dos homens, já abraçado com duas mulheres, reclamou: “sai pra lá, é muita pressão vocês olhando”, preocupado com sua performance e com os olhares das outras rodas. Os amigos se viraram e ele beijou as mulheres. Logo depois, uma das mulheres se retirou. Uma jovem junto ao pesquisador, ao observar a cena, avaliou: “pronto, deixou só os dois, ajudou a amiga a conseguir o que queria”, vendo apenas o casal se beijando. Vale ressaltar alguns fatores dessa masculinidade tradicional (BENTO, 2015) no beijo triplo, como a ideia de desempenho e competição, principalmente entre os homens.

Além dos jogos do “mundo real”, os jogos do “mundo virtual” também eram essenciais nas relações entre os jovens universitários, ponto a ser detalhado no próximo item.

5 AFETIVIDADES DIGITAIS: SPOTTED ECA-USP

Havia uma importância e centralidade do ambiente digital para os jovens, principalmente através do acesso via celulares. Mesmo com a proximidade física, em todos os ambientes as pessoas estavam o tempo todo conectadas em seus aparelhos. Fazia parte da dinâmica checar as redes sociais e registrar os encontros. *Likes*, seguir alguém nas redes, mensagens privadas... sempre eram indicadores de proximidade e ferramentas para os encontros no “mundo real”.

Ao ser perguntado sobre afetividades no contexto, um dos jovens disse que estava “meio por fora do que estava rolando”, mas logo pegou o celular e apresentou a página “Spotted ECA-USP 2.0” ao pesquisador. Na rede social Facebook, administrada por um usuário anônimo, a página reunia recados dos alunos com o objetivo de promover a “pegação”. O texto de apresentação dizia: “a revolução está nos pequenos atos!!! Por isso ame, chame pra transar ou mande suas cornetagens [críticas] pra gnt [gente] aqui”. O texto terminava com um *link*, que direcionava o usuário para um formulário com apenas duas questões. Antes das perguntas, o porta-voz deixava claro que “se vc [você] for cuzao, lgbtqfóbico, machista ou racista não será bem-vindo”. Logo após, o usuário era convidado a interagir: “fala com x crush ou lança suas treta fedorenta”. Na mensagem, também poderia deixar seu contato do WhatsApp: “deixa o zap bb [abreviação de bebê, apelido carinhoso]”. Assim, a página divulgava os pedidos dos jovens e, caso

o(a) contemplado(a) pela mensagem quisesse contato, o administrador cederia o WhatsApp do então anônimo(a).

Eram inúmeros os *posts* dos jovens que recorriam à página. Havia um equilíbrio entre *posts* direcionados para homens e mulheres, porém poucos se revelavam nos pedidos de contato; o anonimato era a regra. Ainda que sem um marcador de gênero explícito, a sexualidade sempre estava em pauta. Ela aparecia como uma checagem e um pré-requisito para que uma suposta relação acontecesse. Muitas vezes, também como uma provocação: “[mulher e curso] para de correr atrás de macho e da uma chance pras minas!!!!!!!!!!”, que foi respondida como “Deus quis me castigar e me fez hétero AAAAAAAAAAAAAA”. A resposta nem sempre era uma obrigação, mas foi comum encontrar nos *posts* relacionados à sexualidade uma espécie de “justificativa”: “[homem e curso] vc é incrível e muito charmoso!!! Beija moços???” que teve como resposta: “Nossa, tô lisonjeado! Obrigado rs [risos]. Sobre moços, eu já experimentei, mas percebi que não rolava pra mim... Mas se quiser um amigo, bora nos falar!”. Novamente, a bissexualidade foi apresentada como uma vantagem e a heterossexualidade, principalmente masculina, como uma desvantagem no jogo da sedução, ao menos no discurso e principalmente nesse ambiente em que o anonimato gerava mais liberdade nas interações. Algumas performatividades dos homens heterossexuais também foram criticadas, como no *post*: “ecano hetero, deus ta vendo vc expondo as minas que vc pega pros amigos..... que feio, ecano hetero..... pra que fazer isso, ecano hetero?????????”, cujos comentários, apenas de mulheres, concordaram com a afirmação: “o ecano hétero tem que acabar”. O administrador ironizou o *post* se perguntando se existia um homem da ECA que fosse (apenas) heterossexual, reforçando o ambiente de fluidez. Como já visto, essa permissividade nas conquistas do

ambiente digital não necessariamente acontecia da mesma forma no mundo real.

Outra ferramenta que ajudou a entender os (não) encontros dos mundos real e digital foram os aplicativos de relacionamento. Um jovem descreveu mais sobre insucessos em encontros via aplicativos, no caso dele apenas o Tinder: “desinstalei o *app*, minha *vênus* é em peixes, esse *app* não é para mim”, não deixando claro se a ausência no aplicativo se deu pelo seu mapa astral ou pelas desilusões amorosas. Em outro momento, contou que estava se sentindo carente em um final de semana e baixou o aplicativo novamente. Disse que tinha preguiça e não estava com paciência, principalmente porque as pessoas vinham com expectativas demais: no Tinder, “se você não tem uma expectativa, você tá mentindo”.

Em uma das festas, o jovem encontrou um suposto pretendente virtual: “a gente deu *match* [quando dois perfis virtuais demonstram interesse mútuo] no Tinder, mas ele namorava um menino de cabelo enrolado. Era eu em outro corpo”, relatando o encontro concretizado apenas on-line. Agora solteiro, mesmo ali presente, o fato de eles já serem um *match* no mundo virtual não necessariamente facilitaram as coisas no mundo real, pois o afeto não foi concretizado.

Aqui recupera-se os estudos sobre o uso de aplicativos digitais feitos por Richard Miskolci (2017) e Larissa Pelúcio (2019), que, mesmo com recortes diferentes, colaboram para reunir aprendizados sobre essa “economia do desejo”. O primeiro ponto a ser destacado é a influência da linguagem que nasce nos aplicativos e que se torna presente no mundo real dos jovens: meu *crush*, dei um *block*... são mais do que gírias; criaram e definiram uma (nova) gramática emocional (PELÚCIO, 2019). O segundo ponto é a lógica estabelecida na procura por parceiros usando os meios digitais. Mesmo que o “Spotted ECA- USP 2.0” não fosse um aplicativo de

relacionamento, a lógica que se estabeleceu para a procura e correspondência também respeitava uma estrutura de conexão definida pela desigualdade: a todo momento existia uma avaliação do custo-benefício da conexão e a busca pelo estabelecimento de critérios (sexualidade, aparência, interesses...) para classificar as pessoas.

O uso das mídias digitais pode ter sido priorizado não apenas pela sua característica facilitadora dos contatos, mas principalmente por permitir filtrar as pessoas com quem interagir. É possível reconhecer o caráter higienizador dessa funcionalidade, que aloca o usuário na condição de selecionador, portanto daquele que elege os aptos a se relacionar com ele, recusando ou até mesmo bloqueando os indesejáveis, frequentemente de origem social, econômica, racial ou com comportamento e estilo de vida incompatíveis com seus próprios padrões. Ao criar um espaço de paquera centralizado on-line, acessível inclusive a partir de casa, do trabalho ou da universidade as mídias digitais incentivam formas de segmentação, seleção de parceiros e até mesmo graus diversos de “envolvimento”. (MISKOLCI, 2017, p. 123)

Em outras palavras, “nos aplicativos, todo mundo é caçador” (MISKOLCI, 2017). Dessa forma, mundo real e virtual se cruzam nesse ecossistema que dita e (re)cria afetividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após essa breve ilustração do contexto universitário, se destaca a manutenção de uma base sólida de masculinidade tradicional (BENTO, 2015) ainda presente entre os jovens analisados. Por inúmeros fatores, eles ainda reproduzem “padrões” que valorizam e beneficiam certas ações diante

de outras, criando uma hierarquia entre os próprios homens, principalmente considerando a sexualidade, e com as mulheres. São inúmeros os exemplos sintomáticos dessa manutenção de um tipo de masculinidade que privilegia o poder e a submissão de alguns grupos, de forma consciente ou inconsciente.

Essa repetição de comportamentos convive junto a uma ruptura por alguns homens, principalmente jovens homossexuais. São eles que, durante as festas, por meio das roupas e outras formas de expressividade, conseguem tensionar os limites, criando uma instabilidade nas categorias e trazendo novas referências de uma masculinidade crítica (BENTO, 2015). Dessa forma, esses “novos” homens usam a sua passagem pela universidade para transformá-la em um ambiente de experimentação e (re)criam expressões de masculinidades mais plurais e possíveis que podem ter impacto em suas vivências pós e além do *campus*.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, H. B. Violence sexuelle et de genre à l’université: du secret à la bataille pour la reconnaissance [online]. *Dossier: Genre et Justice*, Brésil(s), Sciences humaines et sociales, v. 16, 2019.

BENTO, B. *Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas*. Natal: EDUFRN, 2015.

CARDOSO, I. *O mundo e um outro mundo: reprodução cultural e produção da diferença em vivências universitárias de estudantes lésbicas, gays e bissexuais da USP*. 2019. Tese (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

CONNELL, R. *Masculinities*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 2005.

CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, J. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito [on-line]. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, jan.-abr. 2013.

CONNELL, R.; PEARSE, R. *Gênero: uma perspectiva global*. Compreendendo o gênero – da esfera social e política – no mundo contemporâneo. São Paulo: NVersos, 2015.

MISKOLCI, R. *Desejos Digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros online*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MORAIS, G. *Jovens, álcool e festas universitárias: a formação das masculinidades entre os novos homens*. 2020. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2020.

PELÚCIO, L. *Amor em tempos de aplicativos: masculinidades heterossexuais e a nova economia do desejo*. São Paulo: Editora Annablume, 2017.

SIMÕES, J. ; FRANCA, I. ; MACEDO, M. *Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo* [on-line]. *Cadernos Pagu*, n. 35, 2010.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). *Anuário Estatístico USP*. São Paulo: VREA/USP, 2020. Disponível em: <<https://uspdigital.usp.br/anuario/AnuarioControle>>. Acesso em 25 de jul. 2021.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). USP Mulheres. *Interações na USP: primeiros resultados da pesquisa*. São Paulo: USP Mulheres, 2018. Disponível em: <http://uspmulheres.usp.br/wp-content/uploads/sites/145/2018/07/INTERA%C3%87%C3%95ES-NA-USP_final_publica%C3%A7%C3%A3o2407.pdf>. Acesso em 25 de jul. 2021.

VIGOYA, M. *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

A CRUZADA DAS CRIANÇAS: TRAJETÓRIA DO GRUPO (COLETIVO) “ADIVERSIDADE”, IFSP-AVARÉ

Ana Katryna Cabrini¹

Maressa de Freitas Vieira²

Miguel Moreno Espanha³

[...] Et le Seigneur laissera venir à son tombeau tous les petits enfants. Et les voix blanches seront joyeuses dans la nuit (Récits de trois petits enfants, In: SCHWOB, p. 22)

INTRODUÇÃO

Optamos por fazer de nosso capítulo uma série de três relatos. Inspiromos⁴, para isto, no livro *A cruzada das crianças*, de Marcel Schwob, escritor francês do final do século XIX. Schwob conta, por meio, exclusivamente, de Relatos, a história de uma das Cruzadas de Crianças, eventos da Idade Média.

Este capítulo é composto, apenas, por estudiosos de Letras. De minha parte, fundei o coletivo, então “grupo”, Adiversidade e sou mulher trans, atuando, ultimamente, como microempresária, no ramo da Educação e da

¹ Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP-Assis. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, IFSP-Avaré (2019-2021). E-mail: anakatryna1976@gmail.com

² Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Doutorado pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, IFSP-Avaré. E-mail: maressa.vieira@ifsp.edu.br

³ Graduando em Letras no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, IFSP-Avaré. Bolsista do projeto de extensão Adiversidade. E-mail: espanha.miguel@aluno.ifsp.edu.br

⁴ Ana Katryna Cabrini

Diversidade de Gênero. Maressa de Freitas é professora no Instituto Federal de São Paulo, e atual coordenadora do nosso projeto de extensão. Miguel é o nosso orientando. Todos somos ligados à questão de gênero, por conta de nossas biografias: eu, mulher trans, Maressa, mulher, e Miguel, gay. Todos, também, passamos pela terrível época da pandemia. Talvez, no futuro, tristemente, esta palavra seja grafada com letra maiúscula. Este é um breve comunicado da nossa reexistência.

2 RELATO DE MIGUEL

Escrever este relato é um exercício dos meus privilégios, pois ainda estou vivo para fazê-lo. É contar a narrativa de uma forma de vida há pouco tempo vivenciada para além dos protótipos das representatividades normativas que regem a sociedade.

Assim, relatar é tomar consciência do meu papel de protagonista, contestando o determinismo social que faz da existência “diversa” uma sina. É, senão, a transgressão de nós LGBTQI+ - e, sobretudo, das mulheres - de ousar viver nossas formas de vida em uma sociedade que nos oprime.

Em consonância, não foi por acaso meu interesse pelas narrativas dos X-Men, sim! Essa história das “minorias mutantes” em busca da dignificação de suas formas de ser, estar e existir no mundo, que evidenciam a violência sofrida por elas neste caminho. Decerto, a princípio, foquei-me nas questões negativas dessas histórias como em “X-Men, Deus ama, o homem mata”, já em suas primeiras páginas o determinismo: *“Uma execução. Não é a primeira, e está longe de ser a última. Só que, desta vez, as vítimas foram crianças. Tão jovens... E tão inocentes... Para conhecer tanto medo e dor. Seu único crime... Foi terem nascido.”* A obra, do início dos anos 80, mostra uma realidade, em partes, ainda vigente. Porém, logo mais consegui enxergar

outra máxima dessas histórias quando adotei uma visão de mundo menos pessimista: a interpretação do preconceito aos mutantes como uma simples e cabal falha lógica, já que mutantes são humanos, o preconceito contra eles é irracional. Embora não soubesse o significado de “silogismo”, concluí que se mutantes são humanos, eu também era. Parece absurdo, mas precisei dos X-Men para me conectar à minha humanidade.

Esta filosofia dos mutantes foi a base simbólica que adotei como realidade para sobreviver no ambiente escolar, visto que não tive a oportunidade de ter aulas sobre educação sexual, ou seja, não tive uma explicação ou norteamento durante um dos processos mais importantes da minha vida, o descobrimento da minha sexualidade. Infelizmente, não tive suporte além das narrativas de puro realismo fantástico. Por isso, apenas me assumi na faculdade, sendo que já tinha noção da minha sexualidade desde o quinto ano primário! Uma década de dúvidas e sofrimento, que não precisaria acontecer se a sexualidade fosse abordada nas escolas. Evidentemente, sofri bullying, até começar, gradualmente, a sofrer com a homofobia. O ser e estar gay, para mim, tinha somente um fim: se tornar uma estatística, seja por suicídio ou violência social. Ser gay nesta narrativa, dita minha, mas que de fato nunca foi, era fruto de um constructo social sem personalidade, sem expectativas, sem ação de existir. Neste sentido, a concretização da minha forma de vida seria a estatística. Na morte seria reconhecido como gay. No entanto, seria um número, não uma pessoa. Veio dessa vontade de (re)existir o meu interesse pelo Adiversidade.

Não obstante, ressalto dois pontos. O primeiro, o fato de a faculdade ter sido o local e o momento em que me assumi, não só pelo meu amadurecimento, mas porque a sexualidade foi, enfim, abordada naturalmente pelo Centro Acadêmico, em palestras dos sociopedagogos e, agora também, através do Adiversidade. O ambiente “natural” mostrou a

sexualidade como forma possível de existência. Claro, ainda há muito a ser feito, porém, o mínimo já serve para evidenciar a monumental falta desse diálogo no Ensino Médio, e, sobretudo, no Fundamental. Sem dúvidas, um “kit gay” teria sido fantástico para naturalizar o descobrimento da minha sexualidade, pois este processo é, justamente, romper com a cultura hegemônica e dos padrões normativos impostos pela socialização desde nosso nascimento. Rompê-lo sozinho durante a adolescência é angustiante, um sentimento de estar errado, resultando em tentativas vãs de tentar mudar a sexualidade. No meu caso, cheguei até a rezar para deixar de ser gay. Então, o segundo ponto é: eu não me sentiria um “mutante” se tivesse, simplesmente, escutado o termo "sexualidade", "gay" ou “LGBT” sem ser da boca dos meus colegas de classe em forma de ofensa. É impossível, nesse contexto, não citar um trecho do filme “Orações para Bobby”, que debate acerca de o suicídio do jovem Bobby ter sido em decorrência da homofobia: *“A morte do Bobby foi resultado direto da ignorância e do medo de seus pais quanto à palavra “gay.”* A escola não deveria compartilhar desse medo.

Por conseguinte, pensava que me assumir, em uma tentativa de justificar minha existência, fosse a solução para uma existência plena como gay. Passei de protótipos para arquétipos, de normatividades para rótulos, o filho hétero em contraste ao “amigo gay” estereotipado, logo, me assumir teria de ser a chave para romper com essas representações equivocadas (d)e ser eu mesmo. Mas, não foi.

Assim, deparei-me com um paradoxo similar ao do navio de Teseu: minha narrativa como Miguel foi, e em alguns aspectos ainda é, incongruente com uma forma de vida gay. Seja um produto da pós-modernidade ou não, a cada ano deixei partes de mim, afastei-me de representações, contestei rótulos e estereótipos impostos, e, contudo, hoje, sou o Miguel ou o Miguel Gay? Quiçá, a pergunta verdadeira seja: eu existo como Miguel ou como

Gay? Ambos sou eu? Ou as “tábuas” retiradas de mim se transformariam em outro ser com um respectivo existir diferente daquele que escreve esse texto. Minha vivência gay: foi em decorrência da faculdade, o problema? Eu sempre fui gay, mas somente fui capaz de viver essa existência há três anos. Outro impedimento foi a pandemia, um retorno forçado para o “armário” da casa dos pais. Em suma: me “assumir” não mudou nada, pois sempre fui e serei gay.

No entanto, o questionamento permanece: como viver o ser e estar gay? A resposta, por ora satisfatória, foi propiciada em um dos encontros realizados pelo Adiversidade: “Formas de Vida GLBTQI+: Ser e Existir na Contemporaneidade”, do Professor Adriano Pereira da Silva. Cito parte de sua fala a respeito da filosofia da diferença:

a luta é pela Igualdade na Diferença. Luta pelos iguais que manifestam a sua subjetividade e sua maneira de ser e estar no mundo, mas pela perspectiva da diferença, pelo direito de ser quem são, pelo direito de ser diferentes no mundo [...]. Categoria da diferença como quebra da metafísica, ontologias representativas do mundo.⁵

Bem, minha existência pela diferença é a chave para o Miguel ser e estar. Eis, então, o Adiversidade, um espaço de (r)existência e ressignificação como a amálgama perfeita dos “eus”.

⁵ Fala do Professor Adriano Pereira da Silva no encontro “Formas de Vida GLBTQI+: Ser e Existir na Contemporaneidade”, realizado em 13 de Abril de 2021.

2.1 Meu relato de experiência

O Adiversidade foi fundado em maio de 2020 e idealizado pela Professora Ana Katryna Cabrini. O Coletivo não é somente um grupo de estudos, mas, sobretudo, um grupo de acolhida, pois é um local para se compartilhar e vivenciar experiências, debates, eventos, em outras palavras: é o espaço da Comunidade dentro do Instituto Federal de São Paulo, campus Avaré. Como bem definiu Katryna:

[...] que existisse em Avaré [...] um ponto de acolhida, de estudos, de trocas de conhecimentos a respeito das questões de gênero e sexualidade, que vão muito além de questões ligados ao público LGBTQI+ [...] que abrangem também, por exemplo, as mulheres, estudantes, gestantes, servidores e servidoras.⁶

Atualmente, a Professora Maressa de Freitas Vieira assumiu o projeto e conseguiu institucionalizá-lo como um ponto de acolhimento da comunidade feminina e LGBTQI+. Uma vez que, até então, não existia um grupo assim no campus, evidenciando a falta de um espaço que abraçasse os discentes, bem como apoiasse os servidores do campus, o Adiversidade busca preencher essa lacuna entre a implementação de políticas públicas e sua prática concreta.

No que diz respeito à minha participação, fiz parte do estabelecimento do grupo como voluntário desde 31/01/2021, quando fui um dos responsáveis pelo gerenciamento do perfil na rede social Instagram. Sugeri

⁶ Fala da Professora Ana Katryna Cabrini retirada do vídeo “Adiversidade”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9WhVVnwg43I&t=90s>.

a adoção de encontros via Google Meet para expansão do debate sobre gênero e sexualidade. Esses encontros, realizados com base na orientação da Professora Maressa de Freitas Vieira, foram “Sexualidade e Gênero: Diversidade não é Adversidade”; e “Formas de Vida GLBTQI+: Ser e Existir na Contemporaneidade”; outros estão sendo organizados. Todos serão divulgados no YouTube e em outras redes sociais. Buscamos, também, propor uma parceria com outros *campi* do Instituto Federal para criarmos uma rede para o debate - e acolhida - dessas temáticas.

Contudo, alguns podem questionar qual a necessidade de um grupo de estudos e Coletivo. Uma das respostas é o Boletim N° 002-2021, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que informa: “*Brasil tem 89 pessoas trans mortas no 1º semestre em 2021. Sendo 80 assassinatos, 9 suicídios, houve ainda 33 tentativas de assassinatos e 27 violações de direitos humanos*”. Esses dados evidenciam que as formas de vida da comunidade LGBTQI+ - e, infelizmente, em especial, a sigla T - continuam ameaçadas e marginalizadas.

Por exemplo, em relação a discentes trans e travestis, questionamos, primeiramente, se o uso do nome social é defendido, incentivado e assegurado pelas instituições, e, em seguida, se o nome ratificado garante, de fato, a plenitude desta forma de vida. Uma vez que, se ainda existir, seja por docentes ou por discentes, discursos preconceituosos e barreiras institucionais, qual o valor real desta inclusão e medidas? Deste modo, o Coletivo realizará encontros e divulgações para o uso e o respeito ao Nome Social.

Além disso, outra resposta para a necessidade do Coletivo está no documentário acerca da luta gay pelo mundo: “Stephen Fry: Out There (2013)”. Destaca-se, dele, o discurso homofóbico de que gays, ou LGBTQI+’s, querem dominar a sociedade, recrutando e abusando de

crianças, reiterando, assim, que “(...) *mesmo num país progressista como o Brasil, essas mentiras geram uma histeria nos ignorantes, de onde a violência pode crescer.*” Portanto, o termo “ignorância” reflete um ponto essencial a ser combatido: a falta de conhecimento, capaz de transformar a diversidade em adversidade.

Apesar do documentário citado ser do ano 2013, a reflexão assertiva de Stephen Fry segue vigente, como foi visto no caso recente da tentativa de censura na Bienal do Livro no Rio de Janeiro, conforme relata o jornal El País:

Deveriam recolher as publicações que não estivessem de acordo com a exigência do artigo 78 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que diz: "as revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo". De acordo com a secretaria, se enquadrariam neste artigo materiais "pornográficos" ou "obscenos".

A “obscenidade” se referiria à história em quadrinhos “Vingadores, a Cruzada das Crianças” (Figura 1). Este discurso conservador (Figura 2), assim como o que foi enunciado por Fry, estigmatiza a sexualidade como sendo algo nefasto a crianças.

Contudo, a naturalização e institucionalização da fala acerca da sexualidade e gênero nas escolas é um dos caminhos para combater a violência e discriminação.

Figura 1



Figura 2



O Adiversidade combate a violência e a ignorância sobre a temática de gênero e sexualidade, um assunto imprescindível para a formação dos discentes, principalmente os que estão em processo de autodescoberta. Porém, esse assunto continua relegado, no contexto escolar.

3 RELATO DE MARESSA

Quando Ana Katryna me convidou para assumir o grupo, eu me senti honrada e insegura porque sei que ela esperava de mim o meu melhor. Mas,

como mulher, como tantas outras, diversas vezes exposta ao machismo, ao assédio, ao *mensrupting*, *mansplaining*, *bropropriating* e *gaslighting* no ambiente social e de trabalho, vi que era uma oportunidade de me colocar de outra forma senão como (r)existência e fazer do “Adiversidade” um coletivo e um local de ressignificação ao abordar questões incômodas para a estrutura rígida e hierarquizada da sociedade, pouco interessada no fator humano quando falamos de diversidade sexual e de gênero. Além disso, a meu ver, o modo como algumas comunidades tratam do tema e a forma como algumas lideranças têm sido praticadas são, ao mesmo tempo, sintoma e causa de inúmeros males sociais e, infelizmente, dentro da própria comunidade LGBTQIA+ encontramos o compartilhamento de preconceitos, machismo, transfobia e a naturalização de algumas construções sociais, o que acaba estigmatizando a imagem de mulheres, travestis e transexuais, por exemplo.

Por isso, e em respeito aos tratados nacionais e internacionais referentes aos direitos humanos e reconhecendo o direito das mais diversificadas identidades de gênero, aceitei dar continuidade ao projeto, cuja meta primordial é a conscientização e o combate à violência e à discriminação de gênero.

E que melhor lugar senão o ambiente escolar para favorecer a reflexão e o diálogo, a convivência respeitosa e o avanço na efetivação de direitos, aspectos que consideramos fundamentais de um ambiente democrático, que preza pelo exercício constante do pensamento crítico, embasado na ética e no pensamento científico?

3.1 Fundamentação Teórica

De acordo com Louro (2008), gênero e sexualidade são construídos através de inúmeras aprendizagens e práticas, empreendidas por um conjunto

inesgotável de instâncias sociais e culturais, de modo explícito ou dissimulado, num processo sempre inacabado. Nesse contexto, a educação exerce um papel estratégico quando se busca a valorização da diversidade, fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar/combater toda sorte de preconceitos, discriminações e violências, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade.

Nesse sentido, a escola se coloca como um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos às diferenças.

Assim, para que a escola se constitua verdadeiramente democrática e justa, faz-se necessário articular o debate sobre igualdade e diferença e alguns documentos e diretrizes como o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH, Resoluções CNE/CEB nº 04/2010, nº 02/2012 e PNE – Lei nº 13.005/14 nos orientam acerca da necessidade de incluir a temática, promovendo o reconhecimento e o respeito às diversidades de gênero, orientação sexual e identidade de gênero com educação igualitária, não discriminatória e democrática.

Considerando todo esse contexto e buscando disseminar essa reflexão no âmbito do IFSP campus Avaré e seu entorno, propusemos ao “Grupo Adiversidade” termos a prioridade trabalhar, de forma transversal e interdisciplinar, para a sensibilização e formação de educadores, alunos e comunidade em geral a respeito do tema. Nosso intuito, como dito anteriormente, é contribuir para a construção de um ambiente escolar mais saudável, compreensivo e valorizador da diversidade humana, sobretudo em suas relações de gênero e sexualidade.

3.2 Relato de experiência

Dentro desse contexto, nosso primeiro objetivo foi a acolhida e também a reflexão, divulgação e estudo acerca da temática de Gênero e Sexualidade. Como supracitado, estamos visando ao combate à violência e à discriminação de gênero e, por isso, desejamos não apenas promover ações que garantam uma educação inclusiva, mas também estimular a produção científica relativa à temática do núcleo. O intuito é fazer com que o grupo acompanhe e proponha ações para o cumprimento das legislações referentes às garantias de direito à vivência de identidades de gênero e sexualidade diversa. Além disso, estamos usando as redes sociais para colocarmos em discussão temas que visem práticas formativas e informativas, com o objetivo de sensibilizar a comunidade do IFSP e seu entorno para a temática, bem como criar uma cultura de respeito à diversidade e um espaço educacional inclusivo e plural.

Para isso, inscrevi o grupo como projeto de extensão do IFSP Campus Avaré e, após sua aprovação, escolhemos os dois bolsistas conforme edital.

Tomando como base os objetivos já citados, para a execução do projeto em si, eu e os bolsistas nos reunimos virtualmente para fazer o planejamento das atividades iniciais, tais como a organização do calendário de atividades mês a mês do projeto e a acolhida dos participantes e a apresentação (ainda que virtual por causa da pandemia) do IFSP Campus Avaré, para que se sentissem confortáveis dentro da instituição. Então, começamos com a execução das atividades, com a criação oficial do grupo e das redes sociais como Instagram e Facebook para divulgação e veiculação das ações.

Em seguida, alteramos toda a imagem do “Grupo Adiversidade” e também o nome. Para dar a ideia de acolhimento nos transformamos em

“Coletivo Adiversidade”, alteramos as cores para dar uma aparência mais sóbria e acrescentamos a mão-símbolo de resistência do movimento, conforme pode ser visto na Figura 3:

Figura 3



Ainda durante o planejamento, percebi que a necessidade de suporte institucional para que o Coletivo realmente ser efetivado. Falei com o diretor acadêmico da instituição e conseguimos o apoio necessário. A partir disso, conseguimos um espaço para divulgação no site do campus, dentro da página da Coordenação de Extensão (Figura 4).

Figura 4



Por intermédio do bolsista Miguel, também conseguimos uma parceria com uma magistrada, que faz assistência jurídica *pro bono* em questões LGBTQIA+ e, conforme o andamento do projeto, temos conseguido a adesão de diversos colaboradores, como alunos do curso de Psicologia de duas Faculdades presentes na cidade de Avaré e a coparticipação de profissionais de diversas áreas para realização de oficinas, *lives* e encontros

virtuais para promover ações voltadas às temáticas de gênero, sexualidade e educação.

Dessa forma, acreditamos estar fomentando a participação dos diversos segmentos da instituição, além de problematizar as temáticas referentes a gênero e sexualidade e como elas têm sido abordadas em diferentes espaços, em especial, no âmbito institucional.

No presente momento, nós estamos reorganizando o calendário, fazendo um levantamento dos temas acerca das políticas de educação para a diversidade de gênero e sexualidade para colocá-los para reflexão após as férias escolares.

Durante o andamento do projeto, também estão previstos: a) palestras com psicólogos sobre gênero e sexualidade; b) palestras com educadores e especialistas a respeito da educação inclusiva e diversa, direitos humanos, formas de vida, religiosidade e outras temas que envolvam a comunidade LGBTQ+; c) Oficina de formação a respeito de como lidar com as questões de sexualidade e gênero na escola; d) Intervenções artísticas e indicações de obras culturais;

Para coleta de dados, estamos mantendo um drive com todo o conteúdo de elaboração de posts, além das postagens semanais e acompanhamento das redes sociais e a equipe de execução faz reuniões periodicamente (virtuais e pelo WhatsApp) com o intuito de discutir os temas de abordagem, acompanhar as atividades desenvolvidas, discutir os objetivos e replanejar o que se fizer necessário, sempre pensando na metodologia para um melhor processo de planejamento das ações.

Ao término das Ações de Extensão será efetuada uma reunião geral para se discutir a respeito das metas atingidas e planejamento das ações posteriores. Ao final do Projeto será submetido relatório das atividades,

elencando as ações e seu cumprimento. Também serão informados os produtos gerados e seu impacto para a comunidade.

3.3 Resultados Esperados

Considerando os objetivos geral e específicos, espera-se, como resultado que a comunidade e os participantes se sensibilizem com o tema e comece a se tornar um multiplicador do combate à violência e à discriminação de gênero.

Como dito anteriormente, serão elaboradas artes para divulgação em redes sociais, contendo os temas preparados durante o projeto, contribuindo para que as participantes se tornem também agentes multiplicadoras dessas ações. Pretende-se, ainda, conscientizar a comunidade atendida pelo projeto e também a comunidade do IFSP Campus Avaré quanto à importância de uma educação inclusiva e plural.

Além disso, acreditamos ser fundamental a divulgação da experiência, tanto para a possível continuidade do projeto quanto para o impacto positivo que o mesmo pode deixar na comunidade. Por isso, a equipe será estimulada a coletar dados, propor trabalhos de relato de experiências, apresentação dos resultados em congressos e eventos relacionados. Todo o material gerado pela execução das ações de extensão do presente projeto será utilizado pelo "Campus" para ações de divulgação e aproximação com a comunidade.

4 RELATO DE ANA

Ai, estou grávida... de ideias.

Começo a escrever este artigo em 20/06 de 2021. É, sim: o ano da pandemia.

Na Casa da Escritora.

Amanhã, começa o inverno e me enche de nuvens esparsas, em lua crescente... Muitas estrelas já surgem. Entre pinheiros, e matas, e o azul... Ainda.

Que tudo fosse uma melopeia, era o que eu queria, e talvez seja... Fanopeia, a imagem, logopeia, a ideia. *Melos*, o canto... A “voz natural” do ser humano, segundo Octavio Paz, em *O Arco e a Lira*, Capítulo I.

Aqui, me ponho a escrever sobre o Grupo de Leitura, e, hoje, Coletivo “Adiversidade”, do campus Avaré do Instituto Federal de São Paulo: a *diversidade* como *adversidade* na vida de indivíduos, e a *adversidade* como *diversidade*, no campo da sociedade. Confirmando o paradoxo de Zenão de Eleia: somos fixos, em nós mesmxs, no coração, na respiração; no entanto, vamos passando por um mundo que “muda”, transforma-se, move-se, e nos movemos, também, paradxs, em nós mesmxs; quietxs, sossegadxs...

Hoje, vivo afastada, em um sítio... Professora e escritora, ou o contrário, que é melhor para mim. Autônoma, acredito em um trabalho pessoal. O Grupo, ou Coletivo surgiu como uma iniciativa minha em busca da temática de Gênero e Sexualidade no âmbito do Instituto Federal de São Paulo, onde comecei a trabalhar em julho de 2019.

Ao começar a trabalhar em Avaré, logo soube da existência do Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade, o NUGS, e procurei me aproximar dele.

Essa aproximação foi facilitada pela minha chefia imediata, que me indicou, posteriormente, como Membro Docente do Núcleo, o que me colocou em amizade com Luciano Lira, presidente, então.

Acostumada com o ritmo de trabalho do Instituto, percebi que a criação de um núcleo como aquele, em Avaré, seria uma tarefa que, mesmo sendo necessária, teria de ser levada a cabo apenas por mim mesma.

Percebi, também, que o tamanho do campus Avaré comportava, com muita propriedade, um Grupo de Estudos, ou de Leitura, sobre esta temática.

A demanda por ele aparecia, esporadicamente, de alunxs e servidorxs, que a traziam de várias maneiras. E a inesperada “pandemia”, que nos colocou em resguardo, pelo menos desde o dia 17/03/2020, nos fez pensar em várias maneiras de driblarmos o afastamento social, em busca de contato com nossxs alunxs. Dentro desse contexto, enxerguei a possibilidade de criar, mesmo pelo aplicativo WhatsApp, um grupo que se interessasse pela temática de literatura LGBTQ+, que eu conhecia relativamente bem, pelo contato, principalmente, com a obra de André Gide. Inicialmente, quatro alunxs aceitaram o convite, e, em algumas semanas, estávamos crescendo, até o número de treze, ou quatorze participantes.

Sem dúvida, o apoio do NUGS, por meio de suas postagens, foi fundamental para uma ampliação dos caminhos daquilo que, futuramente, chamar-se-ia “Adiversidade”.

Ainda que o trabalho de criação e de manutenção do nosso Grupo fosse, de fato, uma tarefa a ser levada a cabo por nós mesmxs, a divulgação de materiais, de cartilhas e de palestras, e os cursos divulgados pelo NUGS, redimensionou as minhas perspectivas.

A conexão estabelecida, também, com a Rede de Estudos de Gênero e Sexualidades dos IF’s, sediada no Rio Grande do Sul, agiu nesse sentido. Portanto, revelou-se desde o início que uma discussão específica sobre a literatura LGBTQ+ deveria se inserir, primeiramente, num debate muito mais amplo sobre os Estudos de Gênero e Sexualidade, no Brasil.

Mas, a pergunta era: como o grupo poderia abranger outras pessoas do campus?... As atividades remotas eram muito exigentes, de todxs nós. E isso inviabilizava muito a promoção e o estabelecimento de qualquer iniciativa que não fosse de urgência, em face da covid-19. E foi com a intenção de

promover esta reivindicação que apresentamos, depois, como projeto de extensão a criação do Grupo, reformulado, então, como ponto de encontro para a discussão das questões de Gênero e Sexualidade, dentro do campus.

Mexs primeiros orientandxs foram todxs voluntários. E se empenharam, primeiro, na criação de páginas e perfis em redes sociais, para, depois, mergulharem na criação de um calendário de atividades programáveis sobre efemérides pertinentes aos temas de que tratávamos. Quando deixei o Instituto, em março deste ano, o Projeto passou para a Coordenação de Maressa, e eu me desliguei do “Adiversidade” para procurar novas oportunidades de trabalho. Quando retornei, os avanços feitos eram muito promissores; muito além do que eu imaginava, que era a cessação das atividades no tempo programado (maio de 2021). Maressa me surpreendeu tanto quanto uma mulher é capaz de surpreender quando nela depositamos fé.

Hoje, mantenho conversas com Luciano Lira, dentro de outro âmbito, que é o da ação sindical no Estado de São Paulo. E percebo o quanto é importante um intercâmbio de informações com outros países, já que a gestão do tema da *diversidade* difere, muito, entre países como a Inglaterra e o Brasil, por exemplo. De acordo com fontes pessoais, a “retificação de nomes” age, naquele país superando o apego generalizado a imagens distorcidas de nossxs antepassadxs, razão de muitas resistências, da maioria das pessoas, a uma reavaliação do Tempo e do que nele segue...

O panorama que encontro, hoje, revela um acerto público e uma resistência provinciana. Difícil tarefa a de educar. De países avançados em termos de garantia de direitos, como a Dinamarca vêm dados que revelam que o provincianismo é uma praga, pois resiste ao bem.

Portanto, seguimos na direção da criação de um lar para todxs, independente de qual valor nos seja exigido para isso. “Há coisas que são

mais importantes do que a própria vida”, como diz o *I Ching*, capítulo 28, segundo a tradução de Richard Wilhelm.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

EWALD, François. *Foucault: A norma e o direito*. Lisboa: Vega, 1993.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. *Educação & Realidade*. v. 22, n. 2, jul./dez. 1997.

JIMÉNEZ, Carla. STF proíbe censura de livros no Rio e dá recado contra discriminação. *El País*. São Paulo. 09 set. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/08/politica/1567961873_908783.html?rel=listapoyo>. Acesso em 19 de jul. 2021.

JUCÁ, Beatriz. Justiça veta censura homofóbica de Crivella na Bienal do Livro do Rio. *El País*. São Paulo. 07 set. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/06/politica/1567794692_253126.html>. Acesso em 19 de jul. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições* vol. 19, nº 2, Campinas, Mai-Agosto, 2008.

MARVEL. *X-Men: Deus ama, o homem mata*. São Paulo: Panini Comics, maio de 2003 [Publicada originalmente em *Marvel Graphic Novel* (1982) nº 5/1983 - Marvel Comics].

MULCAHY, Russell. *Orações para Bobby* (Prayers for Bobby). Estados Unidos: Daniel Sladek Entertainment, 2009. (89 min.), son., color. Telefilme.

O'BRIEN, Fergus. *Stephen Fry: Out There*. [S.I.]: Bbc, 2013. Son., color. Legendado. Série Documentário em duas partes. Episódio 1.2.

PAZ, Octavio. *O arco e a lira*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

SCHWOB, Marcel. *La croisade des enfants*. Disponível em: <<https://beq.ebooksgratuits.com/vents/Schwob-croisade.pdf>>. Acesso em 17 de jul. 2021.

WILHELM, Richard. *I Ching, o livro das mutações*. São Paulo: Pensamento, 2010.

ZENÃO DE ELEIA. In: VALÉRY, Paul. *O cemitério marinho*. São Paulo: Max Limonad, 1984.

O QUE PENSAM PROFESSORES/AS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO? NOTAS SOBRE O ENSINO FUNDAMENTAL MANAUARA

Adan Renê Pereira da Silva¹

INTRODUÇÃO

Os debates em torno das questões de gênero e diversidade sexual ganharam maiores proporções desde o Plano Nacional de Educação (2014) e da Base Nacional Curricular Comum (2017). Quando das discussões em torno destes documentos, setores conservadores, especialmente ligados a fundamentalistas religiosos, criaram uma verdadeira celeuma em torno do tema, ressignificando “gênero” como “ideologia de gênero”, sintagma que visava fomentar pânico, como se falar destas questões na escola fosse “homossexualizar crianças”, “fomentar a pedofilia” e “destruir a família tradicional” (JUNQUEIRA, 2017; SILVA, 2019; SILVA, 2020; SILVA; NEVES; MASCARENHAS, 2019; BUTLER, 2021).

O que se pode perceber é que houve uma negação do termo gênero enquanto categoria científica, oferecendo-se intensa resistência à adesão dele em documentos oficiais e legislativos, sob a justificativa religiosa do binarismo “homem” e “mulher” que só comportaria a existência da heterossexualidade e da cisgeneridade.

Sob o epíteto de “ideologia de gênero” conservadores/as reúnem estudos de gênero, feminismos, movimentos LGBTQIA+ em irrealidades e

¹ Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM). Psicólogo (UFAM). E-mail: adansilva.1@hotmail.com

preconceitos sustentados por teorias conspiratórias que apenas corroboram mais violências físicas, psicológicas e simbólicas contra estes grupos. Como explicado por Butler (2021), as religiões cristãs propugnam ser a “ideologia de gênero” algo nocivo por, supostamente, ser contra características de “cada sexo”, as quais seriam imutáveis: existiriam papéis de homens e papéis de mulheres definidos pelo “mundo natural”, como a reprodução. Para que este entendimento prevaleça, é preciso disseminar inverdades em torno, precipuamente, dos movimentos LGBTI+ e dos movimentos feministas, de modo a deslegitimar a luta travada em torno da aquisição da igualdade *material* entre os diferentes gêneros e orientações sexuais.

Neste sentido, o texto aqui apresentado objetiva refletir sobre como docentes do Ensino Fundamental I e II da rede pública municipal de Manaus (SEMED) significam o debate de gênero e diversidade sexual em suas práticas. Apresenta-se aqui parte dos resultados obtidos em tese de doutoramento defendida em 2020 que visava entender os impactos de curso de formação em Gênero e Diversidade Sexual ofertados pela SEMED para docentes da rede. Para tanto, foi empreendida pesquisa de viés qualitativo, com dados obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com três professores/as da capital amazonense (recorte dado devido ao tamanho possível ao capítulo de livro), escolhidas via amostra proposital dentro do universo que passou pelo curso de formação ofertado pela Secretaria (SILVA, 2020). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, CAEE 92256618.4.0000.5020.

2 GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL FORAM À ESCOLA: O QUE ENCONTRARAM?

Falar de gênero, sexualidade e diversidade sexual é tratar de corpos e subjetividades que se entrelaçam. Os corpos, bem como os conhecimentos produzidos sobre eles, carregam a marca da provisoriedade da historicidade, levando em conta os receios e anseios de cada cultura. Vários campos científicos falam do corpo, produzindo também diferentes sentidos sobre o que se entende por “nosso corpo” (MEYER; SOARES, 2008). Quando corpo, sexualidade e gênero “dão as mãos” e vão à escola, o que encontram por lá?

Pela crescente construção de saberes e debates sobre gênero e sexualidade na sociedade, a escola não se alheia de entrar na roda, por também fazer parte dela. Como constatam Santos, Walczak e Cordeiro (2018), a instituição precisa dar visibilidade para o conhecimento sobre gênero e sexualidade entre seus muros. Enquanto isso não ocorre, o ambiente escolar continua reproduzindo discursos sociais naturalizantes das diferenças entre meninos e meninas, visibilizando conteúdos patriarcalistas, sexistas e discriminatórios entre os gêneros.

A ação educativa que se volta para questões de sexualidade, gênero e diversidade sexual deve ser moldada na universalidade da liberdade, dignidade e equidade do sujeito em expressar a sexualidade e o gênero, de modo a superar preconceitos e discriminações. Pautar-se em atividades crítico-reflexivas tende a romper com práticas educativas esterilizantes e moralistas, ainda realizadas por muitos profissionais da escola (SILVA JÚNIOR; RODRIGUES, 2018).

Os Estudos Culturais apontam para múltiplas identidades culturais, construídas discursivamente nos processos que instituem a diferença. Há

variados fatores que excluem socialmente, circunstâncias de privação social ou de não reconhecimento, as quais interagem e colocam em diferentes posições as diversas pessoas (FURLANI, 2011). É preciso pensar como as diferenças culturalmente criadas influenciam tanto acadêmicos e acadêmicas de cursos de formação de professores/as, quanto até onde vão as supostas estabilidades em currículos da educação escolar. Atualmente, de acordo com Telles (2017), tem-se um currículo voltado para a técnica e a exatidão, com pouco espaço para a dimensão afetiva e sexual, tornando-se desafiador um trabalho voltado para estas questões.

Conforme leitura de Louro (2014), as diferentes instituições são construídas por pessoas, as quais estão classificadas pelos gêneros (que também atravessam os sujeitos), o que significa que não só as citadas instituições produzem os seres humanos, como também são construídas por eles. É preciso, neste sentido, pensar a escola enquanto um organismo vivo, um sujeito-metamorfose: múltipla, plural, híbrida. Aliás, como todo ser humano que faz parte dessa sociedade em constante movimento. É preciso “estranhar” a escola.

Para torná-la pluralizada, necessário garantir o debate sobre gênero e sexualidade, com toda a expressão que merece, repensando a formação docente, de modo a não ser concebida nos moldes de uma lógica produtiva em que “um ensina e o outro aprende” (PESSOA; PEREIRA; TOLEDO, 2017, p. 26). Pessoa, Pereira e Toledo (2017, p. 26-27), ao trabalharem com alunos/as do Ensino Médio, perceberam o silenciamento do tema na escola e revelam consequências de uma formação não consistente:

[...] assistimos à adoção de uma série de procedimentos indesejáveis por parte dos professores, denunciando uma atuação profissional com pouca ou nenhuma autonomia, sem compromisso com a formação integral

do aluno nem com o desenvolvimento do seu pensamento crítico e reflexivo, sem qualquer preocupação com as questões relacionadas a gênero e sexualidade. As atividades propostas são desprovidas de sentido (tanto na perspectiva do aluno como na perspectiva do próprio professor) e algumas estratégias adotadas na tentativa de dinamizar a aula e resgatar o interesse do aluno pelo aprender fracassam, pois têm como princípio “o lúdico pelo lúdico, a dinâmica pela dinâmica” dada a falta de propósito didático, de direção pedagógica, de consciência sobre o que é necessário para o desenvolvimento do aluno.

Segundo Butler (2017), há um conjunto de comportamentos criados pela sociedade, que separam masculino do feminino, geralmente levando a uma separação entre sexo e gênero, dicotomizando com base na diferenciação que também se faz entre “natureza” e “cultura”, sendo as “identidades” resultantes dessas diferenças construídas culturalmente. O “sexo” também entra neste aparato, “normalizando” comportamentos.

O que Butler (2017) propõe encontra-se com as ideias foucaultianas acerca do conceito de “poder disciplinar”, já que o sujeito constitui-se enquanto tal ao submeter-se a estas normas sociais, que disciplinam pessoas e as levam a reproduzir sujeições: pessoas se constituem pessoas quando se subordinam ao poder social. Esta constituição faz-se diante do imaginário social, do conjunto de ideologias da sociedade, definitórias de toda uma discursividade que não se pode tornar explícita no tocante ao aparato legal do Estado, mas atravessa toda ação humana, principalmente por meio dos valores individuais que as pessoas reproduzem em determinado contexto (FOUCAULT, 2017).

Pode-se deduzir que o poder disciplinar remete ao acionamento de um conjunto de procedimentos que adentram e mudam a vida das pessoas, não para destruí-las, mas para disciplinar – daí a nomenclatura – mentes e

corpos. E como essa pressuposição de coerência entre sexo e gênero segue existindo? Por meio da manutenção da produção de “verdades” realizada por instrumentos como a escola, igrejas, mídias, entre outros. Eles interagem e conseguem manter o *status quo*.

Conforme salientam Furlani e Lisboa (2008), outros modos de compreender a sexualidade e o próprio corpo, oriundos de movimentos como o feminista e LGBTI+, começam a desnaturalizar esta influência midiática, pondo em pauta direitos humanos de grupos marginalizados e lutando pela redefinição de políticas de identidade centradas no reconhecimento da diversidade humana como um valor.

Este reconhecimento é importante, posto que diferentes visões se inserem na escola, articulando instâncias e levando este local de saber a tomar parte em projetos de saúde, de gênero, de sexualidade, englobando educandos/as, educadores/as e comunidade. Afinal, nela também se produz saúde (ou não), devendo analisar, de acordo com sua competência e pertinência, como devem ser transmitidos conhecimentos dentro de uma estrutura de condições, coerência pedagógica e necessidades da instituição e dos/as discentes (PEREIRA, 2019). Na verdade, a consolidação da escola como este lugar é fruto de um processo sociocultural que a elevou a este patamar:

[...] Alvo de atenção dos religiosos, dos Estados e das famílias, ela foi se constituindo como necessária para a formação de meninos e meninas, ao mesmo tempo em que deslocava a importância de outros espaços formadores. À escola foi atribuída, em diferentes momentos, a produção do cristão; do cidadão responsável; dos homens e das mulheres virtuosos/as; das elites condutoras; do povo sadio e operoso etc. Certamente não se esperava que ela desempenhasse sozinha essas tarefas, embora, com muita frequência,

elas lhe fossem explícita e pontualmente endereçadas (LOURO, 2014, p. 94).

Ao acumular tantas funções, a escola também acumulou poder. Assim, quando se tem dificuldades em acessá-la, geram-se problemas para se existir dignamente na sociedade. Este é o caso das pessoas LGBTI+, as quais, na observação de Jesus (2016), por terem diferentes empecilhos desde a infância para acessarem e/ou se manterem neste local, como a LGBTI+fobia na escola, abandonam os estudos, não tendo acesso formal ao mercado de trabalho. Por consequência, a própria qualidade de vida destas pessoas é abalada: elas se veem em situações de subemprego ou de empregos humilhantes, impossibilitadas de realizar todo o potencial intelectual e produtivo de que dispõem, acumulando frustrações e psicopatologias (como depressão), tendo, ainda como resultado, o aumento do índice de suicídios entre os seus membros, especialmente os mais jovens.

O caso agrava-se quando se pensa nas pessoas transexuais e travestis. Consoante Silva e Maio (2019), pessoas discrepantes da cis-heterossexualidade normativa são pouco vistas. Os modos de ser de cada uma delas precisam ser reconhecidos na escola, por meio de práticas de respeito, de pertencimento social às ações pedagógicas, com as escolas assumindo a responsabilidade pelas vidas do grupo T (travestis, transexuais e transgêneros), isto porque a presença de pessoas trans é institucionalmente ininteligível em um cenário moralista, fundamentalista e preconceituoso como o é o brasileiro.

Pertencer socialmente às ações nas unidades escolares pode ser um fator de combate aos processos de apagamento de estudantes trans, que podem redundar em abandono, evasão ou rompimento com a escola. Nas palavras de Junqueira (2009, p. 31): “[...] Professores/as costumam dirigir-

se a seus grupos de estudantes como se jamais houvesse ali um gay, uma lésbica, um/a bissexual ou alguém que esteja se interrogando acerca de sua identidade sexual ou de gênero [...]”.

Existe, assim, uma presunção de cis-heterossexualidade, dentro de uma proposta maior de normatizar comportamentos no ambiente escolar. Afinal, desde que se constituiu, a escola moderna é marcada pela diferença: seja pela constatação de que elas existem, seja pela produção escolar das diferenças, sendo que algumas dessas diferenciações escolares ocorrem no corpo: “[...] modos de sentar e conseguir manter-se sentado por longos períodos de tempo, modulação e tom de voz, ouvir e falar, o desenvolvimento de determinadas capacidades motoras etc [...]” (MEYER; SOARES, 2008, p. 9). Neste sentido, o próprio conceito de “educação sexual” perpassa a vivência dos atores e das atrizes escolares.

Vale ressaltar que as crianças seguem educadas pelo discurso midiático que passa informações a todo instante sobre gênero e sexualidade. Isso redobra a responsabilidade de profissionais da educação, os/as quais precisam buscar constantemente informações sobre os temas, compreendendo a relevância de representações de gênero como locais de disputas sociais e políticas: tais disputas envolvem relações desiguais, as quais, por assim serem, necessariamente envolvem poderes e assimetrias.

No Amazonas, a realidade não foge à norma discriminatória e segregacionista. Silva e Torres (2012, p. 6) reafirmam que aqui também a escola é regida pelo preconceito e a discriminação afeta o pensamento de estudantes, pais, professores/as, diretores/as e funcionários/as. No estudo desenvolvido, ressalta-se uma correlação entre atitudes preconceituosas e o desempenho na prova, mostrando que as notas são mais baixas onde há maior aversão do corpo docente à diversidade. Para elas, “o tema da sexualidade humana que deveria ser amplamente discutido nas escolas para formar

mentes sadias, não encontra força entre as educadoras/es”. E concluem: “A temática da orientação sexual é ainda mais refratária, havendo, inclusive, casos de homofobia por parte de certas/os educadoras/es”.

Após todo o exposto, pensa-se que este tópico parece responder a contento a pergunta feita: o que corpo, gênero e sexualidade encontraram ao chegar à escola? Encontraram um ambiente totalmente padronizado que possui uma séria dificuldade em acolher, de fato, a todos, todas e todes. É preciso transformar a sociedade e a escola está incluída nesta missão.

3 COMO ENTENDO O TEMA DA DIVERSIDADE? A VISÃO DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE MANAUS – AM

De modo geral, dentro do universo pesquisado, as falas docentes tratam de expectativas de gênero, de heteronormatividade e de falta de preparo no tocante aos/às educadores/as. Conseguiu-se notar o que Butler (2017) aponta: a necessidade de interrogar “a identidade”, esta ideia uma que ela aponta existir no movimento feminista. Percebe-se que está posto o desafio de subverter a noção da heteronormatividade e de entender como fáticas as “identidades LGBTI+”, percebendo-se que há variadas formas de existir, as quais precisam ser reconhecidas e percebidas para bem longe de cristalizações, removendo-se os obstáculos de um conservadorismo reinante, especialmente o de viés religioso.

Dada a necessidade de resguardar a identidade dos/as professores/as envolvidos/as, optou-se por nomeá-los/as como P1, P2 e P3, trazendo o universo dos/as três participantes.

P1 é nosso primeiro entrevistado: professor cissexual gay, com mestrado, solteiro, atuante no ensino há 8 anos e que se considera cristão

(“vou à missa”). Segundo ele, “[...] você vê na sala de aula algum desenho de algum órgão genital, ou até na mesa do professor eu já vi também, então isso demonstra que precisa ser discutido em todas as disciplinas”. E complementa: “[...] também vejo que em sala de aula sempre têm uns alunos, né, que demonstram comportamento sexual que foge ao padrão heteronormativo [...]”. Fornece outros exemplos de discentes que rompem com estereótipos de gênero.

Depara-se com a diversidade sexual no cotidiano pelos/as discentes que ativamente transmitem conteúdos como desenhos de órgãos genitais na escola, inclusive na mesa dos/as professores/as (o que querem dizer quando chamam a atenção deles/as?). Alguns/mas comportam-se de forma a desafiar a cisheteronormatividade adultocêntrica, como meninos que usam batom, tiara e/ou meninas que possuem cabelos curtos.

Diz agir diante da diversidade com foco na cidadania, na promoção do respeito. Trabalharia mais o tema se houvesse mais formação, o que ajudaria a dissipar resistências que discentes trazem da família. É preciso problematizar a espera por curso de formação para começar a agir. Falta conhecimento da legislação.

Ao falar de meninos que usam batom, tiara e/ou meninas que possuem cabelos curtos como indícios de uma possível não normatividade sexual e de gênero, torna-se oportuno pensar como já se espera determinada performance de quem apresenta determinado sexo. Confirma-se a visão butleriana de que talvez o próprio constructo “sexo” seja tão culturalmente construído quanto “gênero”: “[...] a rigor, talvez o sexo tenha sempre sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula” (BUTLER, 2017, p. 27).

O docente, neste caso, talvez não espere que determinada criança se comporte de uma maneira condizente com o sexo, por apresentar um jeito de

pensar mais “desconstruído”, entretanto, mesmo assim, segue “estranhando” o existir de meninas com cabelos mais curtos ou meninos que usam batom. Afinal, a fala dele segue em primeira pessoa, não é o/a outro/a que nota, é ele. Como se atrela “vagina-não-pode-cabelo-curto-menina” ou “pênis-não-pode-batom-menino”, de forma a inferir-se “diferença”?

O próprio sexo torna-se, assim, generificado: “[...] Resulta daí que o gênero não está para a cultura como sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou um “sexo natural” é produzido [...]”, sendo anterior à cultura, “uma superfície politicamente neutra *sobre a qual age a cultura*” (BUTLER, 2017, p. 27, grifo da autora).

É por isto que o uso que jovens fazem do corpo causa esta sensação de “estranhamento”: o corpo aparece, nesta leitura, como um meio passivo sobre o qual se inscrevem significados culturais, ou então como o instrumento pela qual uma vontade de apropriação ou interpretação determina o significado cultural por si mesma (BUTLER, 2017). O corpo infantil torna-se a projeção do que o docente quer ver, como se ele – o corpo – falasse por si mesmo, o que não é verdade: sobre o corpo, lança-se o olhar docente, com todas as expectativas que o/a docente carrega de gênero, corpo e sexualidade. A fala também evidencia a necessidade de mais conhecimentos sobre o tema, inclusive, caso aconteça, de como lidar com crianças LGBTI+.

A próxima entrevista, de P2, aponta para o problema de pessoas que carregam preconceitos enraizados, que invisibilizam e/ou negam a existência de outros gêneros, outras expressões de sexualidade. P2 é um professor heterossexual, cisgênero, solteiro e católico, de 32 anos, que exerce a profissão docente há nove anos. Ao tratar do tema da diversidade sexual, o docente fala de um aluno que não queria permanecer na turma com um

colega homossexual e de colegas de profissão que, por serem religiosos/as, enxergam a homossexualidade como algo “curável”:

[...] Eu vi preconceito. Um aluno meu não gostava do outro. Aí simplesmente ele me falou isso, perguntou se o outro tinha se rematriculado, ele não queria ficar na sala dele, simplesmente, vou usar a palavra aqui, porque o outro era “viado”. Era isso o que ele disse: “eu não vou, não quero me matricular nessa sala porque o aluno X é viado”. E fora outras coisas também, como colegas de trabalho usando questões religiosas, sabe, dizendo que o homossexualismo (sic) a igreja cura, que isso não era coisa de Deus etc., a gente fica realmente chocado com o tamanho da ignorância e do preconceito que ainda existe (P2, entrevista concedida durante pesquisa de campo, 2019).

É desta forma que a diversidade sexual aparece no cotidiano. Esta fala de religiosos/as confirma uma visão “terapêutica” de gênero e sexualidade, a qual, segundo Furlani (2011), comporta traços de fundamentalismo e acredita na “cura” de pessoas não heterossexuais.

O modo como lidou com a situação de não aceitação foi chamando a atenção da criança preconceituosa em reservado. Não desenvolve atividades sistematizadas por um suposto atraso na Base Nacional Curricular Comum. Deve-se, mais uma vez, pontuar que esta não é uma justificativa plausível para atitudes omissas. A legislação impende que o/a docente aja.

Importante a contribuição de Peixoto e Oliveira (2016), ao destacar que a escola é lugar de formação e aprendizado e essa formação e aprendizado precisam ser debatidos, transmitidos, discutidos de forma a não inferiorizar nenhuma categoria social, cabendo aos/às docentes prepararem-se para essa prática e buscarem formação inicial e continuada, desenvolvendo um trabalho ancorado no diálogo e no respeito.

Mais uma vez, há de se invocar Butler (2017) para perceber porque um homossexual tende a incomodar tanto, especialmente os/as “afeminados”. A estilização repetida do corpo, o conjunto de atos reiterados no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, cristalizar-se-á no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural do ser. Se o sujeito age diferente dessa “substância”, ele não deve ser aceito, deve ser rechaçado, porque diferente e anormal. Neste bojo, podemos inserir transexuais, travestis e mesmo heterossexuais que simplesmente fujam das “normas” de gênero. Quando de um enviesamento adultocêntrico, crianças que estejam exercendo a curiosidade e que “simulem” atos considerados de adultos com essas orientações sexuais e identidades de gênero, também sofrerão preconceito. LGBTI+fobia, adultocentrismo e etnocentrismo interseccionam-se de forma extremamente potente.

Este tipo de situação narrada pelo docente leva à confirmação do que propõem Henriques et al (2007), para quem a escola brasileira foi historicamente concebida e organizada segundo os padrões da heteronormatividade, valorizando e edificando como padrão um único comportamento: o adulto, masculino, branco, heterossexual. Isso, de fato, leva a um contexto de exclusão e LGBTI+fobia, como bem demonstrou a fala do aluno que não queria dividir a turma com o rapaz homossexual, representativa da ojeriza ao/à “diferente”, o que culmina, em uma análise macro, no Brasil como o detentor de um dos maiores índices de violência de natureza LGBTI+fóbica. Também reforça a tese de que a socialização é um forte fator de conformação dos sujeitos ao padrão heteronormativo. A escola deveria funcionar, nesta ocasião, como um contraponto necessário a falas, atitudes preconceituosas e LGBTI+fóbicas ensinadas na família.

O fato de o professor, mesmo diante de realidades como essa, não realizar atividades no eixo da diversidade reafirma as constantes críticas e

tabus no que se refere a não ser a sexualidade abordada em sala de aula. É uma situação de estranheza, já que é neste local, como demonstra o caso concreto, que se manifestam sexualidades e as mais diversas curiosidades (MEIRA; SANTANA, 2014). A demanda deste aluno, individualmente, gera a possibilidade de problematizar o coletivo, combatendo um ambiente de aversão à diversidade sexual, de gênero e, aproveitando-se desta situação, temas como racismo e classe podem ser trazidos à baila, em um viés de interseccionalidade.

O terceiro relato (P3) vem de uma professora bissexual, divorciada, católica e na profissão há 10 anos. Para ela, a diversidade sexual manifesta-se cotidianamente por crianças que expressam a sexualidade desde muito cedo. Há a citação da curiosidade infantil em torno de temas como autoerotismo, masturbação, destacando o fato de as crianças já julgarem o uso de brinquedos com base em expectativas sociais. Quando um menino demonstra interesse na boneca com a qual o colega brinca, julgando-a como de menina, a professora indaga-se da possibilidade de uma possível transexualidade:

[...] Daí veio um menino e começou a brincar com a boneca. Como eu já tinha aprendido no curso da SEMED que era pra não achar que tipo carrinho é só de menino ou boneca só de menina, fiquei na minha e não falei nada. As outras crianças da sala não deram muita moral, ficaram distraídas com os outros brinquedos da caixa. Daí, tá, veio um outro menino que queria também brincar com a boneca e esse que já tava brincando não queria dar. Como o outro tava insistindo, ele pegou, virou pro que queria tomar a boneca dele e disse: “Fulano, isso é de menina!” Quer dizer, o menino falou pro outro menino que o brinquedo que ele tava brincando era de menina. Daí eu fiquei me perguntando o que isso queria dizer, né? Será que esse primeiro era

transexual, por exemplo, e de alguma forma colocou isso pra fora? [...] (P3, entrevista concedida durante pesquisa de campo, 2019).

Por que olhamos para a criança tentando pensar no futuro adulto? Ou por que uma possível transexualidade precisa chamar tanto a atenção? Se estivéssemos diante de uma criança trans, haveria preparo para lidar com o fato de forma madura?

A docente lida com a situação numa perspectiva que chama de “acolher”. Trata as crianças como uma “mãe”, dispondo-se a ajudar em quaisquer situações, mas sem nenhuma atividade sistematizada, no tocante à diversidade sexual, gênero e sexualidade.

É interessante pensar como a educadora “perde” a oportunidade de conversar com a criança e perceber se o que ela pensa pode ser visto de outra forma pelo menino. O que exatamente ela abrange como sendo esse “acolher” que uma mãe faz? É preciso uma postura tão enfática diante de meninos que gostam de brincar de bonecas? Muitas vezes, é preciso que o sujeito apenas desprenda-se da visão etnocêntrica e adultocêntrica que possui de gênero e sexualidade e perceba que as crianças podem apenas ser pessoas descobrindo o mundo e colocando a curiosidade para funcionar.

O adultocentrismo da cultura leva a uma ignorância realmente grande acerca do mundo idiossincrático da infância e da juventude. A adoção da filosofia da “infância ingênua” silencia outras mais reais (SILVA; MASCARENHAS; WEIGEL, 2018). A fala de “ser mãe” parece confirmar a hipótese de Louro (2014) de que foi gestada uma nova mentalidade escolar que associava às mulheres professoras o destino de “mães espirituais” das crianças que vão estudar. Sobre o “brincar discrepante”, para Picchetti e Seffner (2016):

[...] Há muitas possibilidades de compreender este pequeno ato. Um pequeno detalhe nos faz ver por onde caminha a compreensão da professora: sua vontade de estar aberta a uma educação para a diversidade faz com que ela o classifique [o menino que utilizava objetos considerados femininos] precipitadamente como gay. [...] É uma forma de pensar a diversidade, operando pela criação cada vez maior de grupos e modos de ser. Porém, sabemos que os atributos de gênero e orientação sexual são coisas distintas. É claro que há homossexuais mais femininos, mas isto não é uma regra. Ao tomarmos algumas características como referências identitárias, acabamos formando estereótipos. Seria interessante não fechar o futuro do aluno e pensar que homens podem sim brincar com atributos femininos [...]. Ao fazer isso, eles desafiam a norma e se pode inclusive pensar no que ganham com a incorporação de atributos femininos (PICCHETTI; SEFFNER, 2016, p. 93-94).

A análise é bastante pertinente: ao invés de buscar uma explicação para o que pode significar um possível comportamento infantil “desviante”, que tal exercitar o respeito e a empatia?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto almejou contribuir com a discussão em torno da docência no Ensino Fundamental e a interpretação dos/as docentes sobre gênero e diversidade sexual. De modo geral, ainda que se tenha um recorte bem pequeno em relação ao universo original da pesquisa, ficam os apontamentos do rígido edifício que se tornou a escola em torno de padronização cis-heterossexista, em um verdadeiro arcabouço paradigmático.

Urge, assim, que professores/as possam rever conceitos religiosos que carregam e que a formação, desde o Ensino Superior até a continuada, possa problematizar os padrões impostos socialmente, desfazendo a égide

colonizada, racista, LGBTfóbica e judaico-cristã que rege o pensamento brasileiro. Tendo em vista a ascensão conservadora brasileira representada pela bancada do Boi, da Bala e da Bíblia e do Poder Executivo federal e municipal, no caso manauara, sabe-se que a tarefa é difícil. Entretanto, não podemos retroceder. É preciso resistir!

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Performatividade, precariedade e método. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*. v.14, n. 43, p. 15-21, jan-jun. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/11762/8179>>. Acesso em 01 de jul. 2021.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 4. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2017.

FURLANI, Jimena. *Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FURLANI, Jimena; LISBOA, Thais Maes. Subsídios à educação sexual a partir de estudo de *internet*. In: MEYER, Dagmar Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues. *Corpo, gênero e sexualidade*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

HENRIQUES, Ricardo *et al.* *Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Brasília: Ministério da Saúde, maio 2007. (Caderno SECAD 4).

JESUS, Jaqueline Gomes de. As guerras de pensamento não ocorrerão nas universidades. In: COLLING, Leandro (org.). *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de Gênero”: A invenção de uma categoria polêmica contra os direitos sexuais. *In*: RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravata; ALKMIN, Gabriela Campos. *Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos: Perspectivas Multidisciplinares*. Belo Horizonte: Initia Via, 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. *In*: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MEIRA, Renan Devitto; SANTANA, Luciana Teófilo. Sexualidade na perspectiva histórico-cultural: primeiras aproximações. *Trilhas Pedagógicas*, São Paulo, v. 4, n. 4, pp. 160-181, ago. 2014.

MEYER, Dagmar Estemann; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues. Corpo, gênero e sexualidade nas práticas escolares: um início de reflexão. *In*: MEYER, Dagmar Estemann; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues. *Corpo, gênero e sexualidade*. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

PEIXOTO, Reginaldo; OLIVEIRA, Márcio de. Masculino e feminino: construções que carecem de (des)construções sociais. *In*: MAIO, Eliane Rose; OLIVEIRA, Márcio de; PEIXOTO, Reginaldo. (org). *Educação, saúde, gênero e sexualidade: diálogos possíveis*. Curitiba, 2016. p. 39-56.

PEREIRA, Anderson Eduardo Baima. *Educação e saúde: a escola como um espaço de conhecimento e prevenção ao vírus da Aids*. *In*: SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 2019, Manaus, AM.

PESSOA, Lilian Correia; PEREIRA, Rodnei; TOLEDO, Rodrigo. Ensinar gênero e sexualidade na escola: desafios para a formação de professores. *REAe*, São Caetano do Sul, v. 2, n. 3, p. 18-32, jan./jun. 2017. Disponível em:

<https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/4729>. Acesso em 12 de jul. 2021.

PICCHETTI, Yara de Paula; SEFFNER, Fernando. Cada um com a sua certeza: a escola e os esforços cotidianos para estar na norma e resistir a esta. *In: NEVES, André Luiz Machado das; CALEGARE, Fernanda Priscila Pereira; SILVA, Iolete Ribeiro da. (org.). Escola, sexualidade e gênero: perspectivas críticas. Manaus: UEA edições, 2016. p. 79-100.*

SANTOS, Eliane dos; WALCZAK, Aline; CORDEIRO, Thammires. Questões de gênero e sexualidade: um desafio na formação docente. *In: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. Anais eletrônicos[...], 2018. Rio Grande do Sul, Disponível em: <http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/ finais/PAP0270_ed.pdf>. Acesso em 12 de jul. 2021.*

SILVA JÚNIOR, José Raimundo dos Santos; RODRIGUES, Michelle de Albuquerque. Orientação Sexual e Educação do Campo: desafios e possibilidades. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, 4.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE, 6., 2017, Curitiba/PR. Anais [...]. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2017. p. 15170-15181.*

SILVA, Adan Renê Pereira da. *Formação em diversidade sexual na (res)significação da docência: um estudo na Rede Municipal de Ensino de Manaus. 2020. 295f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.*

SILVA, Adan Renê Pereira da; MASCARENHAS, Suely Aparecida; WEIGEL, Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros. Reflexões sobre sociodiversidade, multiculturalismo e educação a partir de Grignon, Santomé e Santos e Nunes. *In: DICKMANN, Ivanio. (org.). Vozes da Educação. São Paulo: Dialogar, 2018. p. 82-99.*

SILVA, Adan Renê Pereira da; NEVES, André Luiz Machado das; MASCARENHAS, Suely Aparecida do Nascimento. Relações de gênero e diversidade sexual na escola: a docência na minimização de preconceitos em tempos de “ideologia de gênero”. *Revista de Educação, Ciência e Cultura. v. 24, n. 3, p. 33-48, nov. 2019. Disponível em:*

<<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/5507>>. Acesso em 01 de jul. 2021.

SILVA, Euder Luan dos Santos. A ‘ideologia de gênero’ no Brasil: conflitos, tensões e confusões epistemológicas. *Periódicus*, v. 10, n. 1, nov. –abr. 2019. p. 269-296. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27923>>. Acesso em 01 de jul. 2021.

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da; MAIO, Eliane Rose. *Escolarizações transfemininas no oeste paulista: vidas precárias e artes de (r)existências*. In: SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 2019, Manaus, AM.

SILVA; Ágatha Teixeira; TORRES, Iraíldes Caldas. Formação de professores em diversidade sexual e de gênero no Amazonas. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 17., 2012, João Pessoa, 2012. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/17redor/17redor/rt/metadada/12/0>>. Acesso em 12 de jul. 2021.

TELLES, Livia Catarina Mitozo dos Santos. *Contribuições da Educação Sexual na formação de professores*. 2017. 130f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Escolar). Porto Velho, Rondônia. Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – UNIR, Porto Velho, 2017.

AS MULHERES LÉSBICAS NA REVOLUÇÃO SANDINISTA

Nicolle Montalvão¹

INTRODUÇÃO

A Revolução Sandinista na Nicarágua foi um exitoso processo de libertação nacional que, através da luta armada, derrubou a ditadura da família Somoza em 1979 e reconstruiu um país em ruínas, findando em 1990 com a vitória dos liberais na eleição presidencial.

E para melhor compreensão deste processo revolucionário, é fundamental reconhecer o papel das mulheres. Pondera-se que, se por um lado, as mulheres estão à margem de toda a história ocidental, por outro, elas sempre estiveram presentes, contribuindo de várias formas para as lutas travadas. Na Revolução Sandinista não foi diferente. Elas estavam presentes nos dois momentos do processo revolucionário: no primeiro de guerrilhas urbanas e no campo e da inevitável guerra civil – que derruba o regime somozista –, ocupando diversas funções, inclusive no comando de exércitos; e no segundo momento, de construção da Nova Nicarágua, onde estas mulheres permaneceram organizadas, exigindo direitos e liderando povoados inteiros.

Todavia, a natureza paradigmática da Revolução Sandinista não impediu que as mulheres nicaraguenses encontrassem inúmeros desafios, até mesmo na Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), o que as colocou em uma posição específica dentro da própria luta sandinista. Também é importante frisar que a organização das mulheres sandinistas não

¹ Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora de Sociologia da rede pública de ensino do Paraná. E-mail: nicolle.mp@gmail.com

se tratava de um bloco homogêneo, possuindo uma grande diversidade de integrantes, mulheres de diversas classes sociais, etnias, idades, ocupações e sexualidades. Dentre elas, estavam as mulheres lésbicas.

Apesar de toda invisibilidade, as lesbianas sempre estiveram presentes nas lutas sociais de nosso continente, o que se fez notável na revolução nicaraguense, inclusive lideranças femininas assumidamente lésbicas, em plenos anos 1980. E, se as mulheres sandinistas, de forma geral, foram alocadas em um lugar de subalternidade diante das pautas amplas da revolução, mais subalternizadas ainda estavam as lesbianas. Assim, recuperar suas memórias, participação e presença nos processos políticos latino-americanos se faz tarefa imprescindível para a discussão das questões LGBTI+ na América Latina.

2 A LUTA DAS MULHERES E O DESAFIO DA “DOBLE LUCHA”

Muitos dos heróis das revoluções são, na verdade, heroínas. Pesquisar sobre a participação das mulheres nos processos de resistência latino-americanos se faz necessário para que o protagonismo destas não permaneça ofuscado, para que, através do resgate do passado, se faça reconhecer os precisos avanços que ainda faltam nos âmbitos político, judiciário, sociocultural do presente e, o mais importante, ressaltar que nada pode parecer impossível de mudar. Decerto, relembrar a história da participação política das mulheres é uma das formas de atenuar tal invisibilidade, e construir uma visão de mundo capaz de promover, de fato, transformações na sociedade.

A Revolução Sandinista se destacou em relação a participação das mulheres pois, pela primeira vez na América Latina, houve uma presença

feminina tão marcante: a organização e a inserção destas na luta, com intenção de construir a revolução, havia foco, demandas gerais e específicas e uma vontade de transformação que prevaleceu nos dois momentos da revolução. Na “Apresentação da edição brasileira” do livro de Margaret Randall, Moema Viezzer ressalta a organização e a participação das mulheres: “na Nicarágua, o que acontece de maneira diversa na história revolucionária da América Latina é a participação orgânica da mulher, tanto durante a revolução como após o seu triunfo” (MOEMA VIEZZER, In. RANDALL, 1982, p. 06).

Depois de longas quatro décadas vivendo sob uma ditadura que, através dos soldados somozistas da Guarda Nacional, violou, massacrou e assassinou várias camponesas, trabalhadoras, jovens, e crianças, o processo revolucionário representou uma grandiosa oportunidade de mudança de cenário. Sobre o levante das mulheres, Randall acrescenta:

A altíssima participação revolucionária que demonstra a mulher nicaraguense tem muito a ver com a sua notável participação econômica. Sua ingerência na vida econômica do país – desde a época pré-colombiana até hoje – tem situado a mulher nicaraguense fora dos estreitos limites do lar. Ainda que a tradição (espanhola, católica) lhe designe um papel caseiro, passivo, de dependência e de decoro, a realidade que a cerca tem exigido outra resposta. A história a tem levado a uma tomada de posições e decisões que, a partir do econômico, ampliam sua participação social e política. (RANDALL, 1982, p. 30).

Porém, sabe-se que a inserção das mulheres na luta revolucionária não ocorreu de forma simples, ou espontânea. Havia todo um contexto para isso. Gloria Carrion, enquanto coordenadora geral da Associação de Mulheres

Nicaraguense Luísa Amanda Espinoza (AMNLAE), a antiga AMPRONAC, em entrevista concedida a Margaret Randall, frisa que:

É importante deixar claro que essa integração da mulher na Revolução não se dá de forma isolada, somente num setor, mas dentro do panorama geral de um povo inteiro que se incorpora ao combate. Todavia, eu acho que é notório no nosso processo, por assim dizer, o processo de conscientização que a mulher adquire, da importância que ela tem também como sujeito desta sociedade e como sujeito determinante – portanto – se queremos, do resultado final a que chegamos. E vemos como ela, a partir dessa consciência, começa a se trabalhar, a tomar uma posição na luta e uma posição de apoio à Revolução. (Gloria Carrion, In. RANDALL, 1982, p.42).

O manejo das armas e o conhecimento de táticas e estratégias militares causou na mulher sandinista um profundo impacto, uma importante reflexão que fez com que se alterasse o modo de pensar sobre elas mesmas, e sobre como seus companheiros as tratavam (ZIMMERMANN 2002, p. 55). Em outras palavras, o contexto da guerra revolucionária fez com que as mulheres se situassem enquanto sujeitos ativos e capazes de se comprometerem com tarefas tidas como “masculinas”, por exemplo. A partir daí, no período de intensa luta armada, de fins da década de 1960 até o início dos anos 1980, as mulheres estavam ombro a ombro nas fileiras sandinistas, empunhando armas das mais pesadas e inclusive comandando tropas inteiras:

Sobre o fato de mulheres chefiarem homens, a comandante Mônica acrescenta: – Na guerra, várias mulheres faziam parte do comando militar. Não houve problema em dirigir homens, porque a nossa autoridade não era ganha no momento da indicação e sim na trajetória feita na guerrilha. Já tínhamos trabalhado, por

muitos anos, dirigindo operações militares menores, ombro a ombro com os homens. (Mónica Baltonado, In. MAREGA, 1981, p. 59).

É desta maneira que as mulheres começam a tomar postos dentro da FSLN, executando tarefas que antes não as eram designadas, como armar emboscadas e comandar ofensivas sandinistas. Destaca-se importantes nomes como o de Doris Tijerino, Gloria Carrion e Mónica Baltodano. Outros nomes de destaque são o de Dora María Téllez, a “comandante dois”, Leticia Herrera, a “comandante Mirian” e Nora Astorga, como acrescenta Zimmermann,

Muitos dos heróis da guerra revolucionária contra Somoza foram, na realidade, heroínas, incluindo Dora María Téllez, a “comandante dois”, do ataque ao Palácio Nacional, e comandante da Frente Ocidental do exército guerrilheiro; e Nora Astorga, que seduziu um odioso torturador da Guarda Nacional, conduzindo-o a uma armadilha fatal (ZIMMERMANN, 2006, p. 55).

Mesmo com uma participação orgânica e essencial ao triunfo revolucionário, as mulheres tiveram suas pautas ignoradas ao longo da construção do processo revolucionário sandinista. Dentro do próprio debate revolucionário, que deveria agregar todas as pautas, elevando as massas a um patamar de possibilidade real de consolidação de uma nova moral, de uma nova concepção de mundo, onde “questões de mulheres” fosse uma questão universal, pertinente aos interesses da Revolução e da necessidade histórica para promoção de uma nova sociedade. Isso nos elucida a pensar que as mulheres, organizadas em torno das “questões de mulheres”, isto é, de suas pautas específicas, representavam o comprometimento da remanescente moral conservadora nicaraguense, patriarcal, portanto,

subversivas demais até mesmo para o contexto revolucionário (MONTALVÃO, 2018, p.65). O que nos leva a refletir sobre um dos grandes problemas que afligi e ainda aflige as mulheres na militância revolucionária que luta contra a hegemonia dominante, buscando consolidar alternativas hegemônicas, que é a invisibilidade de suas pautas, de sua luta mesmo no campo da esquerda.

Assim, junto da invisibilidade da luta das mulheres, está o peso da dupla opressão que estas enfrentam para sustentar suas reivindicações em uma sociedade capitalista e patriarcal. Nas palavras de Leticia Herrera,

A mulher nicaraguense desenvolveu uma luta dupla. Luta contra um sistema econômico social estabelecido e luta contra a mentalidade, porque os homens da frente não deixam de trazer as reminiscências da formação e da cultura machista.²

Não foi nada fácil para tais mulheres se colocarem como sujeitos no desenvolver da revolução e de sua própria caminhada. A persistente invisibilidade da qual as mulheres são vítimas históricas é a demonstração de que, mesmo inseridas em lutas revolucionárias – e processos vitoriosos como foi o caso da Nicarágua – as mulheres precisam responder a um duplo desafio: 1) manter o curso da revolução, resistindo às ofensivas da contrarrevolução; e 2) resistir e insistir em suas pautas específicas, em relação aos seus próprios pares, seus companheiros de luta, suas lideranças e as instituições sociais.

² Tradução livre. “*La mujer nicaragüense desarrolló una doble lucha. Lucha contra un sistema económico social establecido y lucha contra la mentalidad porque los hombres del frente no dejan de traer reminiscencias de la formación y la cultura machista*”. Leticia Herrera, “Comandante Miriam” durante a Revolução Sandinista, em entrevista concedida ao Programa Feminista “La Corriente”, em 19/07/2021. Disponível em: <<http://lacorrientenicaragua.org/que-nos-dejo-la-revolucion-a-las-mujeres/>>. Acesso em 06 de ago. 2017.

3 LESBIANAS NA REVOLUÇÃO SANDINISTA

Se as mulheres sandinistas, de forma geral, foram alocadas em um lugar de subalternidade diante das pautas amplas da revolução, ainda mais subalternizadas estavam as mulheres lésbicas.

Os estudos científicos sobre a presença de lesbianas em processos políticos latino-americanos são bastante escassos. Em uma busca simples pelos bancos de dados disponíveis na internet, percebe-se que há pouco ou nada de produção acadêmica decolonial sobre o tema e, mais uma vez, a Revolução Sandinista se destaca: entrevistas, relatos e principalmente artigos estadunidenses sobre a temática são encontrados, até porque alguns grupos ativistas de gays e lésbicas dos Estados Unidos apoiaram a revolução e estiveram em Manágua, em meados dos anos 1980, para contribuir na luta contra a AIDS/HIV no período em que Dora María Téllez – a “comandante dois” e mulher assumidamente lésbica – estava no Ministério da Saúde³, demonstrando a ação e presença da população LGBTI+.

Além de Dora María Téllez, liderança exemplar da revolução sandinista, temos a Leticia Herrera, “comandante Miriam”, que assume também sua lesbianidade em meados dos anos 1980.

³ Disponível em: <<https://ladiaria.com.uy/opinion/articulo/2021/6/las-feministas-y-el-sandinismo-una-relacion-compleja/>>. Acesso em 20 de jul. 2021.

Foto 1: Leticia Herrera (esquerda) e Dora María Téllez (direita)⁴



Ambas as guerrilheiras foram silenciadas diversas vezes por serem lésbicas. Aliás, durante todo o processo revolucionário sandinista houve um silenciamento profundo das mulheres homossexuais. Tal silenciamento e invisibilidade atingiam companheiras em todos os campos da revolução, até mesmo as comandantes. Leticia Herrera, em entrevista ao Programa La Corriente, afirmou que:

Não houve o novo homem durante e nem depois da revolução [...], pediram para as lésbicas que se calassem para não dar uma má imagem à revolução, que devíamos esperar por todos nossos direitos até que o socialismo estivesse completamente construído.⁵

⁴ “Nicaragua, revolución sandinista. Leticia Herrera, Dora María, Fanor Urroz (Mariano) y El Gato. Junio 1979, insurrección de León, en Sutiava”. Disponível em: <<https://nicaraguainternacionalista2016.wordpress.com/2017/05/20/antonia-en-elsauce-nicaragua-1979-2016-14/nicaragua-revolucion-sandinista-leticia-herrera-dora-maria-fanor-urroz-mariano-y-elgato-junio-1979-insurreccion-de-leon-en-sutiava/>>. Acesso em 20 de jul. 2021.

⁵ Tradução livre. “No hubo tal hombre nuevo durante y después de la revolución [...] pidieron a las lesbianas que se callarán para no dar una mala imagen de la revolución, que debíamos esperar por todos nuestros derechos hasta que el socialismo estuviera

Também em entrevista ao La Corriente, a sandinista Magaly Quintana fala de um grupo de mulheres lésbicas de Matagalpa que foram duramente reprimidas por serem consideradas extremamente perigosas:

Para a FSLN, a notícia do reconhecimento público de lésbicas e homossexuais significou um atentado, “desde que se vá construindo a frente, há uma posição de repressão nas filas dessa organização”, aponta Magaly, e acrescenta que anos antes do triunfo revolucionário, “mandaram a gente (lésbicas e gays) ao psiquiatra e psicólogo, tinham médicos para atender estes casos”. As lésbicas de Matagalpa constituem um caso particular de discriminação. Magaly relata que quando triunfa a revolução ela vai até Matagalpa, uma zona eminentemente de guerra, ela era do comitê de direção. De um momento para outro, se organizaram cerca de 30 lesbianas. E é quando começa a missão por parte da Frente Sandinista de “desarticular a todas as lésbicas porque eram um perigo espantoso”.⁶

Por fim, e se não o caso mais emblemático que apuramos até então, está o fato que aconteceu com a comandante Dora María Téllez, em 1986. De acordo com Miranda e Ratliff (1993), a Comandante Dora seria a mais mulher lésbica mais persistente, modelo de guerrilheira feminina durante a guerra anti-Somoza e era membro da Assembleia Sandinista, na qual ela ocupava o Ministério da Saúde, como já apontado anteriormente. Neste período, Téllez liderou um grupo de cerca de 15 militantes lesbianas que se

completamente construído”. Disponível em: <<http://lacorrientenicaragua.org/que-nos-dejo-la-revolucion-a-las-mujeres/>>. Acesso em 02 de ago. 2021.

⁶ Tradução livre. Magaly Quintana, que foi membro do governo estudantil revolucionário, em entrevista ao Programa Feminista “La Corriente”, em 26/07/2014. Disponível em: <<http://lacorrientenicaragua.org/homosexuales-y-lesbianas-en-la-revolucion/>>. Acesso em 02 de ago. 2021.

tornaram uma “séria irritação nos olhos do Diretório”. Ao que tudo indica, um “affair” entre Téllez e a vice-ministra do Planejamento Ligia Elizondo, esposa do então presidente do Banco Central, foi a gota d’água para que as lésbicas despertassem a fúria dos companheiros sandinistas, a ponto de Daniel Ortega dizer em público que o Diretório Nacional não iria nomear lésbicas para cargos públicos (MIRANDA; RATLIFF, 1993, p.12).

O silenciamento e invisibilidade das mulheres lésbicas são exemplos que denunciam o conservadorismo presente na FSLN, assim como reforçam a heterogeneidade entre as mulheres, e, conseqüentemente, da própria Frente Sandinista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de não findar em uma revolução socialista bem-sucedida como ocorreu em Cuba, a Revolução Sandinista é muito significativa para compreensão dos processos políticos de resistência latino-americanos, pois foi um movimento popular que fez com que a burguesia abrisse mão de seu poder político e ideológico para construção de uma nação soberana, com um governo revolucionário, na qual a juventude, os camponeses, os operários e as mulheres tiveram um protagonismo fundamental. A revolução não se cumpre, a nova Nicarágua não se consolida, mas a experiência dessa construção de uma alternativa hegemônica na América Central configura a possibilidade – e necessidade – da elevação das lutas sociais com pautas para uma real transformação.

O processo sandinista não se consolida somente por equívocos políticos ou corruptíveis de alguns indivíduos, mas sim por toda uma correlação de forças, internas e externas, que contextualizam o momento revolucionário nicaraguense e nos escancara a violência com que o ideário

neoliberal é implementado na América Latina, na qual nenhuma frente da luta revolucionária saiu ilesa. E, nas eleições fracassadas de 1989, a FSLN deixa de ser o sujeito político combativo, tornando-se um partido alinhado à ordem. Sabe-se que quando assume uma mulher assume a presidência, Violeta Chamorro, a candidata liberal, que se apoiou principalmente no emocional das mães nicaraguenses já arrasadas com a interminável contrarrevolução. Chamorro era religiosa e antifeminista, defendia o papel de maternidade da mulher, não representando as sandinistas e, muito menos, a população LGBTI+.

Em relação às mulheres sandinistas, ressalta-se o caráter insurgente de seu feminismo ao levantar a causa das mulheres em conformidade com a luta ampla de libertação da Nicarágua. Eram mulheres que fizeram parte da resistência armada, manejaram armas, comandaram exércitos, alcançaram patamares até então não alcançados, mas não conseguiram avançar em suas pautas específicas e muito menos agregar as das mulheres lésbicas. Até porque a heterogeneidade presente na composição da organização de mulheres sandinista se mostrou um empecilho, causando opressões internas ao seu próprio grupo. Sem contar que, ao demarcar as “questões de mulheres”, isto é, reivindicar pautas específicas como discussão de direitos reprodutivos, representava o comprometimento da remanescente moral conservadora nicaraguense, patriarcal, portanto, questões subversivas demais até mesmo para o contexto revolucionário. E se, por sua vez, as mulheres heterossexuais sofriam essas agressões políticas de seus companheiros homens, maior era a violência sofrida pelas lesbianas, que além da “doble lucha” enfrentada por todas, as mulheres lésbicas eram silenciadas por suas companheiras e muitas vezes perseguidas e boicotadas pelas lideranças masculinas.

Portanto, resgatar figuras lésbicas como Dora María Tellez e Leticia Herrera é fazer jus a diversidade LGBTI+ e das identidades que integram a composição dos povos que lutam em nossa América Latina, reescrevendo a história a partir de uma perspectiva decolonial, trazendo à superfície aquilo que a tanto fora invisibilizado.

REFERÊNCIAS

MAREGA, Marisa. *A Nicarágua Sandinista*. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense s.a., 1981.

MONTALVÃO, Nicolle P. *As Mulheres e a Revolução Sandinista: a construção de uma nova hegemonia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

RANDALL, Margaret. *Estamos todas despertas*. 1. ed. Tradução de Beatriz A. Cannabrava e Maria Angélica Trajber. São Paulo: Global Editora, 1982.

ZIMMERMANN, Matilde. *A Revolução Nicaragüense*. 1. ed. Tradução de Maria Silvia Mourão Netto. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MIRANDA, Roger; RITLIFF William. *The Civil War in Nicaragua: inside the sandinistas*. 1. ed. New Brunswick and London: Transaction Publishers, 1994.

COLORINDO A LUTA PELA TERRA: ESPACIALIDADES LGBT NOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DO CAMPO BRASILEIRO

Vinicius Nunes Fileto¹

Marcelo Cervo Chelotti²

INTRODUÇÃO

Os movimentos socioterritoriais do campo ligados a Via Campesina no Brasil trataram de forma pioneira sobre os assuntos que permeiam as pautas do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais (LGBT) dentro da luta pela terra. Com um enfoque inequivocamente centrado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que inaugura este debate e o institucionaliza no Brasil, principalmente com a criação do grupo de estudos auto-organizado LGBT Sem Terra, buscamos então adentrar a este debate de forma mais profunda na perspectiva geográfica.

A centralidade foi dada ao MST, haja vista seu pioneirismo quando foi identificada a inserção deste debate na Via Campesina em 2017, enxergamos uma ampliação no horizonte do recorte e objeto do estudo. A partir daí, compreendendo a perspectiva internacionalista da luta pela terra no Brasil e fundamentados pela abordagem socioterritorial, fizemos um rastreamento dos movimentos ligados à Via Campesina no Brasil.

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: viniciusfileto2@gmail.com

² Professor Associado do Departamento de Geociências do Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS). Pós-Doutorado pela UFRGS. Professor na Universidade Federal de Uberlândia/UFU (2008-2021).

Em Fileto (2020), detectamos que existem quatro movimentos que estão alinhados a perspectiva internacionalista da luta pela terra, associados à Via Campesina: o MST, o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Estes movimentos também têm em suas premissas a divulgação frequente das suas ações e agendas nos meios de comunicação alternativos, haja vista a marginalização da luta pela terra nos meios de comunicação de massa. Nos últimos cinco anos, os sites destes movimentos ganharam centralidade na divulgação e documentação de suas atividades.

A coleta dos dados foi feita a partir da disponibilização das reportagens hospedadas nos sites dos movimentos (MST, MPA e MAB), que inserem a pauta do movimento LGBT em suas agendas. Com isso, no I Encontro Latino-Americano de Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais (2019), em uma mesa de debate sobre movimentos feministas e LGBT na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), questionamos uma militante do MMC sobre a participação e a organização das mulheres lésbicas e trans no movimento. Fomos informados de que esta agenda não fazia parte do movimento até então. Por este motivo, seguimos com os três movimentos restantes para a análise do material coletado.

O presente texto tem como objetivo central compreender na perspectiva geográfica como se espacializam e se territorializam o Movimento LGBT dentro dos Movimentos Socioterritoriais do Campo vinculados a Via Campesina no Brasil.

Inicialmente contextualizamos o processo de organização das LGBT Sem Terra, explicitando as principais motivações e seu caráter espacial. Depois, tendemos a mostrar o vínculo da organização das LGBT Sem Terra através da luta socialista e popular. Assim tentamos dar um parâmetro,

mesmo que flutuante, do caráter territorial da organização LGBT Sem Terra, para que por fim, trouxéssemos uma contribuição para o entendimento da espacialização desses sujeitos como produtores de uma identidade específica.

2 ESPACIALIZAÇÃO LGBT NA LUTA PELA TERRA NO BRASIL

Estudos que se debruçam em entender as sexualidades no rural brasileiro existem poucos, especialmente antropológicos. Na Geografia realmente, no que consta no repositório de dissertações e teses, é o primeiro trabalho que se debruça nas dinâmicas espaciais do movimento LGBT no rural brasileiro.

Segundo Parker (2002), há um modelo tradicional de paisagem sexual que domina o rural brasileiro. Ele ainda insiste que a cultura tradicional rural brasileira é a grande causadora da homofobia no Brasil. A modernização do território brasileiro, a rápida urbanização e a globalização das relações humanas são os motivos pela abertura para a reprodução das pautas do movimento LGBT.

Parker (2002) afirma que há influências culturais do mundo rural no Brasil, mesmo com a população predominantemente urbana. O rural é visto como o motivo da herança cultural tradicional brasileira. O território brasileiro está imerso a um sistema cultural com normas tradicionalmente hegemônicas. Elas são muito visíveis pelas leis e políticas do Estado brasileiro, mas, sobretudo nos discursos da cultura popular (PARKER, 2002). A luta pela terra em destaque na nossa pesquisa compõe o rural brasileiro com uma forma contra hegemônica da estrutura moderna do capitalismo agrário.

É preciso pensar a heteronormatividade e considerando que inclui o gênero como uma construção discursiva. O espaço compõe a realidade heteronormativa podendo também, por outro lado, subvertê-la. Afinal, é por meio das ações espaciais concretas desempenhadas pelos seres humanos que se dão as contínuas transformações socioespaciais.

Na vida cotidiana concreta, as performances de gênero são exercidas muitas vezes por corpos dissonantes do modelo hegemônico preconizado. O argumento desta perspectiva é que o gênero, construído permanentemente, é também produzido pela sua desconstrução, pois, enquanto representação, o gênero se faz nas relações humanas, e o espaço é fundamental nesse processo de construção/desconstrução (SILVA, 2008, p. 99).

Se o espaço está impregnado pela heteronormatividade, logo é hostil para quem não se adequa a linearidade sexo, gênero e desejo. O caminho é a naturalização das noções de feminilidade e masculinidades na contemporaneidade. É nesta naturalização que se encontram as motivações atuais do debate da diversidade sexual, que é reinventado e reproduzido nos discursos da identidade produzida pelo movimento LGBT no Brasil.

As LGBT Sem Terra estão inseridas nas dinâmicas espaço-temporal. Elas se inserem como auto-organização coletiva, dentro dos movimentos socioterritoriais do campo ligados a Via Campesina, que produzem um espaço específico, uma identidade específica, da luta pela terra. É um campo conectado, globalizado, socialista.

Quando falamos de espaço, é possível pensar em várias nuances. Realmente, para esta pesquisa, na perspectiva da geografia das sexualidades, é preciso considerar a multidimensionalidade do espaço (SILVA, 2009). Neste sentido é preciso considerar também que além de inseridas no espaço da luta pela terra, as LGBT Sem Terra estão em negociação com alguns outros espaços: o espaço rural brasileiro, o espaço cotidiano, os espaços

públicos e privados que habitam e reproduzem sua vida. Poderia considerar todos estes e mais ainda outros, entretanto sendo fiel aos objetivos da pesquisa, nos limitamos a compreender as negociações do espaço político dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil, na qual os alvos desta pesquisa são militantes ativas. Levamos o debate então para a dimensão espacial política, não entrando em questão as relações cotidianas, que demandariam pesquisas muito mais cuidadosas e aprofundadas.

O espaço político da luta pela terra parece ser progressista, porém, os movimentos socioterritoriais do campo ligados a Via Campesina, até pelo contexto em que inserem as pautas ligadas ao Movimento LGBT em sua agenda política e a forma que tem o feito, e das pautas levantadas pela auto-organização LGBT Sem Terra, ainda carregam as heranças homofóbicas do campo tradicional brasileiro que é extremamente patriarcal.

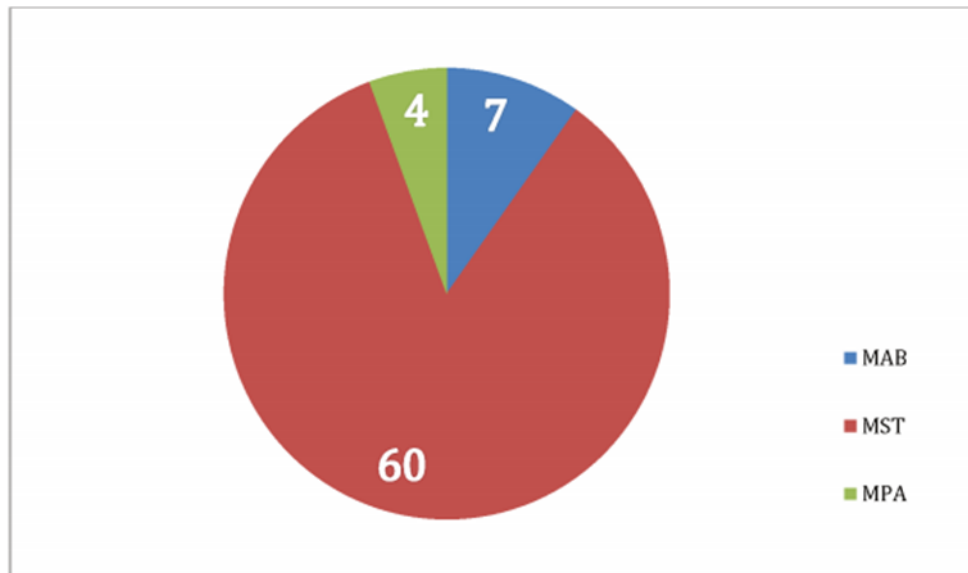
Como consta no “Caderno de Formação 5: Diversidade Sexual no MST – elementos para o debate”, produzido pelo MST (2017), o projeto de reforma agrária que o movimento defende inclui o combate ao patriarcado, identificando este como um produto do capitalismo. Neste sentido, o homem enquanto provedor traz a noção de proprietário da mulher, numa perspectiva e dominante no espaço. O caderno evidencia que o patriarcado ainda está presente e impera no cotidiano do movimento, e é muito violento com as pessoas LGBT (MST, 2017).

No século XXI, os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil passam por um processo de ressignificação. Inspirados pela luta popular que uniu diversas agendas de luta em uma, mais numerosa e homogênea, ligada à classe trabalhadora. Neste contexto é que os movimentos de luta pela terra no Brasil vão se vincular com a luta do movimento LGBT e, sobretudo, inserir a pauta LGBT dentro de suas estruturas políticas.

Há uma potência no material coletado pela sua estrutura geralmente padronizada e com conteúdo extremamente informativo. Desde 2015 os movimentos socioterritoriais do campo ligados a Via Campesina no Brasil, alimentam os seus sites com uma frequência variada de movimento para movimento. Sobre as publicações relacionadas à diversidade sexual e o movimento LGBT, a frequência varia ainda mais, com destaque para o MST que atua com uma frequência considerável.

Para elucidar melhor sobre a promoção do debate da diversidade sexual e do movimento LGBT nos movimentos socioterritoriais, dispomos o Gráfico 1 que divide as reportagens publicadas por movimento.

Gráfico 1 – Brasil: reportagens que envolvem o tema LGBT coletadas nos sites dos movimentos socioterritoriais ligados à via campesina por movimento (2015-2019)



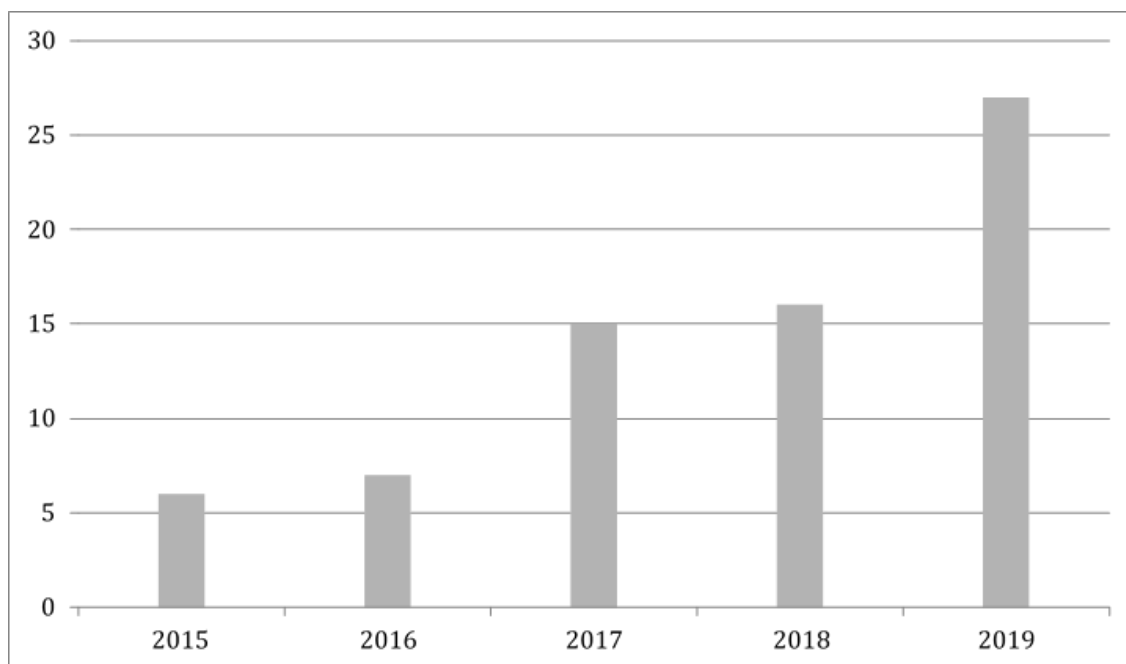
Fonte: Sites MST, MAB e MPA. Org.: FILETO, V. (2019)

Ao todo, de 2015 a 2019 foram coletadas 71 reportagens nos sites do MST, do MPA e do MAB. Como é possível identificar no gráfico 1, o MST

se destaca na produção sobre a temática, haja vista sua estruturação mais complexa, composta por um coletivo auto-organizado, e um grupo de estudos que fora criado no I Seminário “o MST e a Diversidade Sexual” como já salientamos. Enquanto o MST tem 60 reportagens publicadas, o MAB tem 7 e o MPA conta com apenas 4 reportagens publicadas.

Por fim, chamamos atenção para a frequência geral dos movimentos socioterritoriais do campo ligados à Via Campesina no Brasil que inserem pautas do movimento LGBT em suas agendas políticas. Desde 2015, quando foi registrada a primeira reportagem no site do MST sobre o combate a homofobia nos acampamentos e assentamentos da luta pela terra, experimentam um constante aumento nas publicações a respeito da temática tratada. Como indica o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Reportagens que envolvem pautas do movimento LGBT publicadas pelos movimentos socioterritoriais do campo ligados à Via Campesina no Brasil por ano (2015-2019)



Fonte: Sites MST, MAB e MPA. Org.: FILETO, V. N. (2019)

O sujeito da luta pela terra se insere em um contexto social e se encontra em um processo de interações direta ou indiretamente com outros sujeitos, com outros grupos sociais, com diferentes questões ideológicas e políticas, além de toda a complexidade que envolve a sociedade. Por este processo de interações contínuas, o sujeito e seu grupo social constituem-se em espaços e momentos histórico-sociais determinados. Suas enunciações têm sentidos em conformidade com os aspectos socioculturais que englobam as condições de produção, como também redefinem sua identidade e a do grupo (FERNANDES, 2007).

Nas reportagens têm muitas imagens que elucidam ainda mais as informações que trazem os textos. Quando não trazem unicamente a imagem como uma paisagem de visibilidade ou que expõe a inserção imagética do movimento LGBT no âmbito dos movimentos de luta pela terra. Chamamos estas de paisagens coloridas. Na nossa análise, apenas anunciamos os discursos, mas não nos debruçamos sobre ele.

3 ESPACIALIDADES LGBT SEM TERRA NO BRASIL

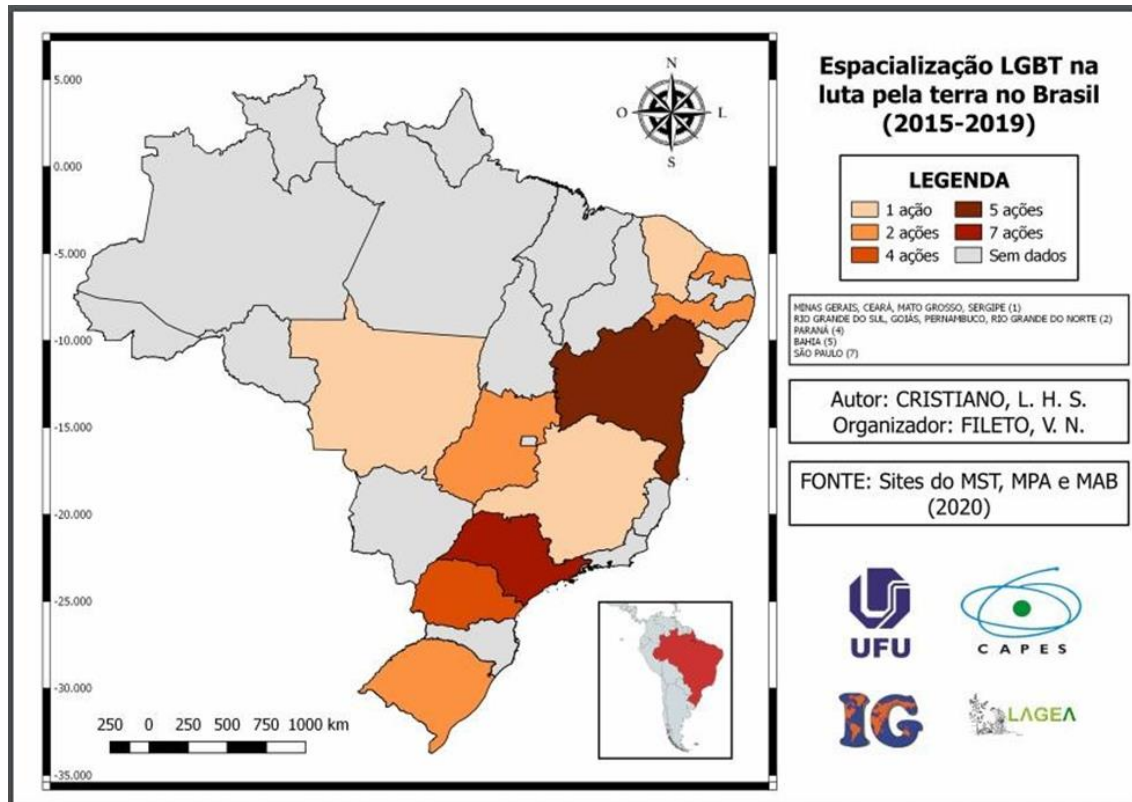
É considerada espacialização as ações no âmbito do território dos movimentos, e as representações políticas que são materializadas com frequência nos movimentos através da ocupação de posições de poder no âmbito dos setores, direções e coordenações locais, regionais, estaduais e nacionais. A espacialização é um processo necessário para a territorialização.

Há uma linearidade na formação e organização. Mas as reivindicações estão intrínsecas as ações propostas pelos agentes da inserção da pauta LGBT na luta pela terra. Considerando a força da auto-organização LGBT

Sem Terra, podemos afirmar que são estes mesmos sujeitos que suscitam a importância de tratar da temática de diversas maneiras com frequência.

As ações noticiadas têm indiscutivelmente um caráter espacial. Entender tais ações como espaciais se fazem importantes para podermos chegar nos objetivos da pesquisa, que se fincam na compreensão geográfica da inserção da pauta LGBT na luta pela terra. Considerando isso, e o recorte temporal da pesquisa, produzimos um mapa (Mapa 1) no qual é possível visualizar a localização geográfica das ações divididas por estado. São Paulo é o estado com mais ações, isso se deve, sobretudo, a ENFF estar localizada no estado e centralizar a formação de certa forma. O Nordeste é indiscutivelmente a região mais engajada neste debate.

Mapa 1 – Espacialização LGBT na luta pela terra no Brasil
(2015-2019)



Fonte: Sites do MST, MPA e MAB. Org.: FILETO, V. N. (2019)

O movimento LGBT na luta pela terra, materializado pela organização LGBT Sem Terra, pode também ser entendida em um sentido que vai para além da sua estruturação política do movimento, mesma que esta seja a centralidade do trabalho. As LGBT Sem Terra têm um cotidiano, tem uma vida, e isso se insere no tempo e no espaço. Ou seja, a compreensão da identidade interseccional das pessoas LGBT Sem Terra se expressa na defesa pelo direito de existir, de espacializar-se no movimento.

4 LGBT SEM TERRA: UMA NOVA IDENTIDADE NA LUTA PELA TERRA NO BRASIL DO SÉCULO XXI

A existência de pessoas LGBT no campo e na luta pela terra existe faz muito tempo, que facilmente não conseguimos mensurar. Pelo caráter da pesquisa, não nos preocupamos em datar isso. A organização LGBT na luta pela terra se inicia burocraticamente em 2013, e essa organização que nos parece importante no que diz respeito à produção de uma identidade específica: a identidade LGBT Sem Terra.

A produção da identidade LGBT Sem Terra tem influência direta do MST. O termo LGBT Sem Terra germina no movimento dando o nome para o coletivo de diversidade sexual e populariza na segunda metade da segunda década do século XXI entre os outros movimentos de luta pela terra que criam suas próprias frentes, mas não negam o pioneirismo do MST.

Partindo do princípio de que a espacialização se dá através da organização, que por sua vez produz identidade, vamos tentar entender o que compõe a identidade LGBT Sem Terra através dos componentes intrínsecos a sua organização, que por sua vez se espacializa nos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro.

Primeiramente vale considerar que a produção de tal identidade está vinculada à ideologia socialista. As LGBT Sem Terra se aproximam do socialismo na sua formação política, que é primariamente estruturada no âmbito dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil. Neste sentido, sumariamente defendem em sua agenda de luta a formação política e a saída para os problemas sociais do campo brasileiro através do socialismo. Vale ressaltar aqui que esta é produzida como uma identidade de luta.

A pauta da diversidade sexual na luta pela terra fomentada pelas LGBT Sem Terra tem também como característica seu caráter internacionalista. O MST quando começa a inserir este debate no Brasil, aciona a Via Campesina que articula o debate em escala internacional na Europa e América Latina. Desde então, as LGBT Sem Terra no Brasil não se desvinculam do debate da diversidade sexual, da luta pela terra e da interseção entre estes, internacionalmente.

A produção da identidade LGBT Sem Terra é pioneira ao inserir a interseccionalidade como questão nos movimentos estudados. Inicialmente motivadas em compreender sua própria existência, passam a adotar os eixos de classe, gênero e sexualidade com a justificativa de que é necessário que a classe trabalhadora incorpore a luta LGBT como parte suas lutas, para que não permitam violência contra as LGBT em nenhum espaço.

A raça vem como um condicionante, haja vista que o conceito de interseccionalidade é produzido pelas feministas negras. Além disso, as próprias LGBT Sem Terra negras abriram o espaço para este tipo de debate, que até então não era seriamente considerado pelos movimentos. Presentemente atuam com ampla a diversidade de eixos possíveis. Dentro dos textos coletados, pelo menos três salientavam a importância de considerar a interseccionalidade na organização LGBT Sem Terra.

Como afirmam Mariano e Paz (2018), a organização das LGBT Sem Terra é motivada pela organização das mulheres que desde meados da década de 1990 experimentavam alto grau de engajamento e organização. Estas inspiraram as LGBT Sem Terra principalmente na contestação do patriarcado. Vale lembrar que as mulheres lésbicas foram determinantes neste processo por experimentarem ambas as dimensões de luta e organização.

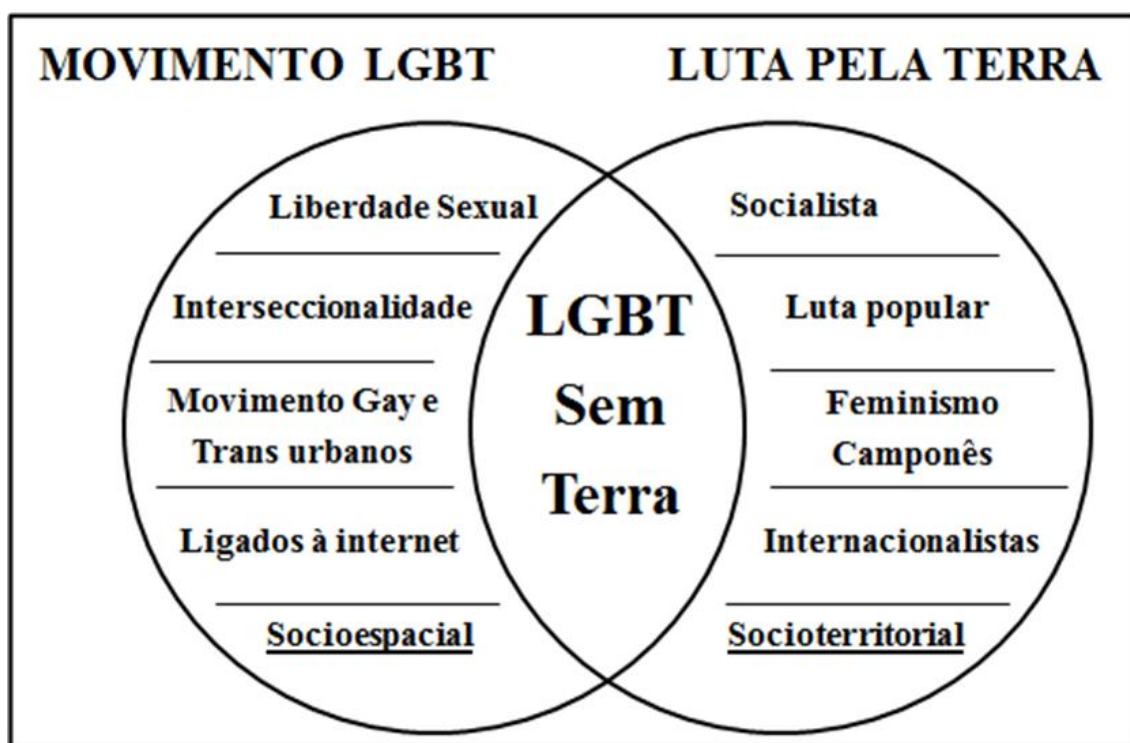
Mais próximos dos interesses que se vinculam os objetivos da pesquisa também avaliamos que mesmo não tendo um compromisso com o discurso científico geográfico, as falas dos sujeitos LGBT Sem Terra estão carregadas de geograficidade. Busca pelo território e ao acesso a espaços de luta, debate e representação política são recorrentes em seus discursos.

Algo interessante na organização das LGBT Sem Terra é o uso do artigo feminino como forma de empoderamento contra hegemônico (MARIANO; PAZ, 2018). Além disso é notável o engajamento das LGBT Sem Terra que participam ativamente e concomitantemente dos movimentos da luta pela terra e LGBT. Dentro da luta pela terra, as LGBT Sem Terra são corpos marcados pela sexualidade e combatem a estrutura patriarcal inserida contraditoriamente, neste contexto. Do outro lado, no movimento LGBT se inserem enquanto Sem Terra, desconstruindo a ideia de que o campo não as cabe. E assim reforçam sua identidade de luta.

Tal identidade tem um caráter muito próprio do século XXI: a relação próxima com os meios de comunicação cibernéticos. A internet vem se tornando um mecanismo cotidiano de produção de visibilidades e cada vez mais efetivo. Neste sentido, as LGBT Sem Terra se apropriam destes espaços recorrentemente. É possível identificar que considerável parte dos responsáveis pelas ações noticiadas são LGBT Sem Terra. Estes mesmos são produtores do próprio conhecimento.

Sobre a especificidade da identidade LGBT Sem Terra, o quadro 1 apresenta um esquema no qual trazemos quais as características principais do grupo, e qual a influência destas, considerando que podem ter vindo do movimento LGBT ou da luta pela terra. O que é importante considerar neste sentido é a agenda construída pelas LGBT Sem Terra, e de que forma esta condiciona a espacialização delas.

Quadro 1 – Esquema ilustrativo da produção da identidade LGBT Sem Terra



Org.: FILETO, V. N., CHELOTTI, M. C. 2020.

No esquema tentamos estruturar a formação da identidade LGBT Sem Terra, a partir da interseção entre as especificidades na pauta política do movimento LGBT e da luta pela terra. Percebemos que as pautas que tangem o debate pela liberdade sexual, a interseccionalidade, as inspirações e solidariedade ao movimento Gay e Trans urbanos, o acesso e o uso da

internet como estratégias para reprodução da identidade vem da influência do movimento LGBT. De outro lado, as influências da luta pela terra na construção da identidade LGBT Sem Terra se apresentam através de seu posicionamento socialista, internacionalista e popular, muito inspirados na organização das mulheres camponesas da luta pela terra, sobretudo.

Além disso, uma grande questão a respeito da identidade LGBT Sem Terra a partir da perspectiva geográfica, e a nuance de cada um dos dois movimentos que tal identidade representa. O movimento LGBT é socioespacial, pois espacializa suas demandas e aguarda que suas ações reivindicatórias, ligadas a pautas já salientadas, sejam vitoriosas. Por outro lado, a luta pela terra é socioterritorial, pois tem o território como trunfo: a posse da terra. Por isso é tão importante considerar que as ações ligadas a inserção das pautas LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil, são ações espaciais e dizem respeito a espacialidades. As ações territoriais estão mais ligadas a luta pela terra.

Por fim, o significado da identidade LGBT Sem Terra, que além de propor um processo de luta permanente contra as estruturas raciais, patriarcais e heterossexistas do capitalismo, aponta os assentamentos e acampamentos dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil como espaços de liberdade de expressão e de vivência da sexualidade como parte integral do projeto de sociedade socialista (LIMA, 2017). A organização das LGBT Sem Terra é sinteticamente “por um projeto colorido, antirracista, feminista e popular para o Brasil.” (LIMA, 2017, p. 06). Vale ressaltar que a identidade LGBT Sem Terra está arraigada à luta popular e toda sua complexidade. Está dentro dos movimentos de luta pela terra, mas também está presente fora deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa problemática está fundada na evidência de que a Geografia brasileira se ausentou no debate a respeito do corpo e da sexualidade, tendo como ascensão tais tipos de debate a partir da década de 1990 com as geografias feministas e das sexualidades, e na necessidade de tratar dos movimentos sociais da luta pela terra a partir da abordagem socioterritorial. Assim tentamos demonstrar que ambos os campos caminhavam independentes sem considerar uma interseção entre estes, e que as movimentações das LGBT Sem Terra já experimentavam uma considerável consistência espacial.

O nosso objetivo consistia em compreender geograficamente a inserção do debate do movimento LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil. Primeiramente nos cabe afirmar que o nosso maior compromisso foi trazer a temática para o contexto geográfico. Como discorremos durante todo o texto, é possível identificar uma ausência em estudos que relacionam à temática. De um lado a Geografia agrária que se compromete em estudar os movimentos sociais e se distancia das questões relacionadas ao corpo e as sexualidades. De outro a Geografia das sexualidades no Brasil que se limita aos estudos no espaço urbano. Neste sentido, por nos comprometer em entender no contexto geográfico, avaliamos que obtivemos sucesso em conseguir relacionar temáticas com tradições epistemológicas diversas, mas que se encontram nas práticas espaciais.

Por fim, seguimos a colocar mais questões em cheque, fomentando novas agendas de pesquisa e provocando áreas da ciência geográfica. Pensando conceitos trabalhados tanto na Geografia das sexualidades, como também na Geografia Agrária há uma gama de perspectivas que podem ser

exploradas em relação a temática da diversidade sexual e ao campo brasileiro. Neste sentido este trabalho vem com o fim de localizar a existência LGBT Sem Terra no âmbito da ciência geográfica abrindo-se para novos e mais profundos debates.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Cleudemar Alves. *(Re)tratos discursivos do Sem-Terra*. Uberlândia: EDUFU, 2007.

FILETO, Vinicius Nunes. *Colorindo a Luta pela Terra: Espacialidades LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro*. 2020. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

LIMA, Wesley. *LGBT Sem Terra: uma identidade de luta*. 2017. Disponível em: <<https://mst.org.br/2017/11/04/lgbt-sem-terra-uma-identidade-de-luta/>>. Acesso em 15 de fev. 2018.

MAB. *Por uma sociedade mais justa e livre de preconceitos- Somos atingid@s LGBTT*. 2017. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/por-uma-sociedade-mais-justa-e-livre-preconceitos-somos-atingids-lgbtt-0>>. Acesso em 02 de nov. 2019.

MARIANO, Alessandro; PAZ, Thaís Terezinha. Diversidade Sexual e de Gênero no MST: Primeiros Passos na luta pela liberdade sexual. In: NOGUEIRA, Leonardo et al. *Hasteemos a Bandeira Colorida: Diversidade Sexual e de Gênero no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 289-314.

MATHIAS, Maysa. *A vida não é abstrata, é estrutural*. 2017. Disponível em: <<https://mst.org.br/2017/11/14/a-vida-nao-e-abstrata-e-estrutural/>>. Acesso em 15 de fev. 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Caderno de Formação Nº 5: Diversidade Sexual no MST - Elementos para o debate*. São Paulo: Setor de Gênero, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Geografia das lutas no campo*. Contexto: São Paulo, 1988.

PARKER, Richard. *Abaixo do Equador: Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVA, Jeane Medeiros. Análise do Discurso e pesquisa qualitativa na Geografia. In: RAMIRES, Julio Cezar de Lima. PESSÔA, Vera Lucia Salazar. *Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas Trilhas da Investigação*. Uberlândia: Assis, 2009. p. 91 -122.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: SILVA, Joseli Maria. *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009a. p. 93-114.

SILVA, Joseli Maria. *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009. p. 211-236.

PARADA DO ORGULHO LGBTQIAP+: A CIDADE DE SÃO PAULO ESTÁ PREPARADA PARA RECEBER AO PÚBLICO DO EVENTO?

Carlos Eduardo Rodrigues de Paiva¹

Adriano Carlos Nunes Fernandes²

Felipe Mujica³

INTRODUÇÃO

A Parada paulistana do orgulho LGBTQIAP+ era conhecidamente um dos principais megaeventos que aconteciam de forma presencial até 2019, na cidade de São Paulo, mas em virtude da pandemia de COVID-19, o evento mudou para o formato virtual. Este capítulo foi escrito para falar sobre a importância das paradas como eventos realizados para lutar por direitos da comunidade LGBT, e refletir sobre as possibilidades de alinhar e atualizar políticas públicas e marketing no turismo, para atender melhor às necessidades da sociedade contemporânea, que não mais segue o modelo de heteronormatividade.

¹ Graduando em Lazer e Turismo na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). E-mail: carloseduardopaiva@usp.br

² Especialista em Relacionamento com o cliente – SENAC/SP. Mestrado PPGTUR-USP. E-mail: adriano.nunes@usp.br

³ Doutor em Ciências pela EP-USP. Pós-doutorado PPGTUR-USP. E-mail: fmujica@usp.br

2 O CONCEITO LGBTQIAP+ E A FORMAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Para falarmos da formação dos movimentos LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e travestis, Queers, Intersexuais, Assexuais e Pansexuais, mais inclusões de infinitas orientações), é preciso reconhecer que a sexualidade é um elemento inerente à natureza humana desde suas origens e presentes nas mais diversas formas de entendimento existentes.

Interessante percebermos na nossa história que os estudos de gênero se iniciam pelo modelo posto pela sociedade, determinado como heteronormatividade o comportamento hétero, cisgênero, onde as pessoas se reconhecem com o gênero imposto ao seu sexo biológico e binário, desde o surgimento do mundo e não sobre o olhar das diferentes orientações sexuais.

No caso da América Latina, o modelo imposto vem do pensamento eurocêntrico, formado pelas dominações do poder por vieses cristãos. Tais concepções têm origens na Grécia antiga, porém foram ostracizadas durante a Idade Média (GIRALDI, 2010).

Em período anterior ao desembarque dos povos Ibéricos no continente Americano, ao final do Século XV, havia sofisticadas sociedades: além das já conhecidas sociedades Maias, Incas e Astecas também havia sociedades organizadas no Brasil. (DIAMOND, 2013) Seus propósitos de vida estavam diretamente vinculados aos meios naturais, que refletiam diretamente em seu regramento social, sem correlação com os padrões europeus vigentes no tocante a gênero e sexualidade, principalmente aqueles impostos pela Igreja Católica.

Após a colonização Portuguesa, as noções de sexualidade passaram a ser muito próximas dos manuais da Idade Média, alterando violentamente as tradições as liberdades de seus corpos, como o uso de vestimentas, e a

conversão à doutrina Cristã e toda sua tradição. Em seu artigo, “Sexo do Lado de baixo do Equador”, Alice Giraldi fala a princípio da opinião de Oswald de Andrade quando se trata desses índios colonizados:

Em seu lamento irônico sobre as imaginárias condições meteorológicas no momento da descoberta do Brasil, o poeta modernista Oswald de Andrade sugeriu que se os índios tivessem conseguido impor sua nudez aos colonizadores, tudo seria diferente. A liberdade de comportamento e a exuberante sexualidade indígenas poderiam ter prevalecido sobre o conservadorismo cristão europeu que, afinal, acabou se estabelecendo no Brasil (GIRALDI, 2010, n.p).

Com a expansão de um modelo opressivo de colonização, as Américas passaram a receber povos escravizados de outros continentes para atender a um caráter econômico deste processo. O corpo visto nesta configuração de sociedade é destinado meramente à produção e a reprodução do trabalho, sem espaço para a vivência do prazer, do lazer e do ócio (GUTIERREZ, 2001).

A relação dos corpos subjugados com os corpos dominantes não é passiva nem tampouco estática. Grupos marginalizados transgridem as regras impostas, ao apropriar-se dos espaços públicos, criando novos lugares, e adequam as manifestações às proibições inerentes aos códigos vigentes. Para Michel Foucault (1987), após a Idade Média, na transição do século XVII ao século XVIII, o corpo passou a ser entendido como dócil tornar-se útil às necessidades sociais, submisso às relações de poder a ele impostas na época, quando se exigia um corpo ágil e saudável. Isso deu início ao processo disciplinar do corpo como forma de dominação.

O corpo atlético, cuja expressão está presente na máxima grega “*Mens Sana in Corpore Sano*”, exemplificava a disciplinarização desejada aos

corpos, em oposição aos argumentos de liberdade e expressão corporal, descrita por Foucault, na obra *Vigiar e Punir* (1987).

Com o surgimento das Ciências Humanas, no século XIX, novas tensões sobre as relações de poder e corpo surgiram, levando esta nova abordagem para servir como base de conhecimento para novas disciplinas e especialidades, como a psiquiatria e psicologia, entre outras. (FOUCAULT, 1987)

O surgimento de disciplinas, cujo mote era o controle e a normalização dos corpos, também enfrentaram, como contraponto, a descoberta do corpo como alvo do prazer, na época clássica. Visto que a busca do prazer pode ser vista como antítese às diversas técnicas e métodos que buscam entender o funcionamento, de forma positivista, analisando informações biológicas e fisiológicas, temos aqui uma forma de resistência (GUTIERREZ, 2001).

Na sua obra “A história da sexualidade volume I”, Foucault (1988) trata dos conflitos presentes na era Vitoriana no início do sec. XIX, em que o estabelecimento de um Estado absolutista, baseado na ideia de família como pilar nacional, vai colidir com novas formas de pensar e agir, com o crescente afastamento da religião dos espaços de poder, associado à criminalização da homossexualidade e ao cerceamento dos corpos de acordo com uma estética moral burguesa. Como trata o autor:

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo (FOUCAULT, 1988, p. 6)

Após muitas mudanças significativas, sobretudo com os avanços dos estudos de Sigmund Freud sobre a liberação Sexual, ficaram ainda mais evidentes os efeitos da Revolução Industrial, cuja lógica fragmentadora influenciou novas condutas na família tradicional ocidental (GUTIERREZ, 2001).

Em meados da década de 40, foi no questionamento do modelo binário homem x mulher, com destaque para o trabalho da Simone de Beauvoir (BEAUVOIR, 2016a, 2016b), que fala sobre as relações de poder entre gêneros que marcaram a aurora de uma nova etapa do feminismo. Essa década marcou o questionamento das teses eclesiásticas que indicavam um caráter bíblico nessas relações de poder e dominação.

Considerando a forte influência das religiões cristãs, a sexualidade teve sua moral concebida por um tipo de governança das micro condutas, pautadas por regras de moral e bons costumes, a serem adotadas em diversos ambientes, incluindo os espaços públicos. No entanto, os espaços públicos são concebidos para que a sociedade possa ocupá-los e praticar atividades diversas, seja para expressar aceitação ou resistência às relações sociais de dominação e submissão.

Conforme pode ser lido no livro de Silvia Alexim Nunes (2000), no caso da ocupação territorial para manifestação e resistência, as vivências corporais podem ser diversas, não apenas cristãs, permitindo que estes espaços sejam ocupados por múltiplos corpos, aceitos na sociedade contemporânea, já que as vivências corporais são específicas a cada povo e mudam conforme o tempo avança, faz-se urgente uma nova concepção. Portanto, muitas mudanças no panorama desenvolveram novos códigos de comportamento sexual, muitos dos quais se tornaram regra geral de comportamento na sociedade contemporânea, onde a regra passa a ser não ter regra.

Doutrinas tradicionais e religiosas, que pregam a heterossexualidade, as relações monogâmicas tradicionais e o controle do corpo por meio de regras rígidas, passaram a ser questionadas, enquanto, a nudez em público, o controle sobre o próprio corpo e a liberdade feminina trouxeram novas ideias, principalmente com a chegada da pílula anticoncepcional (GIRALDI, 2010). Ainda assim, dentro desse contexto, nos Estados Unidos a homossexualidade era considerada doença psiquiátrica e sofria retaliações da polícia até a década de 1960.

O marco zero da história do Movimento LGBT contemporâneo foi o episódio conhecido como Rebelião de Stonewall, no dia 28 de junho de 1969, em Greenwich Village (NY), nos Estados Unidos. Nesse dia, pessoas LGBT enfrentaram policiais e iniciaram uma rebelião em resposta às ações da polícia de Nova York, que promovia batidas e revistas humilhantes em bares gays da cidade. O episódio durou seis dias e serviu como base para o Movimento LGBT no mundo LGBTQIAP+ (FERRAZ, 2017; RODRIGUES, V. C. S., 2018).

Apesar das décadas de 1960 e 1970 serem marcadas por constante ebulição ao redor do mundo, este borbulhar de manifestações culturais e protestos aconteceram no Brasil de forma mais tímida, dada a vigência de uma ditadura cis-hetero-militar, com diversas perseguições aos corpos dissidentes pela desculpa da defesa dos bons costumes da família tradicional brasileira. (NASCIMENTO, 2021).

Em nosso país, o movimento surge no final dos anos 1970, com as primeiras agremiações que se concentravam majoritariamente no eixo Rio de Janeiro - São Paulo e se caracterizavam por uma forma de organização comunitarista, fortemente marcadas por um ímpeto antiautoritário. (DANILIAUSKAS, 2011)

Depois de muitos anos de lutas e perseguições, somente em 1990, a OMS (Organização Mundial da Saúde) retirou a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) e, no ano de 2019, a transexualidade saiu da categoria de transtornos mentais, para integrar as de condições relacionadas à saúde sexual, denominada como incongruência de gênero. (FERRAZ, 2017; RODRIGUES, V. C. S., 2018).

O surgimento do Movimento LGBTQIAP+ contemporâneo precisa ser contextualizado historicamente e relacionado com a forma com que humanidade tem retratado a homossexualidade, e doutrinado as relações dos corpos dos indivíduos.

As siglas LGBT (mais curta e de uso mais frequente) e LGBTQIAP+ (usada para promover maior inclusão) referem-se à comunidade de pessoas que possuem orientação sexual divergente da heterossexual ou identidade de gênero diferente da cisgênero. Essa é uma comunidade que ainda hoje apresenta alto grau de vulnerabilidade em muitos dos espaços que ocupa. Thiago Oliva sintetiza esse fato ao afirmar em sua dissertação de mestrado que:

A homofobia se manifesta por um sem-número de condutas, desde as mais visíveis violações de direitos, como as agressões físicas, a negação de acesso a serviços de saúde e educação, até as formas mais sutis de marginalização social, como os julgamentos morais, a reprodução inconsciente de estereótipos e o silêncio, em alguns contextos. (OLIVA, 2014, p. 31)

Apesar de o autor utilizar somente o conceito “homofobia”, sabe-se que a ideia do discurso se aplica a todos os tipos de condutas discriminatórias e hostis contra a comunidade LGBTQIAP+.

Nos últimos quatro mil anos, o corpo influenciou a criação de tecnologias sociais e urbanas indispensáveis e transferiu seus valores na forma como se apropriaram das cidades. Conforme Sennett (2003, p. 22), “Em uma sociedade que enaltece genericamente “o corpo”, corre-se o risco de negar as necessidades dos corpos que não se adequam ao paradigma vigente”. Portanto, ter o direito à voz no espaço público revela a visibilidade conferida aos corpos, ajuda a entender quais corpos são subjugados e indica as relações de poder.

Nessa contextualização em que o movimento LGBTQIAP+ surge como ato político, o grupo busca modelar seu discurso para legitimar suas conquistas sociais. Conforme Vinícius Rodrigues:

O movimento social LGBT apropriou-se, enquanto causas de luta, da construção destas figuras. Desta forma, durante toda a história do movimento lutou-se pela mudança sociolinguística, visando garantir aos indivíduos signos específicos para que estes pudessem identificar suas identidades. No entanto, o próprio movimento limita quais são os termos considerados “legítimos” e os constrói em torno de uma perspectiva cultura atrelada a sua origem ocidental. E estes signos inclusive mudam de acordo com o processo histórico. Desde as figuras utilizadas para designar o perverso homossexual vitoriano ao contemporâneo “queer” (RODRIGUES, V. C. S., 2018, p. 264).

O conceito LGBTQIAP+ é muito mais do que uma simples “sopinha de letrinhas” e uso de termos para classificar distintas orientações sexuais. As manifestações culturais que tratam do assunto são legítimas ao lutar por direitos iguais, melhor convívio, maior aceitação e menos violência e preconceito no mundo em que vivemos.

3 HOSPITALIDADE, TURISMO E OS EVENTOS LGBTQIAP+ AO REDOR DO MUNDO

A palavra "hospitalidade", segundo Plentz (2007), deriva-se do latim “*hospitalitate*” ou da palavra latina “*hospitalitas-ati*”, e relaciona-se com o ato de prontificar-se a atender: “traduz-se como o ato de acolher, hospedar; a qualidade do hospitaleiro; boa acolhida; recepção; tratamento afável, cortês, amabilidade; gentileza” (PLENTZ, 2007, n.p).

Ao discutir a hospitalidade deve se pensar em questões que abrangem aspectos econômicos a sociais que rodeiam o setor, e refletir como algumas variáveis culturais podem afetar a relação dos que hospedam com os visitantes, vindo a escancarar o preconceito, relacionados a comunidade LGBT na esfera turística e hospitaleira.

Para Camargo (2008), é necessário compreender a sociabilidade que se concretiza durante o encontro do hóspede com o anfitrião no momento que alguém se hospeda em determinado local. O autor também afirma que, esse encontro é uma variável que se desenrola de acordo com o ambiente, seja dentro de um quarteirão ou até mesmo em outro país.

Camargo (2008) se refere ao choque cultural decorrente do encontro entre duas pessoas, no ato de acolher e receber os indivíduos que irão se hospedar. Ao imaginar o momento da recepção, algumas questões são dignas de atenção e questionamento: Será o *check-in*, para uma pessoa gay ou travesti, tão simples quanto para alguém que não faz parte da comunidade LGBT? Quais as implicações para um LGBT escolher seu destino? A hospitalidade é a mesma para um casal em relação homoafetiva, do que para um casal heterossexual “tradicional”?

As respostas às questões acima variam de acordo com a cultura local, preceitos familiares, religião ou etnia, que podem vir a influenciar na escolha

do destino turístico pelo viajante. Em sua obra, Nunan (2003, apud NEVES; BRAMBATTI, 2019), aponta algumas divergências que há entre os públicos LGBT e heterossexuais no setor de viagens:

Tendo um comportamento mais individualista, maior necessidade de se associar com outras pessoas de um mesmo grupo, possuir certo distanciamento de rotina, procuram um meio de diminuir o estresse e são mais desconfiados em relação às instituições sociais (NUNAN, 2003; apud NEVES & BRAMBATTI, 2019, p. 835).

Conforme a *World Tourism Organization* (2017), o turismo LGBT apresenta crescimento constante no setor de hospedagens, este público costuma gastar mais do que o turista médio. Além disso, viaja com frequência superior e pode tornar-se fiel, caso a hospitalidade seja acolhedora e respeitosa em relação à pluralidade, “Importa o quão seguros, respeitados e bem-vindos os visitantes se sentem, e o quão confortáveis em ser quem são.” (UNWTO – World Tourism Organization Association IGLTA – Internacional Gay & Lesbian Travel Association, 2017, p. 32).

Partindo desta perspectiva, é inegável que a necessidade de prestar um atendimento de boa qualidade a esse público se torna cada vez mais necessária, visto que a sua presença tem se mostrado cada vez mais economicamente benéfica para os locais que o recebe.

Como já foi dito na seção anterior, em relação aos movimentos LGBTQIAP+, um momento determinante da resistência e organização do movimento foi o episódio conhecido como Rebelião de Stonewall. No dia 28 de junho de 1969, em Greenwich Village, Nova York, nos Estados Unidos. Nesse dia, pessoas LGBTQIAP+, quando transexuais e travestis negras, homens gays cisgêneros brancos, enfrentaram policiais e iniciaram

uma rebelião em resposta às ações da polícia de Nova York, que promovia batidas e revistas humilhantes em bares gays da cidade. A revolta durou seis dias e serviu como base para o Movimento LGBTQIAP+ no mundo (FERRAZ, 2017)

Como resultado deste conflito, um ano depois, aconteceu a primeira marcha do Orgulho Gay no mundo, dando início ao movimento político LGBTQIAP+, marcando o mês de junho como calendário para celebração das marchas.

Não é à toa que grandes centros urbanos ao redor do mundo já iniciaram a adesão de políticas para atrair o turista LGBT. Alguns locais são exemplos dessa beneficência, como São Francisco, na Califórnia (EUA): cidade considerada polo tecnológico em desenvolvimento, que oferece serviços ricos e imersivos a seus visitantes, tornando um destino na rota do turista LGBT (SOARES; FIGUEIREDO, 2008). São Francisco é a sede de um dos principais eventos LGBT *friendly* no mundo, *San Francisco Pride*, a passeata pela luta e diversidade existente desde a década de 70, reuniu mais de 1 milhão de pessoas no ano de 2001.

Em Sydney (Austrália), o *Sydney Gay and Lesbian Mardi Gras Parade* (SGLMGP) começou na década de 80, após forte repressão policial uma década antes. O evento gerou uma receita de 99 milhões de dólares australianos à região em 1999 (Soares & Figueiredo, 2008), e vem crescendo exponencialmente a cada edição, atingindo a marca de 500 mil pessoas em 2019 (The Guardian, 2019).

4 A PARADA PAULISTANA COMO UM EVENTO PARA LUTA POR DIREITOS NO BRASIL

Enquanto os movimentos LGBTQIAP+ se consolidavam como grupo pelo mundo a fora,urgia a constituição de um evento que expressasse essa identidade a ser buscada e vinculasse esse anseio a uma maior ocupação dos espaços urbanos no Brasil. Nesse contexto, surgiu na década de 1990 a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. De lá para cá, a capital paulista sedia anualmente a maior Parada do Orgulho LGBT do mundo, evento que tem suas origens no ano de 1997, quando um tímido público de pouco mais de 2 mil ativistas marchou na Avenida Paulista requisitando direito pela pluralidade e igualdade (EL PAÍS, 2017).

Duas décadas se passaram e muitos temas foram discutidos no evento que acontece anualmente, teve um grande crescimento, e chegou a atrair público de aproximadamente três milhões de pessoas, na 23ª edição, que movimentaram cerca de R\$ 403 milhões (PINHONI; G1, 2019).

O grande volume de público levou o evento brasileiro a entrar para o *Guinness*, livro dos recordes (FOLHA ONLINE; RIPARDO, 2008; NEWSWEEK; PERSIO, 2017), e essa maior participação da comunidade no calendário de eventos urbanos também veio refletir a maior participação no espaço público, o que também gerou uma reação de grupos conservadores visando limitar as conquistas da comunidade.

O evento da Parada LGBTQIA ocorre na cidade de São Paulo, desde 1997, no entanto o registro de dados disponíveis e acessíveis para a análise são somente a partir do ano de 2005.

Apesar de haver incertezas com relação ao montante total de participantes, iremos considerar os dados da Associação da Parada do Orgulho LGBTQIA de São Paulo (APOGLBT), que diz que o evento

apresentou crescimento contínuo de público entre 1997 e 2007, sendo que a partir de então apresentou uma oscilação em torno do patamar de 3 milhões de pessoas.

No que se refere à relevância econômica, de acordo com o Observatório de Turismo e Eventos (OTE) da São Paulo Turismo (SPTuris) calcula-se que o impacto econômico gerado pela Parada LGBT em 2019 foi de pouco mais de R\$ 400 milhões, confirmando-o como um dos mais importantes eventos da cidade de São Paulo (PINHONI; G1, 2019; PREFEITURA DE SÃO PAULO; SÃO PAULO TURISMO; OBSERVATÓRIO DE TURISMO E EVENTOS, 2019).

O evento é superado apenas pelo Carnaval, que atingiu e cerca de R\$ 2,3 bilhões (sendo R\$ 2,1 bilhões no Carnaval de Rua e R\$ 220 milhões no Sambódromo) e pela Virada da Paulista, que de 2019 para 2020 gerou cerca de R\$ 648,7 milhões para a cidade (PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO; OBSERVATÓRIO DO TURISMO DA CIDADE DE SÃO PAULO; SÃO PAULO TURISMO (SPTURIS), 2019, 2020).

De acordo com Chiochetta e Avenna (2006, p. 12), a Parada LGBTQIAP+ paulistana coloca-se, como um momento de manifestação da diversidade para participantes do evento, com expressão de múltiplas identidades, comportamentos, posturas e noções a ser reconhecidas.

Na relevância social destaca-se a busca por sociabilização, que é um dos fatores determinantes da demanda para o turismo LGBTQIAP+, como aponta Hartal (2019), que vincula a criação de valor urbano, ou seja, a existência do próprio público LGBTQIAP+, como vetor da demanda por produtos turísticos destinados a esse público.

Ao pensar em números a cidade de São Paulo possui representatividade e grandiosidade. Cosmopolita e plural, além de ser considerada a 2ª cidade mais desejada por turistas do mundo inteiro a se

conhecer, segundo uma pesquisa do Google, no início de 2020, que levantou os 10 destinos mais populares, de acordo com buscas globais por hotéis no Google Hotéis (NOVAES; PANROTAS, 2020). É importante ressaltar que a cidade possui a infraestrutura disponível para receber grandes eventos como a Parada LGBTQIAP+, além de ser plural, caracteriza pela diversidade cultural (marca do evento em questão). Entre os valores culturais cosmopolitas que integram o que pode ser encontrado na cidade de São Paulo, podem ser citados: aceitação, promoção da diversidade e desenvolvimento econômico.

De acordo com Teles (2006), os elementos da oferta turística agregam características que vêm sendo configuradas no decorrer do processo histórico, pelo qual passou e tem passado a cidade de São Paulo. Isso justifica a inerente vocação em concentrar oportunidades e negócios dos mais variados segmentos profissionais. Conseqüentemente, a cidade oferece uma infraestrutura que permite a recepção de eventos de toda natureza, proporcionando, assim, um fluxo de turistas, bastante significativo.

Além de possuir grande população e realizar movimentação financeira de grande valor, São Paulo possui a maior rede de serviços de turismo e lazer do país, com 410 hotéis (42 mil leitos). Conforme Azevedo (2012), São Paulo é considerada a capital de eventos da América Latina e conta com mais de 90 mil eventos por ano. Dentre eles, destaca-se a única prova de fórmula 1 da América Latina, a Feira de Moda São Paulo Fashion Week, a Bienal Internacional da Arte, o Salão do Automóvel, a Mostra Internacional de Cinema, a Corrida de São Silvestre e a maior parada LGBT do mundo, cujo público estimado chegou, em 2010, a 3 milhões pessoas, e gerou uma receita financeira estimada em R\$ 189 milhões, conforme os dados da SPTuris em 2010. Ainda de acordo com o relatório do Observatório do Turismo da

cidade de São Paulo em 2012, no ano de 2011 participaram da Parada Gay 4 milhões de pessoas (AZEVEDO *et al.*, 2012).

É importante salientar o cunho de resistência que a Parada Gay traz à luta da comunidade LGBTQIAP+, abrindo espaços para discussão da temática nas grandes mídias, e normalizando a cultura “*gay friendly*” para o senso comum e para o setor do turismo. Faz-se necessária a adequação do setor para atender às necessidades do público LGBTQIAP+, na megalópole cosmopolita que é São Paulo, de forma perene e duradoura, durante o ano todo. Não apenas com foco no evento promovido durante o mês de junho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O título do capítulo foi criado com dois objetivos. O primeiro: trazer um questionamento sobre a adequação da cidade de São Paulo como polo receptivo turístico para o público em questão. O segundo: fazer uma provocação para organizações ligadas ao setor do turismo e hospitalidade, tanto de iniciativa pública como privada, para promover maior inclusão em suas políticas, campanhas e ações.

A luta por direitos, do público LGBTQIAP+, é legítima e urgente, tanto mundialmente, como localmente. Como foi descrito neste capítulo, desde o final da década de 1960 essa luta ganhou força, em Manhattan, quando ocorreu a Rebelião de Stonewall e, aos poucos, foi se espalhando pelo mundo, tanto no hemisfério norte, como na América Latina como um todo, incluindo o nosso país.

Mesmo que de forma tardia, e com pequena adesão em momento inicial, São Paulo se tornou palco de evento cultural, inicialmente chamado Parada Gay que, com acanhado público de 2000 pessoas, iniciou sua jornada a partir de 1997, para se tornar o maior do mundo em volume de pessoas

frequentadoras, e expandir a sua luta com maior abrangência e pluralidade, modificando o nome do evento para parada LGBT.

Embora o Brasil seja palco de um dos maiores eventos para defesa de igualdade e luta contra homofobia e outros preconceitos, o nosso país ainda é um dos que detém os maiores índices em crimes e violência contra o público LGBTQIAP+. A importância da manifestação e expressão cultural é inegável, mas a sociedade como um todo ainda precisa evoluir muito para que o preconceito seja vencido. A luta segue!

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. S. *et al.* Segmentação no setor turístico: o turista LGBT de São Paulo. *Revista de Administração da UFSM*, 16 nov. 2012. v. 5, n. 3, p. 493–506. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273424930008>>. Acesso em 20 de jul. 2021.

BEAUVOIR, S. De. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.

_____. *O segundo sexo: a experiência vivida*, volume 2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.

CAMARGO, L. O. De L. A pesquisa em hospitalidade. *Revista hospitalidade*, 2008. n. 2, p. 15–51. Disponível em: <<https://www.revhosp.org/hospitalidade/article/view/151>>. Acesso em 20 de jul. 2021.

CHIOCHETTA, Â. S.; AVENA, D. T. Parada Gay de São Paulo : Evento de Compromisso Social ou uma Grande Festa na Avenida Paulista ? Eventos e Lazer. *Caderno Virtual de Turismo*, 2006. v. 6, n. 2, p. 11–18. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115416203002>>. Acesso em 20 de jul. 2021.

DANILIAUSKAS, M. *Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do programa Brasil sem homofobia*. [S.l.]: Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em:

<<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06072011-095913/pt-br.php>>. Acesso em 20 de jul. 2021.

DIAMOND, J. *Armas, gemas e aço: os destinos das sociedades humanas*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

FERRAZ, T. *Atualidades no Vestibular Dia do Orgulho LGBT : Conheça a história do movimento por direitos*. 28/06/2017, 2017. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/dia-do-orgulho-lgbt-conheca-a-historia-do-movimento-por-direitos/>>. Acesso em 1º de nov. 2020.

FOLHA ONLINE; RIPARDO, S. *Guinness exclui recorde da Parada Gay*. 28/05/2008, 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/colunas/destaquesgls/ult10009u406368.shtml>>. Acesso em 14 de jul. 2021.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Historia da sexualidade I : a vontade de saber*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GIRALDI, A. Sexo do lado de baixo do Equador. *Unespciência*, 2010. v. maio, n. 08, p. 362. Disponível em: <<http://unespciencia.com.br/2010/05/01/historia-08/>>. Acesso em 20 de jul. 2021.

GUTIERREZ, L. G. *Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas*. Campinas: Autores Associados, 2001.

MISGAV, C.; HARTAL, G. Editorial Queer Urban Movements from the Margin (s) — Activism , Politics , Space : An Editorial Introduction. *Geography Research Forum*, 2019. v. 39, p. 1–18. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/339093124_Queer_Urban_Movements_from_the_Margins_-_Activism_Politics_Space_An_Editorial_Introduction>. Acesso em 20 de jul. 2021.

NASCIMENTO, A. O que nos atravessa? A marginalização das corpos trans na ditadura cis-hetero-militar brasileira (1970-1985). *In*: NASCIMENTO, A.

et al. (Org.). *Genealogia Queer*. Salvador, BA: Devides, 2021, p. 27–46.

NEVES, C. S. B.; BRAMBATTI, L. E. LGBT Tourist Behavior Regarding Leisure Travel Consumption. *Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 14 out. 2019. v. 11, n. 4, p. 832–846. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/6501/pdf>>. Acesso em 20 de jul. 2021.

NEWSWEEK; PERSIO, S. L. *Pride Around the World: Sao Paulo LGBT Community Has Become One of the Biggest on the Planet*. 21/06/2017, 2017. Disponível em: <<https://www.newsweek.com/pride-around-world-sao-paulo-lgbt-community-hosts-bigger-pride-parade-san-628004>>. Acesso em: 14 de jul. 2021.

NOVAES, V.; PANROTAS. *Google divulga lista de destinos mais populares em 2020*. 09/01/2020, 2020. Disponível em: <https://www.panrotas.com.br/destinos/pesquisas-e-estatisticas/2020/01/google-divulga-lista-de-destinos-mais-populares-em-2020_170327.html>. Acesso em 5 de mai. 2021.

NUNES, S. A. *O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: Um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

OLIVA, T. D. *O discurso de ódio contra as minorias sexuais e os limites da liberdade de expressão no Brasil*. [S.l.]: Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-14122015-093950/pt-br.php>>. Acesso em 20 de jul. 2021.

PAÍS, EL. *Fotos da primeira Parada Gay de SP: Bandeiras, arco-íris e tudo por fazer*. 04/07/2017, 2017.

PINHONI, M.; G1. *Parada LGBT de 2019 movimentou R \$ 403 milhões em SP, diz prefeitura*. 29/06/2019, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/29/23a-parada-lgbt-movimentou-r-403-milhoes-em-sao-paulo-diz-prefeitura.ghtml>>. Acesso em 10 de nov. 2020.

PLENTZ, R. S. *Mestrado Em Turismo Dialética Da Hospitalidade: Caminhos Para a Humanização*. [S.l.]: Universidade de Caxias do Sul, 2007.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO; OBSERVATÓRIO DO TURISMO DA CIDADE DE SÃO PAULO; SÃO PAULO TURISMO (SPTURIS). *Carnaval paulistano 2019*. São Paulo: [s.n.], 2019. Disponível em:

<http://www.observatoriodoturismo.com.br/pdf/CARNAVAL_SAMBODROMO_RUA_2019_ALTA.pdf>. Acesso em 20 de jul. 2021.

_____; OBSERVATÓRIO DO TURISMO DA CIDADE DE SÃO PAULO; SÃO PAULO TURISMO (SPTURIS). *Pesquisa de perfil de público Réveillon na Paulista 2020*. São Paulo: [s.n.], 2020. Disponível em: <http://www.observatoriodoturismo.com.br/pdf/relatorio_reveillon_2020.pdf>. Acesso em 20 de jul. 2021.

PREFEITURA DE SÃO PAULO; SÃO PAULO TURISMO; OBSERVATÓRIO DE TURISMO E EVENTOS. *Parada LGBT 2019*. São Paulo: [s.n.], 2019. Disponível em: <http://www.observatoriodoturismo.com.br/pdf/PARADA_2019.pdf>. Acesso em 20 de jul. 2021.

RODRIGUES, V. C. S. *De Homossexual a Queer: O Movimento Lgbt E a Construção De Identidades “ Globais ”*. (A. F. Dias et al., Org.). Campina Grande: Editora Realize, 2018. p. 263–270. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/40212>>. Acesso em 20 de jul. 2021.

SENNETT, R. *Carne e pedra*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOARES, D. J.; FIGUEIREDO, A. J. Da S. *O turismo e os impactos socioeconômicos das paradas do orgulho gay*. Curitiba-PR-Brasil: [s.n.], 2008. p. 13.

TELES, R. M. De S. *Turismo urbano na cidade de São Paulo: o deslocamento do CBD e seus reflexos na hotelaria - 1 - capa*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27148/tde-14082009-171217/pt-br.php>>. Acesso em 20 de jul. 2021.

THE GUARDIAN. *Mardi Gras: Kylie Minogue adds glamour to dazzling parade*. 02/03/2019, 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/australia-news/2019/mar/02/sydney-mardi>>

gras-kicks-off-with-fireworks-and-flame-balls>. Acesso em 18 de mai. 2021.

UNWTO - WORLD TOURISM ORGANIZATION ASSOCIATION
IGLTA - INTERNATIONAL GAY & LESBIAN TRAVEL
ASSOCIATION. *Affiliate Members Global Reports*. Madrid: UNWTO,
2017. V. 15- Secon.

IDENTIDADE, REPRESENTAÇÃO E POLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS EFETIVOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA TEORIA DE IRIS M. YOUNG

Be Silva Brustolim¹

DEMOCRACIA, CONCEITOS E INTRODUÇÕES

Este ensaio² tem o objetivo de debater as reflexões levantadas por Young³ (2006) sobre a democracia representativa e sua tentativa de expandir as reflexões sobre identidade dentro da teoria política, considerando contribuições de outros autores, presentes ou não em seu texto original, sobre o tema. Considerando as discussões mais recentes sobre a presença de minorias identitárias na política e as diversas categorias identitárias que tem ganhado visibilidade na sociedade e na cultura, percebe-se com mais facilidade os caminhos pelos quais essas questões são percorridas na democracia brasileira atual, onde a representação acontece de forma simbólica e as identidades só existem quando os sujeitos às quais elas pertencem compõem uma ou mais hegemonias.

Compreendendo democracia como um esforço coletivo para a organização social e que “teorizar a democracia como um processo de

¹ Estudante do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (UFBA). E-mail: silvabrustolim@gmail.com / bbrustolim@ufba.br

² Originalmente apresentado para o componente FECHE 43-To1-Gênero e Estado, do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), como trabalho avaliativo do semestre 2021.1 ministrado pela professora Maise Caroline Zucco.

³ Iris Marion Young (1949-2006) foi uma filósofa e cientista política estadunidense. Era professora de Ciência Política da Universidade de Chicago e afiliada ao Gender Studies Center (Centro de Estudos de Gênero) e a seu Programa de Direitos Humanos. Sua pesquisa abrangia Teoria Política, Teoria Feminista e análise normativa de políticas públicas.

comunicação que visa chegar a decisões não condiz suficientemente com a necessidade de conceitualizar a democracia descentralizada das grandes sociedades de massa” (YOUNG, 2006, p.140), entende-se a necessidade de formalizar métodos de representação efetivos, que permitam a seleção de pessoas aptas para representar grandes e pequenas parcelas da população nos espaços de deliberação e decisão políticos, constituindo assim a democracia representativa.

Representação pode ser definida enquanto o processo de assumir, através de processos de autorização, a posição de um número - específico, simbólico ou percentual - de pessoas nos processos de debate e decisão democráticos. Segundo Young (2006, p.158), ela pode ocorrer através de três diferentes pontos de partida, a representação de interesses, opiniões ou perspectivas. A autora considera necessário que se estabeleça relações entre representante-representados e representados-representados, que servem tanto para validação do processo de representação, quanto para verificação desse processo. Na contemporaneidade não há alternativa para a democracia que não seja a representação, mesmo quando ela acontece de forma subentendida, existindo de sujeitos hegemônicos para sujeitos hegemônicos, mesmo estes compõem um grupo imenso e diverso em interesses e opiniões. Criticar a democracia representativa por assumir que apenas as pessoas dissidentes precisam ser representadas, ou os diferentes argumentos que pretendem invalidar a representação dentro da democracia quando debatida para as minorias, é assumir uma posição de suposta neutralidade, onde existem vozes que não dependem de representação ou que são capazes de tomar decisões para grandes números de pessoas sem serem implicadas por essas decisões. Toda democracia em média e larga escala acontece através da representação, voluntária ou não. O debate deve ser focado na aplicação, processos de autorização, mecânicas e formatos pelos quais essa

representação acontecerá, além da necessidade de profissionalização dos candidatos.

As discussões sobre representação tendem a estar centralizadas na política das identidades, tendo como objeto as minorias políticas e sociais, porque a hegemonia não tem identidade e não precisa ser discutida, faz-se então um circo sobre quem está apto a representar estes seres tão distantes do sujeito iluminista. Quais vozes dissidentes devem ser ouvidas e quais são desnecessárias para a democracia. Porém, as definições do conceito de identidade e suas particularidades, que o separam de tantos outros conceitos como o de individualidade, corporalidade, autonomia, subjetividade, entre muitos outros, são esparsas e tendem a não delimitar o conceito. Seguindo o caminho da generalização, será identidade uma perspectiva? Uma manifestação da subjetividade? Um modo de expressão?

O conceito de identidade que proponho⁴ é condizente com o campo das teorias da identidade da sociologia socio-psicologia⁵, sendo identidade uma rede de marcadores e categorias, que se relacionam ou não entre si, adquiridos através dos processos socioculturais nos quais os indivíduos estão inseridos, considerando sua assimilação um fenômeno psico-socio-emocional de sujeição e/ou subjetivação, no qual diversos elementos que podem compor a identidade de um indivíduo lhe estão disponíveis. Porém, conforme as relações de poder se manifestam em sua vida, certos marcadores são impostos e outros negociados e/ou assumidos. Vale ressaltar que alguns marcadores são fixos e dependem de características físicas dos sujeitos que, quando contextualizadas pela sociedade e cultura que este está inserido, são

⁴ Por uma necessidade metodológica de definir o objeto teórico que discutirei e a ausência de uma definição no texto original.

⁵ Uso como base para a construção dessa definição a coleção de artigos "New Directions in Identity Theory and Research" que traz contribuições de diversos autores do campo de estudo e aborda diferentes aplicações para as concepções de identidade.

manifestados em marcadores. Estes marcadores são imensamente condicionados pelo contexto sociocultural em que existem e as relações de poder entre eles, dentro e fora da identidade dos sujeitos, são definidas pelas estruturas e instituições que organizam a sociedade, também tendo um papel no processo de atualização, renovação e manutenção delas. Sendo assim, falar sobre identidade é compreender que a neutralidade é inexistente.⁶

Os processos de composição da identidade de um sujeito são determinados, então, pela cultura e pela sociedade que este está inserido, pois as categorias e marcadores identitários servem um papel social de categorização dos indivíduos, sendo uma forma de possibilitar que relações aconteçam, além de prover o Estado e as outras instituições de organização social uma forma de agrupar pessoas através de diferentes marcadores. Identidade é então tanto uma tecnologia social, quanto uma tecnologia pessoal de relação dos sujeitos com si, o mundo, o outro, a sociedade e com o Estado. Todo sujeito tem identidade, toda política é identitária.

Quando nos referimos à identidade, dentro dos diversos campos de estudo abrangidos por este texto, geralmente queremos referenciar marcadores ou categorias específicas de um sujeito, por exemplo, quando as teorias feministas usam identidade de gênero referindo-se aos marcadores presentes dentro da categoria identitária de gênero. Sendo a Identidade o conjunto de todos os marcadores que um sujeito carrega em si, correspondentes às categorias estabelecidas pela socio-cultura temporalmente e geograficamente localizada que contextualizam sua existência. Para Young (2006) então, os diversos marcadores que um sujeito carrega o conferem perspectivas, considero também que a confluência desses

⁶ Aqui trago uma crítica ao campo de teoria da identidade que tende a deixar de lado as teorias estruturalistas e as discussões referentes a hierarquias sociais e opressão, entendendo as limitações do campo, ainda considero uma falha, também observada no texto de Iris M. Young (2006).

marcadores molda os interesses e opiniões desses indivíduos, pois afetam diretamente sua relação com a cultura⁷ e sociedade.

2 QUAL POLÍTICA? SOBRE QUAIS CORPOS?

O cenário político brasileiro atual se estabelece através da distinção tênue entre público e privado, na qual o sujeito iluminista tende a deter seu espaço privado e todos os outros sujeitos passam por variados níveis de pertencimento enquanto posse privada ou pública, sendo objetos e/ou abjetos do sujeito iluminista e tendo seus direitos reféns de uma constituição que existe enquanto forma de garantir o espaço privado de uns e mediar as corporalidades públicas de outres. Okin pontua que “a separação entre público e privado é apresentada na teoria liberal como se ela se aplicasse a todos os indivíduos da mesma maneira” (2008, p. 318), sendo a teoria liberal um dos fundamentos da teoria política e social do ocidente e países ocidentalizados, reverberando na nossa compreensão contemporânea do papel do Estado e dos limites da democracia.

⁷ Conforme entendemos e analisamos os processos de construção da cultura, percebemos que não existe um elemento definidor dos fenômenos sociais, mas sim, centenas de momentos e processos que temporalmente estabelecem uma rede de sentidos, símbolos, significados, significantes e imaginários que chamamos de cultura, porém esta rede é composta por centenas de segmentos e camadas que comumente chamamos de culturas, geralmente especificando enquanto adjetivo o local dessa cultura. A definição de cultura é complexa, pois abrange não só elementos do *Zeitgeist*, mas também toda uma historicidade da espécie humana, para além de suas restrições territoriais e barreiras sociolinguísticas, o conceito de cultura abrange toda produção humana, toda tecnologia e uso coletivo ou individual delas. Cultura em si tem diversos sentidos, mas para nossa objetividade, usaremos cultura enquanto toda produção intencional de conhecimento e tecnologia que se produz, ou se pretende para uso, em sociedade. Conforme nossa necessidade didática e teórica de usar o conceito, compreendemos que a cultura é segmentada de acordo com as diversas organizações e divisões dos grupos humanos, sendo hierarquizada conforme as relações de poder são estabelecidas e projetadas. Sendo assim, a cultura que tratamos enquanto hegemônica, está ligada aos grupos hegemônicos e é responsável tanto por produzir quanto manter estes grupos e vice-versa, através de estruturas que hierarquizam os corpos e experiências.

Debater o papel da economia, mais especificamente do modelo capitalista, dentro da organização do Estado e da manifestação das desigualdades dentro de uma nação se faz extremamente importante, pois,

Na cultura política do capitalismo organizado pelo Estado, as questões sociais foram estruturadas principalmente em termos distributivos, como assuntos relativos à distribuição de bens divisíveis, especialmente renda e empregos, enquanto as divisões sociais foram vistas principalmente por um prisma de classe” (FRASER, 2009, p. 16).

Nancy Fraser considera o Estado como organizador do capitalismo, porém, observando as mais recentes questões envolvendo a Pandemia do COVID-19 mundialmente e a abertura de diversos mercados antecipadamente por pressão dos bilionários, principalmente estadunidenses, além das diversas leis que não são aplicadas aos ricos, a baixa arrecadação de impostos e taxas sobre as grandes fortunas, a corrupção do maquinário do Estado, a guerra aos pobres (também conhecida como a guerra às drogas), a presença de representantes de interesses corporativos dentro do parlamento e de outras áreas do governo, a exploração genocida dos recursos naturais presentes em áreas supostamente protegidas ou pertencentes aos povos originários e todos os outros problemas que giram em torno das questões de classe, é mais apropriado se referir ao Capitalismo organizador do Estado. Sendo importante estabelecer que o papel do Estado dentro da contemporaneidade ocidental tem sido fazer a manutenção da força de trabalho e servir os interesses das grandes corporações, organizando seus serviços de forma a melhor acomodar o lucro em detrimento a vida.⁸

⁸ No caso particular do Brasil e do atual governo, o interesse das grandes corporações pode não estar sendo debatido em primeiro plano, porém ainda existem questões

A interação do capitalismo e seus Estados para com a população LGBTQIA+⁹ acontece através da exploração das chamadas “pautas identitárias” como mecanismo de renovação das estratégias de exclusão, usando da apropriação de nossa linguagem para revestir-se de arco-íris e aparentar novos supostos momentos de inclusão, que só existem de forma temporária e tendem a ter um o efeito simbólico de aceitação, porém não diminuem os altos níveis de violência social e estatal contra esta população. O país que mais mata pessoas trans no mundo deveria fazer muito mais do que ilegalizar LGBTfobia, ainda mais quando a população LGBT pobre, que mais sofre com esta forma de violência, mal tem acesso aos espaços legais, dependendo de ONGs ou advogados pro-bono dispostos a levar os casos à justiça.

A política enquanto um mecanismo de controle de corpos é especificamente chamada de Biopolítica e a Necropolítica pode ser definida como “as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte [...] [sendo que] reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror” (MBEMBE, 2016, p.146), usando da violência, privação de direitos e deslegitimação da soberania/cidadania dos indivíduos para instituir controle sobre seus corpos e vidas. Compreendendo os mecanismos

econômicas que cercam todos os fiascos, além da óbvia incompetência, que se manifesta enquanto prática política. Vale ressaltar que os projetos imperialistas estadunidenses têm deixado suas marcas pelas américas desde o início da Guerra Fria, sendo o Capitalismo e o modelo estadunidense de sociedade os proponentes do intervencionismo neoimperialista que gerou tanto as diversas ditaduras quanto propiciou o estabelecimento da guerra às drogas, Estados paralelos e institui o que Mbembe (2016, p.137) chama de “guerra infraestrutural”, minando as possibilidades de agência e soberania das instituições e populações latinas.

⁹ A sigla LGBTQIA+ é referente as categorias identitárias de gênero, sexualidade e corporalidade que divergem da normativa, sendo incluídos na sigla: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros (e Transexuais; e Travestis), Questionantes (e, ou Queers), Intersexos, Assexuais (e Agêneros; e Arromânticos), soropositivos (e todos os outros marcadores são representados pelo ‘+’).

estruturantes da nossa sociedade enquanto políticos, além de socioculturais, e estruturantes da organização política e dos dispositivos democráticos, determinando quem ou o que é ou não passível de direito e participação nas decisões políticas e espaços de debate, acredito indissociável a compreensão da política enquanto mecanismo de controle dos corpos e qualquer outra função que ela tenha ou venha a ter. Adicionando também a presença dos elementos complexos da Necropolítica a mistura, entendemos que não há Estado sem violência e terror, atualmente seu monopólio está em cheque e com isso outras instituições, como por exemplo as Facções e Milícias brasileiras e os Cartéis da América Central, estabelecem domínio sobre a vida e a morte das populações que antes eram apenas reféns do Estado.

Todos os corpos são controlados através da política, entretanto este controle tende a ser mais intenso para com os corpos que não compõe a hegemonia, sendo que as perspectivas, interesses e opiniões desses sujeitos não-hegemônicos, que não compõe ou conformam com a norma, são raramente consideradas durante o processo de decisão e debate políticos. Young (2006, p. 157) considera que, para uma democracia efetiva, a maior quantidade possível de interesses, opiniões e perspectivas devem ser consideradas no processo de debate, selecionando então no processo de decisão as soluções mais adequadas para determinada questão e não a de maior adesão social. Além disso, a democracia deve, em teoria, atender a necessidade de todas as pessoas inseridas na sociedade, entretanto, na prática, observa-se a distinção entre sujeito e sujeito de direito, na qual alguns corpos e identidades são ou ignorados pelo processo legislativo democrático ou são literalmente legislados enquanto menos detentores de direito que outros, seja por nomeação direta ou omissão deliberada de determinadas identidades e corporalidades.

Pessoas LGBTQIA+¹⁰ no Brasil passaram por diversos estágios de existência na legislação e na vida pública e política, sendo o mais comum a todas essas identidades a ausência de reconhecimento, a criminalidade de sua existência, o genocídio¹¹, a descriminalização, porém negação de direitos, a inviabilização de sua existência¹², entre outros momentos de direito ou ausência dele. A participação na política só se era possível quando pessoas LGBTQIA+ existiam de forma escondida e restringida, sem exercer pública e/ou privadamente seus marcadores identitários que os faziam minoria, além de serem majoritariamente pertencentes a grupos com marcadores identitários que compõe a hegemonia. Atualmente no Brasil os sujeitos LGBTQIA+ estão em uma situação política considerada menos desfavorável¹³, em sua grande parte, em comparação com outros Estados

¹⁰ Entende-se aqui inseridas todas as populações, pessoas e marcadores identitários que compõem a sigla LGBTQIA+ e seus devidos equivalentes históricos e outras identidades desviantes, que na contemporaneidade e no ocidente seriam abrangidos pela sigla, enquanto conceitualmente localizados em alguma dessas expressões usadas. Com devido respeito às culturas e povos aos quais estas pessoas existiram, não podemos deixar de reconhecer a dissidência das normas enquanto elemento comum entre nós.

¹¹ Entende-se aqui as violências contra a população LGBTQIA+ e seus devidos equivalentes históricos e outras identidades desviantes que na contemporaneidade e no ocidente seriam abrangidos pela sigla, enquanto um processo histórico de limpeza eugenista da população do Estado brasileiro através do assassinato, desencorajamento, destruição da memória e história, representação especificamente negativa, violências físicas, médicas, morais, econômicas e patrimoniais, sendo possível a expansão dessa compreensão para outros países.

¹² Algo que deve ser exclamado sobre este tópico é a forma com que os diversos Estados ocidentais e/ou ocidentalizados lidaram e lidam com a epidemia do HIV e da AIDS, considerando-a um vírus de Homossexuais e tratando essa crise sanitária como pauta identitária e punição divina. Este cenário só mudou recentemente, mesmo com o SUS oferecendo antirretrovirais desde o início do século, a forma com que este serviço era divulgado foi por baixo dos panos e uma necessidade apenas da população LGBTQIA+, algo que impulsionou ainda mais as infecções de HIV e outras ISTs, pois a população cishetero não era informada ou considerada grupo de risco. Além da inexistência da educação sexual dentro do ensino público, o que por si só revigora geracionalmente a presença das ISTs na população brasileira.

¹³ O site <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/lgbt-rights-by-country> mantém um ranking atualizado sobre os direitos da população LGBTQIA+ mundialmente. O site <https://www.asherfergusson.com/lgbtq-travel-safety/> conduziu um

européus, asiáticos ou africanos, ainda tendo direitos negados ou negligenciados, entretanto ainda sendo passíveis de diversas sanções sociais que lhes ceifam a vida cotidianamente, sanções que por muito tempo eram encorajadas pelo Estado e, quando não praticadas pelo Estado¹⁴.

Sylvia Walby em seu texto “Cidadania e Transformação de Gênero” traz reflexões sobre a real cidadania das mulheres e considero relevante reproduzir sua análise para as pessoas Kuir¹⁵, segundo ela:

De acordo com Marshall, a cidadania tem três dimensões. Política: o direito de participar no poder político, como membro de um órgão investido de poder político, ou como eleitor. Civil: liberdade de expressão, existência legal como indivíduo e liberdade da pessoa. Social: o direito ao bem-estar econômico suficiente para poder participar da sociedade de acordo com os padrões vigentes (WALBY, 2003, p.170).

De quais dessas três dimensões a população LGBTQIA+ brasileira usufrui? Debateremos por extenso a inserção política dessa população nesse texto, mas vale ressaltar que para muitas das pessoas que compartilham dos marcadores das dissidências de sexualidade e/ou gênero ainda não existe

estudo que analisa 150 países por nove fatores que indicam se estes países são ou não lugares que uma pessoa LGBTQIA+ deve viajar com segurança para, ou até mesmo viver. O Brasil é classificado com pontuação de 307 pontos e nota A- em relação a segurança, sendo estabelecido na posição 15 de 150, com a remarca de que houve um aumento na violência contra a população LGBTQIA+, especialmente pessoas Trans.

¹⁴ O texto “Onde estavam as Travestis na ditadura?” (VIEIRA, 2015) traz à tona a discussão sobre a repressão à população Travesti e LGBT durante a ditadura.

¹⁵ Trago o Kuir enquanto apropriação do termo Queer, que passou a ser usado como generalizador para as pessoas LGBTQIA+ dentro e fora da academia, referenciando não apenas suas identidades, mas também seu local social. No Brasil temos poucos recursos linguísticos unificados e inteligíveis que se refiram a toda nossa população LGBTQIA+, por isso, enquanto resposta ao imperialismo cultural estadunidense, que também está presente dentro da produção de subjetividade LGBTQIA+, nós, pessoas acadêmicas e LGBTQIA+, passamos a abrigar o termo Queer e reconstruir seu sentido para adequá-lo às nossas experiências.

liberdade de expressão, sendo punida com sanções físicas ou econômicas, que restringem sua possibilidade de existir e/ou participar na sociedade, sendo relegadas às margens do espaço urbano e, muitas vezes, à ilegalidade, quando não à morte. Quanto mais marcadores da não-hegemonia estas pessoas carregam, mais difícil seu acesso à cidadania. Seguindo esta lógica, pessoas trans¹⁶ negras¹⁷ e pobres não são cidadãs efetivas do Estado brasileiro, por exemplo.

A participação política de minorias deve ser pensada não apenas enquanto uma questão de independência política ou característica da democracia, onde as minorias podem dar voz a suas questões e debater outras, mas, sim, enquanto reparação social, necessidade democrática, realocação de poder e como um processo de ressignificação do espaço democrático brasileiro, que conforme demonstrado na última década, precisa ser repopulado.

A representação é a única alternativa que condiz com a realidade logística do Estado brasileiro. Por isso, deve ser pensada enquanto um processo consciente e constante, na qual os representantes entendem o peso das vidas que carregam na garganta e nas pontas da caneta e dedos, sendo que a legitimação dessa representação deve ser repensada não apenas enquanto eleição, mas também, seguindo a teoria proposta por Young (2006), enquanto prestação de contas e autorização. As vidas perdidas nos anos de 2020 e 2021 são majoritariamente de pessoas que não correspondiam

¹⁶ Segundo o “Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017” construído pela ANTRA “No ano de 2017, lembrando incansavelmente da subnotificação desses dados, ocorreram 179 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 169 Travestis e Mulheres Transexuais e 10 Homens Trans. Destes, encontramos notícias de que apenas 18 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa 10% dos casos.” (BENEVIDES, 2018, p.14)

¹⁷ Benevides segue a evidenciar que, “Com o mesmo índice, 80% dos casos foram identificados como pessoas negras e pardas, retificando o triste dado dos assassinatos da juventude negra no Brasil.” (2018, p.18)

à perspectiva, aos interesses ou às opiniões das pessoas que causaram a crise sanitária durante a pandemia. Pensar na legitimação dos políticos que foram colocados como representantes da nossa população enquanto, apenas, número de votos, desconsidera o processo eleitoral falho do Estado brasileiro no qual vozes hegemônicas ecoam a si mesmas e todas aquelas que destoam são processualmente desacreditadas ou eliminadas.

Pensar na representação de minorias enquanto solução da realidade sócio-política dessas populações dentro do modelo atual é ser no mínimo inocente, mas também é desconsiderar grande parte da máquina corrupta do Estado que serve aos interesses de uma maioria política, das corporações, dos grupos religiosos e que tem em si uma tendência a, como qualquer instituição que serve aos interesses do capitalismo e funciona através da lógica liberal, incorporar elementos culturais e/ou da luta de populações minoritárias e deslocá-los de seu sentido original, causando uma representatividade simbólica que é diluída em sua possibilidade de revolução. Para o Estado, reconhecer a união civil de casais homossexuais não foi nada além de entrar para o hall de países que legalizaram esta forma de união, porém efetivamente, ainda se há diversas violências que estes casais sofrem e direitos que lhe são negados. Consequentemente, direitos as outras populações dentro do guarda-chuva LGBTQIA+ foram conquistados não através de avanços na representação política institucional dentro do Estado, mas através das lutas dos movimentos e ativistas sociais¹⁸, sendo que o Estado tende a aderir a tendências internacionais de asseguarção de direitos

¹⁸ Um exemplo disso é que “de acordo com o Atlas, tanto o Grupo Gay da Bahia (GGB) quanto a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) realizam, através de buscas ativas junto a suas redes, contagens de pessoas LGBTTIs vítimas de violência, que resultam em relatórios anuais disponibilizados em suas páginas na internet, ressaltando a despreocupação do Estado brasileiro no que tange à mensuração e incidência sobre o fenômeno da violência LGBTfóbica” (ANDES, 2020, p. 54).

das populações minoritárias no papel, porém, as violências que a população LGBTQIA+ sofre não são efetivamente reparadas ou resolvidas pelo Estado.

Os avanços feitos pela presença da perspectiva Kuir dentro da máquina do Estado são mínimos¹⁹, sendo importante pensar sobre quais outras perspectivas estão associadas as representantes das minorias que chegam ao poder, como estas influenciam e dialogam no processo de debate e decisão política, além disso, entendendo a importância dos números na efetivação de qualquer mudança através de votos, é importante reconhecer que a presença de poucas pessoas que compartilham da perspectiva, interesses e opiniões gerais sobre os direitos das populações LGBTQIA+ não tem o efeito milagroso de alterar uma construção histórica sociocultural da máquina estatal, mesmo quando vocalizam estas questões nos debates.

As possibilidades de alterações na realidade política da população Kuir, são as mesmas de todas as outras minorias políticas, mínimas e inconsequentes. Enquanto o Estado estiver organizado pelo capitalismo, se valendo do terror e da negociação de direitos básicos de sua população como moeda de negociação e defasando-se constantemente para abrir espaço para as grandes corporações, a população LGBTQIA+ não conquistará dignidade, vida ou soberania dentro desta Nação. A luta deve ser em prol da revolução de todo o sistema que embasa a desigualdade e hierarquiza as experiências, valorando a hegemonia do sujeito Iluminista em detrimento de todas as outras diversas populações. Considero que as pautas identitárias dentro da luta anticapitalista devem ser entendidas enquanto ramificações, que

¹⁹ Trago um olhar mais crítico sobre as mudanças na situação política da população LGBTQIA+ e os elementos propiciadores dessa mudança. Considero muitas das alterações fruto de uma luta e pressão dos movimentos sociais dissociados da máquina estatal e, muitas vezes, alterações internacionais na compreensão sobre os direitos da nossa população, sendo assim, a presença de indivíduos Kuir dentro da máquina estatal é apenas simbólica, algo que como discutido, não altera a narrativa do senso comum brasileiro sobre nossa população.

enraízam a necessidade de enfrentamento ao sistema, dando vigor a luta central de revolução sociocultural, pois, enquanto as diversas estruturas que permitem as desigualdades existirem, o capitalismo também existirá, lucrando com nosso sangue e lágrimas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Experienciar em sua identidade um ou mais marcadores LGBTQIA+ e outros marcadores sociais da diferença que localizam sujeitos enquanto minorias políticas é experienciar diversas violências cotidianamente, mesmo que tais violências aconteçam em um nível abstrato, pois considero que todo dia que uma pessoa passa sem direitos e sem sua vida efetivamente assegurada pelo Estado é um dia que ela sofre violência. Sendo assim, a existência enquanto minoria é tanto política quanto pública, entretanto, não se existe enquanto um sujeito efetivo de direito ou cidadão, não se tem um acesso ao poder e aos meios de decisão e participação democráticos sem sacrificar-se em prol de uma vida ainda mais pública, na qual cada passo dado é usado enquanto exemplo de toda uma comunidade e ferramenta de deslegitimação do direito ao direito.

Compreendo que as sujeitas LGBTQIA+ que arriscam suas vidas para estar na linha de frente das lutas pelos direitos de nossa população, dentro e fora dos espaços de debate institucionais do Estado, merecem reconhecimento e suporte do resto da comunidade. Que suas vidas precisam ser resguardadas e protegidas por nós, já que o Estado não o faz, quando não é cúmplice ou autor das violências. A polícia assassina, o Estado sufoca e a mídia deslegitima.

Quando alterar o nome de registro significa apenas uma possibilidade de uma lápide digna e um obituário não violento, quando isso, para que nos

serve as migalhas jogadas pelos políticos na intenção de silenciar os movimentos sociais que clamam por vidas dignas, não apenas mártires dignamente nomeados.

Os desafios apresentados aquelas que assumem esse local de representação da população LGBTQIA+ dentro do Estado são inúmeros: Jean Wyllys exilado, Benny Briolly exilada, o atentado a vida de Carol Iara, as ameaças de morte e terrorismo contra Duda Salabert, Erika Hilton e todas as outras vereadoras eleitas nas eleições de 2020. São exemplos de como a cidadania da população LGBTQIA+, especialmente Trans, está constantemente sendo negada. Mesmo quando alcançamos os espaços de representação democrática nós não podemos exercer efetivamente nossa cidadania.

Termino este ensaio com uma questão que motiva muito da minha análise política, antes da cidadania ou qualquer questão levantada pelas teóricas aqui debatidas: quem tem direito à vida no Brasil?

REFERÊNCIAS

ANDES. *Atlas da Violência 2020 denuncia aumento no homicídio de pessoas negras no país*. ANDES, [s. l.], p. 1-1, 2 set. 2020. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/atlas-da-violencia-2020-denuncia-aumento-no-homicidio-de-pessoas-negras-no-pais1>>. Acesso em 16 de jun. 2021.

BAUMAN, Zygmunt; VECCHI, Benedetto. *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 110 p.

BENEVIDES, Bruna. *Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017*. SIMPSON, KEILA (ed.). 1. ed. BRASIL: [s. n.], Fev 2018. 121 p. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em 15 de jun. 2021.

BRITO, Helena Godoy. *O Acesso E Garantia De Direitos Da População Transgênero À Política De Assistência Social*. 2014. Monografia (Graduação em Serviço Social). Universidade de Brasília, Distrito Federal, 184p trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BUENO, Samira; CERQUEIRA, Daniel (coord.). *Atlas Da Violência 2020*. 1. ed. [S. l.]: IPEA, 2020. 96 p. DOI <https://dx.doi.org/10.38116.riatlasdaviolencia2020>. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/diretorios/files/Bruna/atlas-da-violencia-2020.pdf>>. Acesso em 16 de jun. 2021.

BUTLER, Judith. *A Vida Psíquica do Poder: Teorias de Sujeição*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de janeiro-RJ: Editora LTC. 1989.

CAMARGO, Cristina. *Benny Briolly, primeira vereadora trans de Niterói, deixa o país após receber ameaças*. Folha de São Paulo, [S. l.], p. 1-1, 14 maio de 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/05/benny-briolly-primeira-vereadora-trans-de-niteroi-deixa-o-pais-apos-receber-ameacas.shtml>>. Acesso em 14 de jun. 2021.

FERGUSON, Asher; FERGUSON, Lyric. *The 150 Worst (& Safest) Countries for LGBTQ+ Travel in 2021: A study of the world's most popular countries for LGBTQ+ travel reveals the good, the average & the ugly*. Asher and Lyric, [S. l.], p. 1-1, 23 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.asherfergusson.com/lgbtq-travel-safety/>>. Acesso em 15 de jun. 2021.

FRASER, Nancy. *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história*. Versão original publicada na New Left Review, n. 56, março-abril de 2009.

GALZO, Wesley. *Carol Iara, vereadora trans ameaçada, lembra caso Marielle: "Não pode repetir"*. Último Segundo, [S. l.], p. 1-1, 28 jan. 2021. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2021-01->

28/vereadora-vitima-de-ameaca-em-sp-lembra-caso-marielle-nao-pode-deixar-repetir.html>. Acesso em 14 de jun. 2021.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HOOKS, Bell. *Escolher a Margem como Espaço de Abertura Radical*. Traduzido por Camila Matos. Texto publicado originalmente no livro *Yearning: Race, Gender and Culture Politics*, 1. Cambridge: South End Press, 1990. pp. 223-225; com o título *Choosing the Margin as a Space of Radical Openness*.

HOOKS, Bell. *Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens*. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte*. Revista do ppgav/eba/ufrrj: Arte & Ensaio, [s. l.], ed. 32, p. 122-151, Dez 2016. Disponível em: <<https://laboratoriodesensibilidades.files.wordpress.com/2018/03/necropolitica-achille-m-ensaio.pdf>>. Acesso em 15 de jun. 2021.

MENEZES, Moisés Santos de; OLIVEIRA, Antônio Carlos de; NASCIMENTO, Ana Paula Leite de. *LGBT e Mercado de Trabalho: uma trajetória de preconceitos e discriminações*. ConQueer: Conferência Internacional de Estudos Queer, [s. l.], Abril 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conqueer/2018/TRABALHO_EV106_MD1_SA7_ID186_04032018135735.pdf>. Acesso em 25 de mai. 2021.

OKIN, Susan M. *Gênero, público e o privado* (in: Estudos Feministas, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008).

REDAÇÃO HEAD TOPICS BRASIL. *A carta de exílio de Jean Wyllys*. Head Topics Brasil, [S. l.], p. 1-1, 2 abr. 2021. Disponível em: <<https://headtopics.com/br/a-carta-de-ex-lilio-de-jean-wylllys-19518109>>. Acesso em 14 de jun. 2021.

REDAÇÃO ISTOÉ. *Duda Salabert, primeira vereadora trans de Belo Horizonte, é ameaçada de morte*. Istoé, [S. l.], p. 1-1, 5 dez. 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/duda-salabert-primeira-vereadora-trans-de-belo-horizonte-e-ameacada-de-morte/>>. Acesso em 14 de jun. 2021.

RODRIGUES, M. C.; NARDI, H. C. *Diversidade sexual e trabalho: reinvenções do dispositivo*. Ver. Bagoas, n. 3, 2009, p. 127-144.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul-dez.,1990, p. 5-22.

STETS, Jan E.; SERPE, Richard T. (ed.). *New Directions in Identity Theory and Research*. 1. ed. New York, NY, USA: Oxford University Press, 2016. 704 p. ISBN 978-0-19-045753-2.

VIEIRA, Fernanda Dantas. *Onde estavam as travestis durante a Ditadura?* Diálogos Políticos, [S. l.], p. 1-1, 6 abr. 2015. Disponível em: <<https://dialogospoliticos.wordpress.com/2015/04/06/onde-estavam-as-travestis-durante-a-ditadura/>>. Acesso em 15 de jun. 2021.

WALBY, Sylvia. *Cidadania e transformações de gênero*. Texto apresentado no seminário Gênero e Feminismo: desvelando trajetórias. Organizado pela Coordenadoria Especial da Mulher, prefeitura Municipal de São Paulo, em parceria com o projeto Colégio São Paulo. São Paulo, 2003. Disponível em <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>>. Acesso em 20 de jun. 2021.

WORLD POPULATION REVIEW. *LGBT Rights by Country*. World Population Review, [s. l.], p. 1-1, 2021. Disponível em: <<https://worldpopulationreview.com/country-rankings/lgbt-rights-by-country>>. Acesso em 16 de jun. 2021.

YOUNG, Iris Marion. *Representação política, identidade e minorias*. Lua Nova, São Paulo, 67: 263-269, 2006; Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf>>. Acesso em 20 de jun. 2021.

O SER HUMANO ENQUANTO RELAÇÕES SOCIAIS NÃO TEMATIZADAS E A LGBTFOBIA ONTOLÓGICA

Marcelo Vinicius Miranda Barros¹

INTRODUÇÃO

A nossa compreensão é a de que a LGBTfobia – assim como o machismo e o racismo – é estrutural. As atitudes, os sentimentos ou as ações negativas, discriminatórias ou preconceituosas, de caráter físico e simbólico, contra pessoas LGBTQIA+ vão além da reflexão. Apesar dessas motivações de preconceito serem reflexivas, elas carregam também um caráter irrefletido. Dessa forma, iremos buscar um aspecto ontológico para questionarmos a respeito da LGBTfobia.

Assim, este ensaio pretende discutir filosoficamente a questão da LGBTfobia em uma perspectiva ontológica. Será ainda uma perspectiva fundamentalmente inacabada, já que se insere no início de uma pesquisa mais abrangente a respeito do que pode ser o ser humano e as suas criações de sentidos. Este texto ensaístico buscará indicar a impressão de que a LGBTfobia precisa ser apreendida como um fenômeno social constituído pelas relações ontológicas, as quais chamaremos de *relações sociais não tematizadas*.

Todavia, antes de adentrarmos na questão da população LGBTQIA+, faz-se necessário apresentarmos o conceito de relações sociais não tematizadas, criando condições para uma análise a respeito da LGBTfobia em nosso tempo. Portanto, cabe frisar também que essa nossa análise terá

¹ Doutorando e mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: marcelovmb@gmail.com

respostas ainda demasiadamente breves, que necessitarão ser melhor desenvolvidas em outra oportunidade.

2 AS RELAÇÕES SOCIAIS NÃO TEMATIZADAS E TEMATIZADAS

As relações sociais não tematizadas e tematizadas que compõem o ser humano apontam para uma espécie de “subjetividade”, e a sociabilidade (tematizada) se “interioriza” na subjetividade (não tematizada) dialeticamente, portanto, não existe, aqui, uma subjetividade pura e abstrata. Tematização e não tematização, por falta de um termo melhor, são dois estados distintos que se deparam, são duas sociabilidades (as tematizadas e as não tematizadas) e ao mesmo tempo é a mesma sociabilidade (o ser humano). Com outras palavras, são dois polos, sendo um tematizado e outro não tematizado, da mesma relação que é o ser humano em si.

Em uma analogia, esta concepção – que é a sociabilidade tematizada e não tematizada – se entretém, de certa forma, com a Psicologia da Gestalt, a respeito do conceito figura-fundo². O fundo dá sustento a figura e a figura se destaca de um fundo. Porém, a figura não é uma parte isolada do fundo, ela existe com o fundo. Uma dualidade entre a figura e o fundo é ilusória, já que basta tentarmos imaginar que estamos vendo a figura sozinha sem seu fundo ou tentarmos imaginar o fundo sem a figura para percebermos que isso é incognoscível. Fica manifesto, então, que a figura não se constitui sem o fundo e vice-versa, pois só estão separados na esfera do pensamento, da tematização, da reflexão, da abstração ou gnosiologicamente. Já na esfera

² Percebe-se que há um hífen com o intuito de mostrar que não se trata de uma dualidade do tipo cartesiana, como figura e fundo, mas sim um todo gestáltico, como figura-fundo.

ontológica não é evidente essa separação. Logo, não há dualidade, mas sim um todo gestáltico.

Para sermos mais didáticos e sintéticos, devido ao limite natural deste ensaio, seguiremos com a seguinte análise: de acordo com a fenomenologia contemporânea, o que é a intencionalidade da consciência? Refere-se a um conceito presente nos primeiros trabalhos de Edmund Husserl, iniciados, mais ou menos, em 1887, e especialmente com as *Meditações Cartesianas* em 1931. Este conceito será o nosso ponto de partida para outro intento a respeito do que é o ser humano. No geral, dizem que há *um, este* ou *aquele* humano, só que, aqui, tal humano não pode ser *o* humano, porém pode ser uma pessoa³ ou cidadão, tendo assim todos os seus direitos jurídicos básicos. No entanto, não é nosso foco uma discussão jurídica, pois o que buscaremos é tratar de algo mais elementar da existência humana, em que o jurídico – e qualquer outra invenção do ser humano enquanto relação – é só a superfície. Veremos isso mais adiante.

Aqui, o ser humano tem outro sentido, é outro conceito, o qual iremos nos debruçar no momento oportuno para mostrarmos, *grosso modo*, que o humano não é uma relação com outro humano, *ele é a própria relação em si*. O que há é um tipo específico de relação entre dois ou mais seres, e essa relação em si é o que denominamos de ser humano. No entanto, por ora, não podemos avançar mais do que isso.

Ainda a respeito da intencionalidade, uma resposta possível é que se trata de um conceito recriado por Husserl a partir de Brentano para afirmar

³ O termo “pessoa” apresenta várias conotações em distintas áreas do saber: biológica, sociológica, jurídica, filosofia, psicologia etc. É importante destacar que tal termo não poderia ser tratado com o mesmo valor semântico em todas essas áreas, o que produziria divergências a respeito do tema, uma vez que algumas ciências apresentam sua própria definição do termo, o que também foge do nosso objetivo, até porque, por ora, nossa teoria não é de ordem antropológica, mesmo que, porventura, esta possa vir a aparecer.

que toda consciência é consciência (de) alguma coisa⁴. Para Husserl, a palavra intencionalidade significa apenas a característica geral da consciência de ser consciência (de) alguma coisa. Por exemplo, toda crença, desejo, tem necessariamente, seus objetos: o desejado, o acreditado etc.

Isso é uma análise trivial do pensamento de Husserl que define a intencionalidade como “[...] a particularidade intrínseca e geral que a consciência tem de ser consciência de qualquer coisa, de trazer, na sua qualidade de *cogito*, o seu *cogitatum* em si próprio” (HUSSERL, 2001, p. 48). Basta-nos, portanto, esta conclusão husserliana para iniciarmos uma análise a respeito do que é o ser humano.

Todavia, as suas premissas não serão todas consideradas aqui, porque Husserl deixa algo em falso sobre a intencionalidade da consciência. Se toda consciência é consciência (de) alguma coisa, então a relação consciência e coisa, ser humano e mundo, ou sujeito e objeto, cai no abstrato, isto é, não há uma superação da abstração dos polos da correlação fenomenológica que tem, de um lado, a *consciência* e, do outro lado, o *mundo*. Dessa forma, o que sustenta a consciência? O mundo e vice-versa? Contudo, isso não é possível porque nessa clivagem não há comunicação entre os polos dessa correlação. É preciso um pano de fundo, um tecido que os permita um mínimo de *ligação*, ou seja, na intencionalidade da consciência, os seus polos precisam estar em conexão por umnexo de interioridade, senão nenhuma conexão da consciência com o mundo seria possível.

Portanto, recusamo-nos ao “pensamento de sobrevoo”, como determinava Maurice Merleau-Ponty.

⁴ O “de” entre parênteses destaca a consciência não tematizada ou não tética. Veremos a importância disso para nós mais adiante.

Nosso ponto de partida não será: *o ser é e o nada não é* – nem mesmo: *só há ser* – fórmula de um pensamento totalizante, de um pensamento de sobrevoo – mas: há o ser, há o mundo, há *alguma coisa*; no sentido forte em que o grego fala de *elemento*, há coesão” (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 119).

Merleau-Ponty resgata o Ser bruto (há alguma coisa), isto é, o *mundo* sensível anterior a toda tematização, o já aí constituído, que se encontra aquém da cisão entre consciência e objeto. É a partir disso que a “consciência” e o “objeto”, assim como a intencionalidade, já não se referem mais a uma dualidade quase que cartesiana, pois são manifestações próprias inscritas no tecido de um mesmo Ser, que é uma espécie de tecido *subjacente* à *negação* que gera a clivagem na intencionalidade da consciência.

O que queremos dizer é que os dois polos da intencionalidade da consciência (consciência e mundo) sobre o palco do Ser bruto só têm sentido na relação em si. Nesse ponto, como veremos, o mundo não está diante do ser humano, pois o mundo e o próprio ser humano só existem na relação entre dois polos que consideramos ainda não nomeados. O que dissemos é que *fora* da relação não há sentido, nada pode ser nominável, já que aqui não se trata de Essencialismo, no qual as coisas têm sentido *per se*. Quando falamos “Ser bruto” ou o “já aí constituído”, é para nos afastarmos do solipsismo: não estamos negando a existência de algo ou, para nos valermos de um termo merleau-pontyano, que não há *alguma coisa*, reconhecemos, portanto, uma anterioridade ontológica, uma realidade objetiva que prescinde de qualquer ser humano.

A questão é que a fenomenologia em Husserl, que inicia da consciência, já adentra na relação entre a consciência e o mundo ao invés de uma atitude mais radical, como adentrar na relação em si, que permite nomearmos “consciência” e “mundo”. Por isso que o ser humano, como

veremos, é só apreendido como relação por estar rumo ao Ser e no Ser, como não sendo esse Ser, e este é o não nomeado que passa a ser nomeado como mundo, por exemplo. Há, então, pela relação, um nexó de *interioridade*, senão nenhuma conexão de um polo em relação ao outro polo seria possível. Sem tal nexó, a própria ideia de intencionalidade desvanecer-se-ia em pura e simples identificação. É iniciando pela relação que a consciência ao mundo pressupõe que a consciência seja em presença do mundo como não sendo o mundo, mas estando nele: estar-no-mundo. Entendido isso, seguiremos: a partir desse conceito husserliano obtemos o primeiro passo: o ser humano é *preso* ao mundo. Ser humano é *estar-no-mundo*.

Até aqui compreendemos que o ser humano está preso ao mundo, ou melhor, que ele é *estar-no-mundo*. Ao estar-no-mundo, é preciso levar em consideração outros humanos. Então, ao utilizarmos a ideia de que “toda consciência é consciência (de) alguma *coisa*”, não estamos colocando essa “coisa” como mero objeto ou como uma coisa mesmo. Até porque como conceber uma consciência voltada somente para uma coisa? A coisa não é capaz de interpelar o ser humano. Logo, dentre outras questões, Hegel estava correto ao dizer que “o senhor não está certo do ser-para-si como verdade” (HEGEL, 2014, p. 148), porque o escravo, da relação senhor e escravo, não passaria de um objeto para o senhor. Em outras palavras, entendemos que o desejo hegeliano se configura como uma espécie de *falta* intuída no objeto dado, que é independente da consciência, ou seja, “a consciência-de-si faz a experiência da independência de seu objeto” (HEGEL, 2014, p. 140) e, assim, é como se a consciência tivesse sua “essência” no tal objeto que a leva para um “ciclo vicioso”, ou, nos termos de Hegel, a leva ao “mau infinito”.

O efeito disso é que esse desejo é um movimento inicial da consciência-de-si, mas lhe falta um “acordo mútuo”, visto que o desejo, ao realizar o movimento no qual o objeto é consumido, faz surgir em seguida

outro objeto para o tal desejo consumir, não havendo reciprocidade entre o desejo e o objeto. Sendo assim, o que Hegel assegura é que não há dialética sem a relação entre as consciências. Quando esse filósofo alemão comenta sobre a relação da consciência com o objeto, ele nos diz que tal objeto se revela inadequado.

Em Hegel, para que a consciência “crie” uma identidade mais concreta de si e supostamente se satisfaça, a consciência-de-si não deve se voltar somente ao objeto dado ou qualquer coisa que não seja também consciência, por isso que o desejo precisa transcender esse objeto, ir além, voltando-se a outra consciência-de-si. O filósofo alemão nos afirma que “a consciência-de-si só alcança sua satisfação em uma outra consciência-de-si” (HEGEL, 2014, p. 141). Em outras palavras, Kojève explana bem ao dizer que, em Hegel, “o desejo humano deve buscar outro desejo humano” (KOJÈVE, 2002, p. 13). Assim, o conceito husserliano de intencionalidade da consciência, que se refere ao entendimento de que toda consciência é consciência (de) alguma coisa, aqui é expandido pelo viés hegeliano, mas sem perder nosso caráter ontológico, considerando na intencionalidade da consciência a “coisa” ou o “objeto” como o outro humano, que obviamente também é consciência, levando em conta ainda o mundo que é formado de vários outros seres humanos. Trata-se do mundo humano.

Aqui, ao falarmos de intencionalidade, estamos falando da consciência, do mundo, do outro, em suma, das relações sociais ou intersubjetividades. Isso pode ser de forma tematizada ou não tematizada por uma sociedade visível ou invisível à percepção do pensamento humano. O sentido reciprocamente compartilhado pode estar não tematizado, sendo condição ou contexto ontológico do comportamento humano. Haverá modo de produção, costumes, culturas, normas, hábitos, afetos etc. que estarão na

condição de um comportamento, mas que passarão despercebidos pelo pensamento humano e que podem ou não vir a ser tematizados.

Por isso os termos “tematizados” e “não tematizados”, ou, “visível” e “invisível”. O ser humano detém algo de obscuro. Esse *estar-no-mundo* muitas vezes é obscuro, no sentido de não ser inteiramente conhecido pelo próprio humano. O que tentamos dizer é que a consciência não é sinônimo de conhecimento nem de pensamento, pois a consciência é *condição* para o pensar, o refletir, o conhecer, pois, caso contrário, o ser humano pensaria em que? Se o humano não vivencia a existência de forma não tematizada, o que seria tematizado? Se ele vivencia somente de forma tematizada, esqueceria até da sua suposta identidade, porque esta não seria mais tematizada no momento seguinte, seria um *viver-esquecendo*. Se a existência só fosse tematização, se fosse só pensamentos, seríamos privados não somente dos sentidos nos quais nunca pensamos, mas também daqueles nos quais já pensamos, porém não pensamos mais agora. Seríamos um constante esquecer-se de si e do mundo, o que é um absurdo. É necessário algo mais fundamental: o ontológico, e não somente o gnosiológico.

Dessa forma, a respeito do que foi dito até aqui, as relações com o outro de maneira ontológica coloca a ideia de que o ser humano tem como suposta “essência” as relações sociais tematizadas e não tematizadas, que é o mesmo que sociedade visível e invisível. Portanto, compactuamos, por ora, com uma afirmação de Karl Marx e Friedrich Engels, mas considerando a nossa lógica, de que “a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais” (MARX; ENGELS, 2007, p. 534).

A “essência” humana, que é conjunto das relações sociais, escapa do ser humano ao se transformar em objeto de reflexão dele, já que se trata aqui da intencionalidade da consciência. Então, ao buscar observar a minha

“essência”, por a consciência ser intencionalidade, eu não observo necessariamente a minha “essência”, mas uma essência-objeto da mesma forma que eu observo qualquer outro objeto no mundo. Só posso conhecer aquilo que se diferencia de mim, obviamente. Como eu sou relações sociais, logo, não estou observando as relações sociais que sou, não as vivencio diretamente ou refletidamente, estou observando as que vivenciei ou as que cristalizei na reflexão.

Em resumo, entendemos, portanto, que o ser humano é as próprias *relações sociais em si*. Ele não tem uma essência para que possa ser conhecida, já que, quando a conhece, se transforma em objeto do conhecimento dele mesmo. Da mesma maneira que o olho não pode olhar para si mesmo, por ele ser exatamente esse olho, o ser humano não pode olhar para as relações sociais em sua particularidade ontológica que *parece* o constituir por ele ser exatamente essas próprias relações sociais. O que ele observa é aquelas relações sociais que lhe aparecem como objeto do conhecimento.

É possível ainda dizer que o olho pode olhar a si mesmo por um reflexo do espelho, mas mesmo assim, a rigor, o que o olho vê é o seu reflexo no espelho, não a si mesmo. Da mesma forma é o ser humano, pois, como dito, ele não pode olhar para as relações sociais que parece o constituir por ele ser exatamente essas próprias relações sociais. A metáfora do olho que não pode olhar para si mesmo por ser exatamente esse olho, representa também o porquê de o ser humano ser precisamente essas próprias relações sociais. Ainda poderemos utilizar o “compreender” como uma analogia para esta questão. Não se pode compreender a própria compreensão, já que se faz necessário poder compreendê-la e, assim, ao infinito. A compreensão é um limiar do qual não é possível recuar. Portanto, de acordo com o que foi exposto aqui, na verdade, diferenciamo-nos de Marx quando ele disse que a

essência humana é o conjunto das relações sociais, já que a questão é mais sutil: o ser humano é essas relações sociais mesmas. O ser humano é a própria relação em si.

Devido à natureza deste ensaio, não temos como nos aprofundar mais sobre esta análise posta, porém já temos um norte para discutir a LGBTfobia de caráter também ontológico. É o que tentaremos fazer mais adiante; só precisamos lembrar que o ser humano, por ser relações sociais não tematizadas que carregam toda a cultura, os sentidos e os símbolos não tematizados, é um limiar do qual não é possível recuar. A partir disso, por não ser possível abarcar por completo as relações não tematizadas, muita coisa escapa ao pensamento, fazendo o indivíduo redizer os sentidos, em vez de criá-los no pensamento como sentido que tem como objetivo dar significado tematizado ao obscuro que é o indivíduo mesmo enquanto não tematizado. Certo comportamento humano não faz mais que redizer: não cria mais novos sentidos ou valores.

Isso, por exemplo, nos permite reagir antes que tenhamos tempo de pensar, embora não se trate de nenhum determinismo mecanicista, e sim de condição ou contexto. Uma situação que permite um redizer de sentidos pode ser representada no seguinte caso: toda vez que tomamos uma decisão sem deliberação atenta, mesmo algo tão insignificante como abrir uma porta com a mão esquerda ou com a direita, essa decisão tem como condição os sentidos não tematizados que configuram as relações não tematizadas que é o próprio ser humano. Ele faz muitas coisas sem saber como as fez na acepção de que é consciência, mas não conhecimento a respeito do feito. O ser humano rediz no contexto ontológico que é ele mesmo como relações não tematizadas. Outro exemplo: às vezes, nos vemos “cantando” uma canção e só então nos damos conta de que a ouvimos antes como música de fundo em alguma situação sem na verdade notá-la. Isso é a experiência que mostra que tais

percepções não notadas podem mesmo assim exercer uma condição não tematizada. O mesmo é preciso que se diga das relações sociais não tematizadas: há sentidos como vivência que continuam a ter alguma existência mínima, o que permite um redizer de sentidos e haver relações não tematizadas que são o próprio ser humano.

Não é que apreendemos o mundo sem a necessidade de refletir sobre ele, mas sim que, a rigor, somos esse próprio mundo mesmo em si de maneira não tematizada, ou seja, somos as próprias relações sociais não tematizadas que permitem o redizer de sentidos. Nem sempre estamos refletindo sobre as nossas ações. O redizer de sentidos, então, é uma espécie de apreender o mundo que somos de forma *ingênua*. O redizer de sentidos denuncia a presença de um mundo subjacente ao pensamento, esse mundo são as relações sociais não tematizadas que é o próprio ser humano, como já vimos. Logo, para retomarmos o nosso tema inicial, como percebemos a LGBTfobia estrutural nessa perspectiva?

3 LGBTFOBIA ESTRUTURAL E SEU ASPECTO NÃO TEMATIZADO

Podemos observar ainda como os sentidos podem interferir na realidade humana, como o que acontece a respeito da LGBTfobia. Mesmo tendo o conhecimento da não existência de um gênero natural ou genuíno, a sociedade em um modelo binário de gênero sabe quem é homem ou quem é mulher. O entendimento de que os gêneros são criações sociais como produções de sentidos, são uma espécie de performance, não indica que não haja transfobia, menos ainda que o Movimento do grupo LGBTQIA+ não tenha ciência de que gêneros são invenções sociais. Portanto, a criação de sentido como existência social pode tanto ser de forma a se ter conhecimento

ou não dessa criação e que, independentemente disso, a transfobia é um fato social.

Também uma analogia a respeito disso é que mais importante de que se Deus existe ou não, o caso é que o simples fato de os humanos acharem que Ele existe dá ao Deus uma existência social⁵. Por conseguinte, um sentido “*determina*” o seu agir, ou melhor, o sentido é o seu próprio agir em função dessa pretensa existência, por exemplo.

Podemos até dizer que há ontologicamente significados, até valores que já estão presentes na coletividade ou dados socialmente, mas, se eles não estão tematizados, como já vimos aqui, logo, o ser humano os tem sem levar seus significados em consideração ou conferir-lhe valor moral: valor e *ser* são, a seu ver, a mesma coisa; seu valor na esfera das relações não tematizadas é puro teor não tematizados, pois, obviamente, o ser humano não o tematizou.

É neste ponto que entra LGBTfobia estrutural de forma ontológica ou não tematizada. Há seres humanos assumidamente LGBTfóbicos (os reacionários), com efeito, eles têm um projeto, pois possuem uma finalidade que é conhecida por eles mesmos, trata-se do conhecimento de que é LGBTfóbicos, justificando tal comportamento, ou seja, moralizando-o. Contudo, há o inverso, o chamado micro-LGBTfobia, que são pequenos gestos, comentários e preconceitos que temos de maneira não tematizada e, por isso, não nos percebemos como LGBTfóbicos, embora odiemos a LGBTfobia. Isso não é um projeto, não tem uma finalidade, não tem um valor moral, obviamente não é o nosso tema, simplesmente agimos como

⁵ A religião, a arte, a ciência, a política, a filosofia são sentidos criados; logo, aqui estamos considerando que, se Deus tem uma existência social, isso envolve também as instituições que carregam o seu nome e interferem no tecido social.

redizer de sentidos, já que, ao contrário, o nosso projeto mesmo é não ser LGBTfóbicos.

Se somos relações sociais não tematizadas e, como vimos, há significados nessas relações, valores que já estão presentes na coletividade ou dados socialmente, então, estamos lidando com nossa educação e com os produtos culturais que compõem nossas relações sociais não tematizadas que somos, sendo condições para que, apesar de criticarmos e denunciarmos a LGBTfobia, ainda possamos cair em algumas de suas armadilhas sem perceber, pois isso não está na esfera do conhecimento nem do pensamento, e sim da consciência enquanto vivência, já que a consciência não é sinônimo de conhecimento, uma vez que existe consciência afetiva, por exemplo. Então, o que há é o redizer de sentidos que, no caso, são as tais atitudes que se desvelam no olhar do outro, na sociedade, como LGBTfóbicas. Assim, há fatos nos quais os seres humanos se defendem no “piloto automático” (redizer de sentidos em um contexto ontológico) ao apontarem neles LGBTfobia que eles não entendem como tal.

Cabe também elucidarmos que, neste lugar, a LGBTfobia deve ser compreendida como um fenômeno social constituído pelas relações ontológicas que envolvem discursos, ideologias, ações, instituições que muitas das vezes não são tematizados, não são objetos de reflexão, mas que compõem o ser humano por ele ser um ser social, ou melhor: por ele ser em si essas próprias relações sociais não tematizadas. Entretanto, isso não quer dizer que devemos considerar as atitudes LGBTfóbicas como integrações ontológicas fundamentais. Não estamos falando de uma ontologia como o “Dasein”, de Heidegger, ou a “Liberdade”, de Sartre. A ontologia, neste caso, é as relações sociais não tematizadas, isto é, foram construídas historicamente pela referência às ideologias LGBTfóbicas. Com efeito, consideramos a singularidade, a história subjetiva, mas, como sabido, o ser

humano é singular-universal, a história subjetiva se desenrola na história objetiva e vice-versa. Se o ser humano é relações sociais não tematizadas, ele não existe fora das tais relações. Se só é humano ao estar-no-mundo, não existe humano “trans-histórico”. Todo ser humano é existencial enquanto qualidade de tudo o que é *real* ou o que existe socialmente. É incognoscível um humano “fora” de tais relações ou *fora* da história, pois ele é as próprias relações em si.

Grosso modo, como dissemos, as relações sociais não tematizadas e tematizadas que são o ser humano em si denunciam que alguma espécie de subjetividade se desvela como ser humano social e a sociabilidade se “interioriza” na subjetividade dialeticamente, assim, em quanto a isso, não existe uma subjetividade pura e abstrata. Tematização e não tematização, por falta de um termo melhor, são dois estados distintos que se deparam, são duas sociabilidades e ao mesmo tempo é a mesma sociabilidade. Entendido isso, a LGBTfobia continua agindo na contemporaneidade, mas de forma cada vez mais complexa. Apreender as suas dinâmicas dependem não apenas de buscas empíricas, como também de direções teóricas sobre os dados ontológicos que a definem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos dos grupos LGBTQIA+ no Brasil historicamente enfrentam severa discriminação através da negação de oportunidades civis, sociais, políticas, educacionais e econômicas. Embora muitos fatores possam contribuir para isso, a complexidade LGBTfóbica exige análises que se somem às técnicas “empíricas” existentes para medir a tal discriminação e identificar novas ferramentas e áreas para pesquisas e práxis futuras a respeito da LGBTfobia.

Essa discriminação pode ocorrer de diversas formas, especialmente naqueles momentos em que a anti-LGBTfobia parece vigorar, como quando o Supremo Tribunal Federal decidiu, por 8 votos a 3, permitir a criminalização da homofobia e da transfobia no Brasil. Contudo, mesmo com a LGBTfobia sendo crime, a LGBTfobia ainda é um fato social, nem por isso ela se extinguiu de nossa sociedade. Parafraseando Angela Davis, a LGBTfobia se trata de “uma estrutura que é muito mais extensa, mais ampla, do que a estrutura legal” (DAVIS, 2018, p. 31).

Somando-se a isso, tendemos somente a observar a LGBTfobia “empiricamente”, ignorando uma gama de atitudes para além da ideia de gênero e sexualidade, mas que mesmo assim cria desvantagens para um grupo LGBTQIA+.

Essa busca “empírica” para combater a LGBTfobia, mesmo que louvável e necessária, se for isolada, afasta-nos daquelas condições não “empíricas”, mas que do mesmo modo geram sofrimento às pessoas LGBTQIA+. Se nós somos seres sociais, isto é, se, de acordo com o que foi exposto aqui, somos relações sociais não tematizadas, esse “empirismo” isolado não vem para somar com o combate da LGBTfobia, ao contrário, ele surge em detrimento de uma LGBTfobia tão velada quanto ontológica que persistirá enquanto tentamos combatê-la com um sentimento atenuado ou sem uma esperança por parecer ser algo *ad infinitum*. Poderemos dizer que isso é o que chamamos de LGBTfobia estrutural, ou seja, princípios estruturais da sociedade, como as questões de ordem política, econômica, jurídica e afetiva discriminatórias que compõem as relações sociais não tematizadas que somos.

Se há nas relações sociais não tematizadas significados ou valores que já estão presentes na coletividade ou dados socialmente, então estamos lidando com nossa educação e com os produtos culturais que compõem

nossas relações sociais não tematizadas que somos, estamos lidando com o dito “modo normal da LGBTfobia”. Isso tem uma implicação ontológica complexa. Essas instituições, valores, normas, morais etc., que sustentam a LGBTfobia, carregam uma condição ontológica social que é o próprio ser humano no seu caráter mais elementar. Em outras palavras, a LGBTfobia parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos”. Isso, para nós, é um apontar para as relações sociais não tematizadas que é o ser humano.

Aqui, as ciências humanas e/ou empíricas não dão conta *sozinhas* das atitudes LGBTfóbicas. Elas até abrangem a LGBTfobia estrutural, mas as condições desta carregam uma espécie de “metafísica”. Como poderemos empiricamente definir LGBTfobia frente às atitudes para além da ideia de gênero e sexualidade, mas que mesmo assim criam desvantagens para um grupo LGBTQIA+? O nosso dia a dia está carregado de implicações empíricas, como também ontológicas, que nos forçam a recorrer a uma análise mais sutil junto às ciências humanas e a um tipo de ontologia sobre a LGBTfobia. Um estudo ontológico não necessariamente precede a um fenômeno, podendo ser encontrado na experiência ordinária.

Se há modo de produção, costumes, culturas, normas, hábitos, afetos etc. que estão na condição de um comportamento, que passam despercebidos pelo pensamento humano e que podem ou não a vir a ser tematizados, é porque as relações sociais não tematizadas, em sua particularidade ontológica, nos constituem.

Em outras palavras, o ser humano LGBTQIA+ não tem diante da sociedade preconceituosa uma condição que é ele mesmo enquanto relações sociais não tematizadas, colocando, então, o humano LGBTQIA+ na abstração, pertencente a um único campo: o gnosiológico em detrimento do ontológico, pois ele não tem “alma”, não é, a rigor, ser humano. Com efeito,

ele não é relações sociais não tematizadas que é o próprio ser humano, pois “usurpa-se” toda a sua “subjetividade”, colocando-o como mero objeto, reificando-o. Todavia, o ser humano LGBTQIA+ existe e por isso é um ser sócio-ontológico, não é “trans-histórico”, não é metafísico no sentido clássico ou não é uma coisa já dada naturalmente, já que, por exemplo, o ser humano não nasce homem ou mulher, mas torna-se ao ser inserido na sociedade de gênero binário.

Assim, a LGBTfobia continua agindo na contemporaneidade, mas de forma cada vez mais complexa. Aprender suas dinâmicas depende não apenas de buscas empíricas, como também de direções teóricas sobre os dados ontológicos que a definem.

REFERÊNCIAS

DAVIS, A. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.

HEGEL, G, W, F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 2014.

HUSSERL, E. *Meditações cartesianas: introdução à fenomenologia*. Porto: RÉS, 2001.

KOJÈVE, A. *Introdução à leitura de Hegel*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

MARX, K; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MERLEAU-PONTY, M. *Le Visible et l'Invisible*. Paris: Gallimard, 2004.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Júlio César Suzuki

Graduado em Geografia (UFMT), em Letras (UFPR) e em Química (IFSP), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP) e Livre-Docência em Fundamentos Econômicos, Sociais e Políticos da Geografia. Professor Associado junto ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP e ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Integração da América Latina (PROLAM/USP) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: jcsuzuki@usp.br

Luiz Roberto de Almeida

Graduado em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP). Professor do Centro Universitário FMU. E-mail: luiz.rob@gmail.com

Valterlei Borges

Graduado em Produção Cultural e Doutor em Estudos de Literatura (Literatura Comparada) pela UFF. Realizou pesquisa de Pós-Doutorado no PROLAM/USP. Atualmente é professor substituto no Curso Superior de Tecnologia em Produção Cultural no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (Campus Natal-Cidade Alta). E-mail: val.borges@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Adan Renê Pereira da Silva

Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especialista em História da Saúde na Amazônia pela FIOCRUZ-AM. Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Tem interesse por temas como cultura e identidade, cultura popular e festas populares na Amazônia, diversidade sexual, gênero educação e saúde. E-mail: adansilva.1@hotmail.com

Adriano Carlos Nunes Fernandes

Mestrando em Turismo pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo na EACH-USP, Especialista em Relacionamento com o Cliente – SENAC/SP, Bacharel em Jornalismo pela FIAM-FAAM/SP, Tecnólogo em Hotelaria pela Anhembi Morumbi. E-mail: adriano.nunes@usp.br

Ana Katryna Cabrini

Chefe de A Casa da Escritora, mulher trans e ativista pela causa de transgêneros e travestis. Profissional de Letras especializada em Literatura Portuguesa. Doutora pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp-Assis. Tem quarenta e cinco anos de idade. E-mail: anakatryna1976@gmail.com

Be Silva Brustolim

Estudante do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Travesty Não-binária; Demissexual androromantica; Esquizofrênica; Branca; Pesquisadora do campo de Teoria da Identidade; Nascida e criada no Paraná, recriada e remontada em Salvador, BA, Brasil; Anarquista e teórica Kuir; Pobre e moradora das favelas das cidades que ocupou; Bolsista da UFBA; EX-trabalhadora do

mercado sexual; Praticante de BDSM. E-mail: silvabrustolim@gmail.com / bbrustolim@ufba.br

Carlos Eduardo Rodrigues de Paiva

Graduando em Lazer e Turismo na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). Atual Codiretor do departamento Acadêmico do Diretório de Lazer e Turismo. E-mail: carloseduardopaiva@usp.br

Felipe Mujica

Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Turismo da EACH-USP. Formado em Arquitetura e Urbanismo (PUC-Campinas) e Educação Física (UNICAMP), tem experiência de mais de dez anos no meio acadêmico, com pesquisa, ensino e extensão, sempre dedicados à melhoria da usabilidade e do conforto para usuários de produtos e ambientes, com conhecimentos avançados em Ergonomia da Atividade e Design Centrado no Usuário. E-mail: fmujica@usp.br

Gabriel Moraes

Graduado em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Doutorando e mestre pelo programa de Pós-Graduação DIVERSITAS - Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), com pesquisas na área de gênero e sexualidade, com foco nas masculinidades. E-mail: gabrielmoraes@usp.br

Marcelo Cervo Chelotti

Professor Associado do Departamento de Geociências do Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS). Pós-Doutorado pela UFRGS. Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU-MG), com estágio na Universidade de Buenos Aires (UBA). Mestrado em Geografia pela

Universidade Estadual Paulista (UNESP-PP). Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS). Professor na Universidade Federal de Uberlândia/UFU (2008-2021).

Marcelo Vinicius Miranda Barros

Doutorando e mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialização em Psicologia. Graduação em Filosofia. Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Autor do livro “Do reconhecimento ao corpo: diálogos entre Sartre, Hegel e Honneth” (UFPel, 2021). Integrante dos Grupos de Pesquisa em Filosofia Fenomenologia e Existencialismo na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Subjetividade no pensamento contemporâneo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), pela CNPq. Membro do GT de Filosofia Francesa Contemporânea da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF). Fez parte da equipe editorial da Revista Ideação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Filosofia (NEF/UEFS). Foi cofundador e editor-chefe da Revista Sísifo de divulgação filosófica. Atua principalmente nas seguintes áreas e temas: Filosofia Contemporânea, Filosofia Social, Filosofia da Psicologia, Teoria do Reconhecimento, Existencialismo, Fenomenologia, Corpo e Subjetividade. E-mail: marcelovmb@gmail.com

Maressa de Freitas Vieira

Possui graduação em Letras, licenciatura em português e inglês pelas Faculdades Integradas Regionais de Avaré (2000). Em 2004 concluiu o mestrado (área: Linguística - Fonética e Fonologia) e, em 2009, o doutorado (área Letras - Filologia e Língua Portuguesa), ambos pela Universidade de São Paulo. Em 2015 terminou o estágio de pós-doutoramento também na USP - Universidade de São Paulo. Ministra aulas nas áreas de Língua Inglesa, LIBRAS e Língua Portuguesa no IFSP - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de São Paulo, campus de Avaré, a alunos do Ensino Médio Integrado ao Técnico e dos cursos superiores de Licenciatura e Tecnologia. Atualmente, cursa graduação em Nutrição pela Faculdade Eduvale de Avaré e o curso de Formação de Terapeutas Ayurveda pela Escola Sathya. E-mail: maressa.vieira@ifsp.edu.br

Miguel Moreno Espanha

Técnico em Informática na modalidade Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio pela Etec “Dr. Domingos Minicucci Filho”. Graduando em Letras, licenciatura plena em Português e Espanhol, no IFSP - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de São Paulo, campus Avaré, atualmente é bolsista do projeto de extensão Adiversidade, e foi, também, bolsista do Pibifsp. Tem vinte anos de idade. E-mail: espanha.miguel@aluno.ifsp.edu.br

Nicolle Montalvão

Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PGC/UEM) e licenciada em Ciências Sociais pela mesma universidade. Atua como Professora de Sociologia da rede pública de ensino do estado do Paraná. Integra o Grupo de Pesquisa Política, Estado e América Latina (GPPEAL/UEM), o Laboratório de Estudos do Tempo Presente (LabTempo/UEM) e o Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana (NEOM/Unesp). Tem interesse na área de Ciência Política, com ênfase em feminismo, processos políticos e América Latina. E-mail: nicolle.mp@gmail.com

Vinicius Nunes Fileto

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, local onde também se licenciou em Geografia. Atualmente desenvolve pesquisas ligadas a Cultura Hip Hop e Movimentos socioespaciais. E-mail: viniciusfileto2@gmail.com



fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**PROLAM
USP**

